

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE
E ADMINISTRAÇÃO DE LISBOA



ISCAL

RESPONSABILIDADE SOCIAL DOS
STAKEHOLDERS NA DINAMIZAÇÃO SOCIAL DAS
POPULAÇÕES LOCAIS VÍTIMAS DA TRAGÉDIA
DOS INCÊNDIOS NO ANO DE 2017

Fátima Isabel da Conceição Silva

Lisboa, outubro de 2019

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE
E ADMINISTRAÇÃO DE LISBOA

**RESPONSABILIDADE SOCIAL DOS
STAKEHOLDERS NA DINAMIZAÇÃO
SOCIAL DAS POPULAÇÕES LOCAIS
VÍTIMAS DA TRAGÉDIA DOS INCÊNDIOS
NO ANO DE 2017**

Fátima Isabel da Conceição Silva

Dissertação submetida ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Gestão e Empreendedorismo, realizada sob a orientação científica de José Moleiro Martins.

Constituição do Júri:

Prof. Especialista Carlos Nunes - Presidente

Prof. Doutor Ruben Raposo - Arguente

Prof. Doutor José Moleiro Martins – Vogal

Lisboa, outubro de 2019

Declaro ser a autora desta dissertação, que constitui um trabalho original e inédito, que nunca foi submetido (no seu todo ou qualquer das suas partes) a outra instituição de ensino superior para obtenção de um grau académico ou outra habilitação. Atesto ainda que todas as citações estão devidamente identificadas.

Mais acrescento que tenho consciência de que o plágio – a utilização de elementos alheios sem referência ao seu autor – constitui uma grave falta de ética, que poderá resultar na anulação da presente dissertação.

O presente trabalho respeita as normas vigentes no Manual para elaboração de dissertações do ISCAL (e especificamente norma americana para referenciação bibliográfica American Psychological Association – APA) e o texto respeita a ortografia pré-acordo (algumas citações) e pós-acordo ortográfico.

Agradecimentos

Primeiramente, agradeço ao meu Pai do Céu, pela força e coragem durante toda esta longa caminhada.

Aos meus pais, que sempre me incentivaram e deram coragem para continuar, e embora o meu pai já não presencie este momento, dedico-lhe este trabalho. A tua partida foi a dor mais profunda que senti até hoje.

Ao meu namorado pelo apoio infundável, sem ti não tinha forças nem palavras para terminar.

Ao professor e meu orientador José Duarte Moleiro Martins, pelo tempo e apoio que teve durante a elaboração desta dissertação.

A preparação deste trabalho de pesquisa envolveu inúmeras pessoas e organizações, exprimo a minha gratidão a todos os que se disponibilizaram.

*“O que está em causa é deixarmos aos nossos filhos, netos e gerações futuras
um mundo onde valha a pena viver, com uma **sociedade mais justa** e
um **ambiente mais saudável e limpo**. Trata-se de um dever a que não podemos
faltar.”*

Romano Prodi, Presidente da Comissão Europeia entre 1999 e 2004 sobre a
Estratégia para o Desenvolvimento Sustentável

Resumo

O objeto de análise desta dissertação é a responsabilidade social dos *stakeholders*, nomeadamente na vertente social das populações que sofreram com a tragédia do fogo de junho de 2017.

Por essa razão é pertinente dar o devido destaque à definição de *stakeholders* e também à temática da Responsabilidade Social das Organizações enquanto contribuição voluntária para o desenvolvimento sustentável.

Nos últimos anos verificou-se uma mudança no comportamento das organizações: muitas empresas introduziram voluntariamente nas suas estratégias preocupações económicas, sociais e ambientais voltadas para a sociedade em que estão inseridas.

A Responsabilidade Social passou a integrar a estratégia das empresas, através da integração voluntária de preocupações económicas, sociais e ambientais, contribuindo para o seu desenvolvimento sustentável.

Na Europa um dos principais impulsionadores desta alteração de mentalidades é a Comissão das Comunidades Europeias, que tem desenvolvido e promovido o conceito da Responsabilidade Social das Empresas.

Com base na revisão da literatura sobre o tema, urge identificar os principais *stakeholders* e encontrar uma metodologia que aborde os seus respetivos objetivos.

Palavras-chave: *Stakeholder*, Desenvolvimento Sustentável, Responsabilidade Social; Empreendedorismo Social.

Abstract

The object of this dissertation is the social responsibility of the stakeholders, namely in the social aspect of the populations that suffered from the fire tragedy of June 2017.

For this reason it is pertinent to give due emphasis to the definition of stakeholders and also to the theme of Social Responsibility of Organizations as a voluntary contribution to sustainable development.

In the last years there has been a change in the behavior of organizations: many companies have voluntarily introduced economic, social and environmental concerns into the society in which they operate.

Social Responsibility is now part of corporate strategy through the voluntary integration of economic, social and environmental concerns, contributing to their sustainable development.

In Europe one of the main drivers of this change in mindsets is the Commission of the European Communities, which has developed and promoted the concept of Corporate Social Responsibility.

Based on the literature review on the topic, it is urgent to identify the main stakeholders and find a methodology that addresses their respective objectives.

Keywords: *Stakeholder*, Sustainable Development, Social Responsibility; Social entrepreneurship.

Índice

Agradecimentos.....	v
Resumo	vii
Abstract	viii
Índice.....	1
Índice de Quadros	4
Índice de Figuras	5
Índice de Gráficos.....	6
Lista de Abreviaturas	8
Capítulo 1: Introdução.....	7
1.1 Contextualização.....	7
1.2 Objeto e pertinência do estudo.....	9
1.3 Procedimentos metodológicos.....	11
Capítulo 2: Revisão da Literatura.....	11
2.1. Origem de <i>Stakeholders</i> – Contexto Histórico	12
2.2 Conceito e definição de <i>Stakeholder</i> na literatura Nacional e Internacional.....	14
2.3 Teoria dos <i>Stakeholders</i> – Contexto Histórico	17
2.3.1 Considerações relevantes sobre a Teoria dos Stakeholders.....	20
2.4 Classificação e Influência dos <i>Stakeholders</i>	22
2.4.1 Priorização dos <i>Stakeholders</i>	26
2.5 A Responsabilidade Social	28
2.5.1 Contexto Histórico, e Evolução do Conceito de Responsabilidade Social	29
2.5.2 A Responsabilidade Social em Portugal	36
2.5.3 A Crescente Importância	38
2.5.4 Considerações relevantes sobre a Responsabilidade Social.....	41
2.5.6 A Responsabilidade Social dos Stakeholders.....	45

2.6 A Responsabilidade Social das Organizações enquanto contribuição voluntária para o desenvolvimento sustentável	48
2.6.1 Fatores que contribuem para o desenvolvimento local.....	49
2.6.2 Desenvolvimento sustentável.....	50
2.7 Breve enquadramento dos acontecimentos em 2017	51
2.7.1 O agora, o antes e o depois	52
2.7.2 Cenário pós catástrofe	53
2.7.3 Memória da Tragédia – Cronologia	57
2.8 O papel dos Stakeholders na Dinamização Social	60
2.8.1 Dinamizar... o Porquê.....	60
2.8.2 Empreendedorismo <i>Social</i>	61
2.8.3 Identificação dos <i>stakeholders</i> neste estudo de caso	62
2.9 Sumula da Revisão da Literatura	63
2.9.1 Questões de Investigação.....	66
Capítulo 3: Metodologia	67
3.1 Enquadramento metodológico do estudo	67
3.2 Metodologia adotada	68
3.2.1 A análise documental.....	68
3.2.2 Entrevistas e Inquéritos.....	69
3.2.2.1 Procedimentos de recolha e análise de dados	70
3.2.2.2 Dificuldades, limitações na obtenção de respostas aos questionários e inquéritos	70
3.2.3 Caracterização do objeto de estudo – A amostra.....	71
3.2.4 Constituição da amostra	72
3.2.5 Análise de conteúdo	72
3.5 Estudo de Caso.....	72
Capítulo 4: Respostas às questões de Investigação	74
4.1 Conteúdo das entrevistas semiestruturadas e dos inquéritos por questionário..	75

4.1.1 Entrevista à Presidente da AVIPG-Associação de Vítimas do Incêndio de Pedrógão Grande	75
4.2 Conteúdos e estatísticas dos inquéritos por questionário	78
4.2.1 Re-Nascer.....	78
4.2.2 AVIPG-Associação de Vítimas do Incêndio de Pedrógão Grande.....	82
4.2.3 Empresários dos concelhos de Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pera e Pedrógão Grande.	85
4.2.4 População residente e trabalhadores dos concelhos de Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pera e Pedrógão Grande.....	91
4.2.5 Município de Figueiró dos Vinhos e de Góis	98
4.3 Conclusões dos inquéritos realizados	99
Capítulo 5. Conclusão.....	103
Capítulo 6 – Referências Bibliográficas	106
Anexos	113
Anexo A – Guião da entrevista semiestruturada realizada à Presidente da AVIPG-Associação de Vítimas do Incêndio de Pedrógão Grande.....	114
Anexo B – Inquérito por questionário aos empresários dos concelhos de Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pera e Pedrógão Grande	115
Anexo C – Inquérito por questionário à população residente e trabalhadora dos concelhos de Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pera e Pedrógão Grande.....	119
Anexo D – Inquérito por questionário aos municípios da região afetada pelo fogo de junho	122

Índice de Quadros

Quadro 1 – Definições de Stakeholders	7
Quadro 2 – Definições de teoria dos stakeholders.....	11
Quadro 3 – Evolução Histórica da Responsabilidade Social.....	34
Quadro 4. Perguntas e respostas.....	75
Quadro 5. Perguntas e respostas	78
Quadro 6. Perguntas e respostas	79
Quadro 7. Perguntas e respostas	80
Quadro 8. Perguntas e respostas	83
Quadro 9. Perguntas e respostas	83
Quadro 10. Perguntas e respostas	84
Quadro 11. Perguntas e respostas.....	87
Quadro 12. Perguntas e respostas.....	88
Quadro 13. Perguntas e respostas.....	90
Quadro 14. Perguntas e respostas.....	93
Quadro 15. Perguntas e respostas.....	95
Quadro 16. Perguntas e respostas.....	98

Índice de Figuras

Figura 1: Tipo de <i>Stakeholders</i>	24
Figura 2: Diagnóstico dos Tipos de <i>Stakeholders</i>	26
Figura 3: Priorização de <i>Stakeholders</i>	27
Figura 4: Os três pilares do desenvolvimento sustentável Fonte.....	32
Figura 5: Modelo Piramidal de Responsabilidade Social, modelo de Carroll.....	33

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Género.....	78
Gráfico 2 - Idade.....	78
Gráfico 3 – Concelho de residência.....	78
Gráfico 4 – Formação académica.....	78
Gráfico 5 – No seu entender, classifica como positiva a intervenção dos stakeholders que indicou após a catástrofe?.....	79
Gráfico 6 – Dois anos após a tragédia, classifique como baixo, alta, desconhece ou inexistente, a intervenção por parte dos seguintes organismos, relativamente a ações de dinamização na sua área de residência.....	80
Gráfico 7 – Género.....	82
Gráfico 8 – Idade.....	82
Gráfico 9 – Concelho de residência.....	82
Gráfico 10 – Formação académica.....	82
Gráfico 11 – No seu entender, classifica como positiva a intervenção dos stakeholders que indicou após a catástrofe?.	83
Gráfico 12 – Dois anos após a tragédia, classifique como baixo, alta, desconhece ou inexistente, a intervenção por parte dos seguintes organismos, relativamente a ações de dinamização na sua área de residência.....	84
Gráfico 13 – Género	85
Gráfico 14 – Idade	85
Gráfico 15 – Formação académica.....	85
Gráfico 16 – Indique a localidade onde se situa a sua empresa e a área de atividade.....	85
Gráfico 17 – Indique a dimensão da empresa.....	86
Gráfico 18 – O conceito Stakeholders define que são todos aqueles que direta ou indiretamente são influenciados ou influenciam a atividade de uma empresa, ou seja, somos TODOS. Este conceito é-lhe familiar?.....	86

Gráfico 19 – Na sua opinião, qual das seguintes frases, define melhor o termo - Responsabilidade Social.....	86
Gráfico 20 - Após a tragédia de junho de 2017, a sua empresa pratica ações de Responsabilidade Social para com a população afetada pelo incêndio?.....	86
Gráfico 21 - No seu entender, ser socialmente responsável afeta, negativamente, os lucros da empresa.....	88
Gráfico 22 - Dois anos após a tragédia, classifique como baixo, alta, desconhece ou inexistente, a intervenção por parte dos seguintes organismos, relativamente a ações de dinamização na sua área de residência.....	89
Gráfico 23 - Tem conhecimento de alguma empresa/associação que tenha nascido após o fogo com o objetivo de apoiar as localidades afetadas pelo fogo? Se sim indique qual ou quais.....	90
Gráfico 24 - Se respondeu sim, como classifica as ações dessas novas organizações?.....	90
Gráfico 25 – Idade.....	92
Gráfico 26 – Área de residência.....	92
Gráfico 27 – Formação académica.....	92
Gráfico 28 – O conceito Stakeholders define que são todos aqueles que direta ou indiretamente são influenciados ou influenciam a atividade de uma empresa, ou seja, somos TODOS. Este conceito é-lhe familiar?.....	92
Gráfico 29 – Na sua opinião, qual das seguintes frases definem melhor o termo – Responsabilidade Social.....	93
Gráfico 30 – A empresa onde trabalha teve algum ato de Responsabilidade Social para com a população ou funcionários após o fogo de 2017?.....	93
Gráfico 31 – Dois anos após a tragédia, classifique como baixo, alta, desconhece ou inexistente, a intervenção por parte dos seguintes organismos, relativamente a ações de dinamização na sua área de residência.....	94
Gráfico 32 – Tem conhecimento de alguma empresa/associação que tenha nascido após o fogo com o objetivo de apoiar as localidades afetadas pelo fogo? Se sim indique qual ou quais.....	95

Gráfico 33 – Se respondeu sim, como classifica as ações dessas novas organizações?.....95

Lista de Abreviaturas

RS – Responsabilidade Social

RSE – Responsabilidade social das empresas (ou empresarial)

Capítulo 1: Introdução

1.1 Contextualização

O incêndio que deflagrou há dois anos em Pedrógão Grande e que alastrou aos concelhos vizinhos de Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Penela, Góis, Pampilhosa da Serra e Sertã, provocou a morte de 66 pessoas, fez 253 feridos, sete dos quais graves, e destruiu cerca de meio milhar de casas e 50 empresas.

“Numa zona tão fustigada pela desertificação, o fogo levou vidas que se somam às dos que partiram para os grandes centros em busca de uma vida melhor. Tudo junto, as pequenas povoações dos três concelhos, segundo Valdemar Alves, já nem se podem designar como abandonadas. “São aldeias fantasma.””¹

Após o acontecimento, os meios de comunicação social relatavam o que aconteceu, ou o que ainda estava a acontecer, e tentavam perceber as causas e quem seria o culpado. Meses depois relatavam resultados de autopsias e quem estaria a ser considerado acusado. Um ano depois ainda andavam no terreno, e as populações, os feridos, aqueles que perderam bens materiais e quem perdeu entes queridos já estavam fatigados de lhes abrir a porta, de lhes atender o telefone. Um dia, em uma conversa de café, uma senhora disse-me quase que em modo de confissão, precisamos de descanso, de paz, eles não nos deixam em paz (referia-se aos jornalistas). Dois anos depois, ainda andam no terreno, mas já não com tanta assiduidade.

Nas reportagens que leio, não encontro relatórios sobre como está o apoio psicológico, não encontro resultados sobre as consequências do fumo nas pessoas que ali estiveram durante o fogo, não encontro relatórios sobre como estão as empresas, e mais concretamente, como estão os postos de trabalho que foram perdidos, ou que estiveram em risco, entre outras dúvidas. Encontro sim, relatos de feridos, de quem perdeu entes queridos, de quem perdeu bens materiais e de quem ajudou outro a sobreviver nessa noite fatídica, mas, será que não se vê que as estradas municipais já se encontram quase intransitáveis por causa dos eucaliptos? Será que não se vê que algumas pessoas estão a viver sozinhas, praticamente isoladas, quase sem visitas de ninguém? Onde está o apoio social? Onde está o apoio

¹ Fonte: Reportagem Rádio Renascença: Sobreviver depois de perder quase tudo, disponível em: <https://rr.sapo.pt/pedrogao-grande-reportagem/pedrogaotexto/index.aspx>

psicológico? Onde está a nossa humanidade? Será que somos um povo extremamente bondoso e sempre pronto a ajudar, mas só sabemos ajudar com bens materiais e monetários? Ajudamos uma vez e não queremos mais saber? E o abraço? E o riso? E a palavra amiga? Será culpa dos telemóveis? Será culpa da televisão?

O interior já era há muito um território abandonado pelos serviços centrais do Estado. Com o fogo, houve a esperança de que a tragédia tivesse servido para destapar essa vergonha, mas não. Destapou sim a falta de vergonha por parte de alguns autarcas e funcionários públicos.

O combate ao fogo demorou uma semana. Morreram 66 pessoas, 47 encurraladas na estrada 236-1. Mais de 250 ficaram feridas. O incêndio consumiu mais de 45 mil hectares, segundo o ICNF-Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, destruiu cerca de 500 habitações, 169 de primeira habitação, 205 de segunda e 117 já devolutas.

Muito se tem dito e escrito acerca dos incêndios florestais que ocorreram em Portugal no verão de 2017, mais concretamente o que ocorreu no mês de junho de 2017. Este foi, seguramente, um dos anos em que os incêndios florestais tiveram um elevado impacto na vida pública do País, devido à sua extensão, à sua intensidade, aos prejuízos e perdas humanas. Apesar da vasta panóplia de notícias, artigos de opinião, discursos, debates, reformas legislativas, decisões políticas entre outras intervenções referentes aos incêndios florestais, que foram ditas e escritas nos meios de comunicação social, e sem menosprezar a atenção desses temas, considero que a busca de soluções que permitam melhorar o sistema de alerta, de auxílio às populações e de formação de equipas de socorro nas povoações, deveria ter mais relevo. Promoveram-se campanhas de solidariedade, anunciaram-se apoios e outras medidas, houve uma onda de solidariedade tanto nacional como internacional, e embora considere tudo isso importante, creio que não é suficiente e penso que deve ser feito algo mais para que o sacrifício dessas vidas não tenha sido em vão.

Como residente e amiga de quem partiu e de quem perdeu bens materiais, este acidente causou em mim um sentimento de mágoa, de tristeza, mas principalmente de medo, medo da falta de socorro em uma próxima catástrofe, isto porque as casas reconstroem-se, as árvores renascem ou voltam a plantar-se, mas as vidas perdidas já não voltam.

Porquê elaborar um caso de estudo sobre esta temática? Foi uma questão que algumas pessoas a quem solicitei colaboração para preenchimento do questionário me colocaram. Respondi que como sou residente em um dos concelhos que sofreu esta

calamidade, e na minha debilidade perante e após o mesmo, decidi fazer este trabalho para perceber qual o grau de envolvimento por parte dos *stakeholders* no melhoramento destas zonas.

1.2 Objeto e pertinência do estudo

No âmbito da conclusão do Mestrado em Gestão e Empreendedorismo, pretende-se refletir sobre a RS dos *stakeholders* para com as populações afetadas pelo fogo de junho de 2017.

Com este trabalho de investigação pretendo refletir sobre o conceito de Responsabilidade Social, que apesar da crescente importância, ainda não se encontra totalmente presente na realidade portuguesa e no conhecimento da sociedade atual. Este estudo também poderá contribuir para o nascimento ou desenvolvimento de outros trabalhos de investigação sobre esta área de conhecimento académico, proporcionando o crescimento e a maturação do tema.

Após os incêndios de junho de 2017, as organizações e as populações destas regiões vivenciaram uma situação nunca antes vivida. O fato de muitos terem perdido bens materiais, de outros terem perdido entes queridos, de muitos terem ficado feridos, de muitos terem ficado com a sua situação profissional pouco estável porque ou a empresa onde trabalhavam ardeu, totalmente ou parte dela, ou a empresa onde trabalhavam deixou de ter matéria prima porque onde a iam adquirir ardeu ou os proprietários faleceram, entre tantas outras situações, penso que todos nós devemos capacitar de que estamos sozinhos, de que em uma situação de calamidade, é o voluntariado e a boa vontade dos Portugueses que ajudam no pós-catástrofe. Por esse motivo, é cada vez mais importante que as organizações se adaptem às necessidades do meio envolvente, interno e externo e às reais necessidades de todo o meio envolvente.

Entre os motivos que justificam a realização deste estudo, um deles é compreender se existiram iniciativas de responsabilidade social e quais foram desenvolvidas pelas empresas privadas e organismos públicos e se se esta preocupação é só de ordem pública ou privada, ou de ambas, e compreender quais as ferramentas disponíveis para estas práticas.

O problema de investigação associado a este projeto, debate temas como os *stakeholders*, a responsabilidade social e a dinamização e pretende compreender como é que os diferentes stakeholders influenciam a RS e pretende apresentar

resultados de análise de influência dos stakeholders na responsabilidade social e na dinamização para com as populações afetadas pelos incêndios. Mas quem é mais importante neste processo? E qual o nível de intervenção de cada um? Como diz Porter e Kramer (2011), nem todo o lucro é igual. O lucro que envolve propósitos sociais representa uma forma mais elevada de capitalismo, ajudando a sociedade a evoluir e a empresa a crescer mais rapidamente. Com foco nas necessidades dos consumidores e no bem-estar social as organizações atuam estrategicamente e criam um valor totalmente diferenciado: o valor e a responsabilidade pela sobrevivência tanto de mercado como socioambiental.

Para compreender a relação entre o comportamento socialmente responsável das organizações e baseada na revisão da literatura realizada em torno de três grandes teorias – *stakeholders*, RSE e a responsabilidade social como estratégia social de desenvolvimento da comunidade – e na revisão da literatura sobre estes temas, foram focados aspetos como, a ética nos negócios e da responsabilidade social nas organizações.

Na formulação deste problema, esta investigação pretende ainda responder às seguintes questões preliminares:

- a) Quem são os principais stakeholders? Quais as suas necessidades? Como podem influenciar e que ferramentas têm disponíveis?
- b) A preocupação social é só de ordem pública ou também diz respeito às organizações privadas?
- c) Identificar de que forma é que os stakeholders reagiram localmente após a tragédia e como eles se envolveram na dinamização da população;
- d) Que tipos de programas de apoio e/ou dimensões de intervenção social ou governamental surgiram após os incêndios?
- e) Quem nasceu após a catástrofe e o trabalho que fizeram;
- f) Como avaliar a responsabilidade das organizações considerando os interesses sociais que para ela convergem?

Com toda esta análise efetuada, verifica-se que existem diversas motivações para a aplicação na prática do conceito de RSE e que de facto ainda existe um longo caminho na mudança de mentalidades, pois muitas organizações só avançam com esta vertente se os resultados -forem evidentes.

As questões preliminares deixam espaço para uma gama ampla de resultados uma vez que do estudo teórico desta problemática surgem abordagens e orientações diferentes. Estas são apenas algumas que são consubstanciadas no problema de pesquisa inicial e serão posteriormente alinhadas com a revisão de literatura que irá apontar direções para responder a algumas questões e mostrar evidências de falta de desenvolvimentos teóricos e empíricos para outras. Os contributos de diversos autores são inegáveis e serão a base de partida.

1.3 Procedimentos metodológicos

A abordagem metodológica é de natureza exploratória, seguindo a metodologia do estudo de caso com aplicação do inquérito por questionário. Trata-se de uma investigação qualitativa, que pretende analisar a responsabilidade social como estratégia social de desenvolvimento das populações após o fogo de junho de 2017.

O trabalho será dividido em três capítulos principais, cada um com a sua metodologia própria. Após a introdução fez-se uma revisão da literatura sobre as temáticas em análise, tendo-se consultado livros de bibliotecas gerais, artigos científicos, bem como a leitura de dissertações de mestrado e teses de doutoramento ligadas ao tema em análise e diversas páginas na internet.

Posteriormente será feita uma análise empírica do estudo feito através do modelo de estudo de caso de Yin (2008) tendo em vista a recolha de informação sobre o objeto em estudo.

Por último serão analisados os dados recolhidos para tentar responder às questões de partida propostas.

Capítulo 2: Revisão da Literatura

Neste capítulo faremos uma breve apresentação do estado da arte relativamente à Responsabilidade Social tendo como objetivo, não apenas apresentar o conceito histórico da teoria dos *stakeholders* e os fundamentos teóricos apresentados através de vários artigos, este capítulo também apresentará os principais conceitos que serão importantes para a elaboração deste trabalho académico. Com o intuito de aprofundar a reflexão sobre o tema, nesta seção serão discutidos os seguintes assuntos: contexto histórico de *stakeholders* e da Teoria dos *Stakeholders*, os seus principais conceitos e

abordagens e respetivas categorias, bem como contexto histórico e respetiva evolução do conceito responsabilidade social.

Nesta subsecção, pretendemos não apenas apresentar o conceito de stakeholders e os seus diferentes grupos, mas também explicar sua influência sobre uma empresa e suas atividades.

2.1. Origem de *Stakeholders* – Contexto Histórico

Para um melhor entendimento do tema, é efetuada uma análise histórica e bibliográfica com alguns acontecimentos marcantes desde o momento respeitante ao seu aparecimento à sua conseqüente evolução ao longo do último século, sendo enunciados fatos relevantes, tanto nacionais como internacionais.

De acordo com as referências académicas, definir o que na realidade é um *stakeholder*², tem dividido os investigadores, isto também porque ao longo do tempo o termo *stakeholder* tem evoluído, e surge como oposição a *stockholder* ou *shareholder* que significam acionista. Ao usar a palavra *stakeholder* pretendeu-se criar um jogo de palavras com *stakeholders* e que pode ser traduzido como “grupos de interesse”, “partes interessadas” ou “intervenientes”. Etimologicamente, a expressão é composta por duas palavras em inglês: *stake*, que significa interesse, risco ou participação; e *holder*, que significa aquele que possui. Pretendia-se assim alertar as organizações, da época, que existem outras “stakes” (partes interessadas) que deveriam ser consideradas nos processos de decisão das organizações modernas (Freeman, 1984; Goodpaster 1991).

A palavra *stakeholder*, surgiu pela primeira vez, em um memorando interno do Stanford Research Institute (SRI), em 1963 (Donaldson e Preston, 1995; Parmar *et al.*, 2010). O conceito inicial classifica “those groups without whose support the organisation would not exist”³. (Freeman & Reed 1983) (Freeman, 2004, p.229), cuja

² Podemos situar a origem do termo stakeholder no ano de 1962, quando o Stanford Research Institute usou pela primeira vez a expressão “stakeholder perspective”. Este conceito derivou das teorias de Darwin e Smith e das mudanças ambientais nos anos de 1960, a partir do reconhecimento de que, para além dos acionistas, existiam outras pessoas, grupos e organizações que eram afetadas pelas atividades de uma organização. As partes interessadas ou stakeholders também podiam ser referidas como constituintes, agentes, reclamantes, influentes ou público. Cada um destes termos tinha os seus méritos pelas atividades de uma organização, para com os quais esta última tinha a obrigação de prestar contas ou responder perante alguém (Andriof *et al.*, 2002)., mas o termo “partes interessadas” era preferível quando se pretendia identificar, genericamente, os grupos atingidos. Fonte desta nota de rodapé: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/31225> pp.34

³ Fonte:Freeman, R. Edward and McVea, John, A Stakeholder Approach to Strategic Management (2001). Darden Business School Working Paper No. 01-02. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=263511>

tradução é, aqueles grupos sem cujo apoio a organização deixaria de existir, e segundo Freeman (1984) e Parmar *et al.* (2010), o termo foi criado para generalizar a noção de que os acionistas são o único grupo a quem a gestão precisa de assistir. De acordo com estes memorandos os *stakeholder* seriam os acionistas, clientes, fornecedores, empregados, credores e a sociedade, e estes memorandos representam interesses variados, o que representa um potencial problema ou risco caso não se consiga assegurar a sua satisfação, o que pode prejudicar os objetivos e desempenho da organização (Clarkson 1995; Freeman 1984). Philips (2004), é um pouco mais específico do que Freeman e explica que as empresas recebem benefícios dos seus *stakeholder* e que devem contribuir da mesma forma.

Ao longo dos anos este termo tem evoluído, também, devido às contribuições que foi recebendo de várias teorias e áreas científicas, sendo que o próprio Freeman ao longo do tempo, também foi modificando o seu conceito ao introduzir pequenas subtilezas de acordo com a sua investigação e aplicação do termo a outras áreas, tais como a ética e a teoria da agência⁴, e também aplicou o termo *stakeholder* à seção de gestão estratégica, além disso, ele detalhou a ideia da teoria dos stakeholders para a gestão (Laplume, Sonpar & Litz, 2008). Freeman (1984) acrescenta que *stakeholders* são grupos que têm direito legitimado sobre a organização. No geral, e de acordo com as referências acadêmicas, Freeman manteve-se fiel a si próprio e ao conceito original e com estas modificações ao longo da sua investigação, reforçou a necessidade para as empresas de criar valor⁵ para com os *stakeholders*, referindo que nenhum *stakeholder* está sozinho nesta criação de valor. (Parmar *et al.*, 2010).

Assim sendo, e considerando a definição de *stakeholder*, como grupos dentro e fora de uma organização, (Daft, Murphy & Willmot, 2010), os executivos deveriam compreender os interesses dos *stakeholders* e, então, ampliar objetivos ajustados com esses (Boaventura *et al.*, 2009), e compreenderem também que as ações tomadas pelos gerentes podem afetar os *stakeholders* (Freeman & MC Vea, 2010). Apesar de ser uma definição muito ampla, representa o início do fim do modelo neoclássico e o nascimento de uma teoria socioeconômica, que considera a importância de outros participantes além dos acionistas. (Parmar *et al.*, 2010).

⁴É uma teoria que se baseia na análise dos conflitos surgidos no seio das empresas originados pela divergência de interesses dos diversos agentes que de forma direta nela participam. Fonte: <https://knoow.net/cienceconempr/financas/teoria-da-agencia/>

⁵ Freeman e outros (2010), referem-se a valor como algo que o *stakeholders* valorizam, além do interesse financeiro, porém não especificam do que se trata. Como questões abertas, no final do livro os autores comentam que ainda é preciso investigar o significado de valor para alguns *stakeholders* e como é que esse valor pode ser mensurado.

2.2 Conceito e definição de *Stakeholder* na literatura Nacional e Internacional

A conceituação de *stakeholder* tem sido analisada de forma extensiva na literatura, tanto nacional, como estrangeira, mas no geral a definição mais difundida e aceita é a de Freeman (1984) que define *stakeholder* como qualquer indivíduo ou grupo que possa afetar a obtenção dos objetivos organizacionais ou que é afetado pelo processo de busca desses objetivos.

Friedman e Miles (2006) identificaram 55 diferentes definições do termo *stakeholder* em 75 publicações analisadas. Com a dificuldade inerente à definição do conceito *stakeholder*, a maior parte dos investigadores classifica-os pelas suas funções económicas e/ou pela sua importância para a organização, pois a identificação dos *stakeholders* é fundamental a qualquer debate sobre a natureza das relações entre as organizações e os *stakeholders* (Dobele, Westberg, Steel e Flowers, 2014; Greenwood, 2007), mas a sua simples identificação gera conflitos (Harrison e Wicks, 2013). Existem muitas definições diferentes usadas para identificar *stakeholders*, algumas já apresentadas anteriormente, mas o problema com estas definições é que todas elas tendem a ser amplas e inclusivas ou estreitas e pragmáticas (Laplume *et al.*, 2008).

De acordo com as referências académicas, em Portugal, tanto académicos como profissionais utilizam, maioritariamente, o termo sem tradução, (embora por vezes surja a expressão “partes interessadas”), talvez devido à dificuldade em encontrar uma palavra portuguesa que consiga aglomerar a sua abrangência. Na visão de Phillips, Freeman e Wicks (2003), *stakeholder* é um termo poderoso, o que se deve, de forma significativa, à sua amplitude conceptual, e o seu conceito tem diferentes significados para diversos autores, provocando o elogio ou o desdém de uma grande variedade de académicos e/ou profissionais. Apesar da sua popularidade, este conceito tem sido criticado por ser muito amplo e por abrir uma possibilidade infinita de *stakeholders*. Mencionando o contributo teórico de Edward Freeman, que é sem dúvida uma referência na Teoria dos *Stakeholder*, este autor refere que um *stakeholder* inclui qualquer grupo ou indivíduo que possa afetar ou é afetado pelos objetivos organizacionais.” (Freeman, 1984:174). Apesar de ser uma definição muito interessante, acaba por ser pouco esclarecedora e muito abrangente, pois considera-se que abrange todos os públicos daquela organização, tais como: os empregados, clientes, acionistas, bancos, governo, podendo incluir a concorrência, os meios de comunicação social, o ambiente, ativistas, entre outros grupos que possam prejudicar

ou ajudar a organização. Esta amplitude do conceito suscitou outras proposições que, segundo Starik (1993), podem ser consideradas em função da extensão, do tipo de benefício, da importância e, principalmente, da percepção do que sejam as organizações e quais seus objetivos e, teoricamente, possibilita um número ilimitado de *stakeholders* (Barry, 2002) como, inclusivamente, pode até ser relativo aos fatores climáticos (Mitchell, Agle and Wood, 1997; Starik, 1994). Em Savage *et al.* (1991:61), acrescentam que um *stakeholder* tem interesse nas atividades de uma organização e (...) capacidade para as influenciar. Neste contexto, as relações entre os *stakeholders* e as organizações envolvem o sentido de perda ou de um risco associado. Clarkson (1995) aprimora mais o conceito, considerando *stakeholders* qualquer grupo ou indivíduo que pode afetar ou é afetado pelas atividades da organização passadas, presentes ou futuras. Existem definições mais restritas, tais como, (Atkinson, Waterhouse e Wells, 1997; Friedman, 1970; Harrison *et al.*, 2010; Orts e Strudler, 2002) que limitam os *stakeholders* aos interesses económicos e outras mais amplas (Clarkson, 1995; Freeman, 1984; Garriga, 2014; Parmar *et al.*, 2010; Post *et al.*, 2002) que são baseadas na realidade empírica de como as organizações podem ser afetadas ou afetar quase tudo e todos. Estas abordagens divergem em função da sua extensão, do tipo de benefício, da importância e, principalmente, da percepção do que é uma organização e quais os seus objetivos (Starik, 1994). Por este motivo, é relevante que as organizações concentrem as suas atenções nos seus *stakeholders* e que, de uma forma cuidadosa, os analisem e considerem como elementos estratégicos importantes, isto porque, Hillman, Keim e Luce (2001) recomendam que as relações entre as organizações e os seus *stakeholders* sejam cuidadosamente analisadas e vistas como um elemento estratégico importante uma vez que estas relações são diretamente responsáveis pelo desempenho da organização.

Quadro 1 – Definições de Stakeholders

<i>Autores</i>	<i>Definições de stakeholder</i>
<i>Friedman (1970)</i>	Todos os acionistas da organização (todas as outras entidades são um meio para atingir um fim – a maximização do lucro).
<i>Freeman & Reed (1983)</i>	<p>Propõem duas definições de <i>stakeholder</i>:</p> <p><u>No sentido amplo</u>: Qualquer grupo ou indivíduo que pode afetar ou ser afetado na obtenção dos objetivos por parte da organização, o que inclui grupos que são amigáveis ou hostis.</p> <p><u>No sentido restrito</u>: qualquer grupo ou indivíduo dos quais a organização é dependente para a sua sobrevivência, o que captura a essência da definição da responsabilidade social, mas é mais</p>

	específico.
<i>Freeman (1984)</i>	Qualquer grupo ou indivíduo que possa afetar a obtenção dos objetivos organizacionais ou que é afetado pelo processo de busca desses objetivos.
<i>Carroll (1991)</i>	Grupo ou indivíduo que interage com a empresa e que com ela tem interdependência, reivindicação ou interesse nas operações e decisões da organização.
<i>Freeman (1994)</i>	São todos os participantes no processo humano que criam valor para as organizações.
<i>Atkinson et al. (1997)</i>	São indivíduos ou grupos, dentro ou fora da organização, com uma (stake) "participação" dentro da organização e que conseguem influenciar o seu desempenho.
<i>Freeman, (1984) e Parmar et al., (2010)</i>	O termo foi criado para generalizar a noção de que os acionistas são o único grupo a quem a gestão precisa de assistir.
<i>Savage et al. (1991)</i>	Um <i>stakeholder</i> tem interesse nas atividades de uma organização e (...) capacidade de as influenciar
<i>Clarkson (1994)</i>	Define stakeholders a partir do risco envolvido.
<i>Starik (1994)</i>	Qualquer entidade que surja naturalmente e que afete ou possa ser afetado pelo desempenho da organização.
<i>Clarkson (1995)</i>	Pessoas ou grupos que têm ou reivindicam propriedade, direito ou interesse em uma organização e nas suas atividades passadas, presentes e futuras. Essas reivindicações, direitos ou interesses são resultado das transações ou das ações realizadas com a organização e podem ser morais, legais, individuais ou coletivas.
<i>Carroll (1999)</i>	Grupos ou pessoas relacionadas com negócios que devem ser considerados nas ações ou atividades de responsabilidade social da organização.
<i>Post et al., (2002)</i>	Indivíduos ou constituintes que contribuem, voluntária ou involuntariamente, para as atividades de criação de valor de uma organização e por isso assumem o risco e poderão ser ou não ser potenciais beneficiários.
<i>Orts e Strudler, (2002)</i>	Participantes de uma empresa que suportam algum risco económico.
<i>Donaldson (2002)</i>	O termo é definido como uma pessoa ou grupo que beneficiarão ou poderão ser prejudicados pelas atividades da organização.
<i>Philips (2003)</i>	São indivíduos ou grupos para os quais os gestores de uma organização deverão ter atenção.
<i>Daft, Murphy & Willmot, 2010</i>	São grupos dentro e fora de uma organização.
<i>Harrison et al. (2010)</i>	São todas as entidades que estão mais próximas dos objetivos e operações das organizações.

Fonte: Elaboração própria

2.3 Teoria dos *Stakeholders* – Contexto Histórico

Contextualizando historicamente, e de uma forma breve esta teoria, Freeman⁶, refere no seu artigo de junho de 2004, denominado “The Stakeholder Approach Revisited⁷, pp.233, o autor refere que desde o ano de 1984, ano em que lançou o seu trabalho em “Strategic Management: A stakeholder Approach”, nasceu um interesse académico na Teoria dos *Stakeholders*, e que esta cresceu, e inclusivamente, foi ampliada e que o número de citações com a palavra *stakeholder* aumentou imensamente, como sugerido por Donaldson and Preston (1995). Também no artigo denominado, “Teoria dos *Stakeholders*: Um estudo bibliométrico de sua produção académica divulgada nos periódicos nacionais de 1999 a 2013”⁸, é indicado que a teoria dos *stakeholders* só amadureceu nos últimos anos (Rowley, 1967; Friedman; Miles, 2002; Fassin, 2010), sobretudo nos últimos 15 anos (Laplume; Sonpar; Litz, 2009).

Esta Teoria tem sido um dos principais assuntos da literatura académica em Gestão Estratégica nas últimas décadas, tornando-se uma ferramenta essencial para aumentar a sensibilização em torno da responsabilidade social corporativa (Fassin; Rosse, 2009; Fassin, 2010; Schiavoni *et al.*, 2013), influenciando a minimização dos riscos na gestão (Cole *et al.*, 2011). Atualmente, a Teoria dos *Stakeholders* pode ser encontrada em muitas publicações empresariais e de gestão, mas é, maioritariamente, usada como uma abordagem para a gestão estratégica.

De acordo com Freeman e Mc Vea (2010), a teoria foi desenvolvida para resolver três problemas que ocorreram ao longo do passado. Em primeiro lugar, concentra-se no problema da criação de valor e do comércio; em segundo lugar, leva em conta a tensão entre capitalismo e ética; e, finalmente, incorpora a mentalidade de gestão e

⁶ Fonte: Freeman, R. Edward and McVea, John, A Stakeholder Approach to Strategic Management (2001). Darden Business School Working Paper No. 01-02. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=263511>

⁷Fonte: Freeman, R. (2004). The Stakeholder Approach Revisited. Zeitschrift für Wirtschafts- und Unternehmensethik. 5. 10.5771/1439-880X-2004-3-228.

⁸Fonte: Henrique César Melo Ribeiro - Teoria dos Stakeholders: Um estudo bibliométrico de sua produção académica divulgada nos periódicos nacionais de 1999 a 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.19094/contextus.v14i1.810>

(Parmar *et al.*, 2010), visa melhorar e ampliar o conhecimento desses três problemas e tentar resolver esses problemas. Posto isto, pode-se considerar que a Teoria dos *Stakeholders* tem como essência a criação de valor, no entanto, os gestores tendem a ter diferentes perspectivas sobre quem deve compartilhar o valor que é criado (Harrison, Freeman, & Abreu, 2015). Isto implica, para a maioria dos negócios, terem que prestar mais atenção aos seus clientes, colaboradores, fornecedores, comunidade e financiadores, visto que todos eles são considerados como envolvidos e/ou responsáveis na criação de valor. Nesta perspectiva não há interesses mais importantes ou mais legítimos que outros, contudo, e como irei referir no ponto seguinte, identificar e priorizar os grupos de stakeholders é que pode não ser uma tarefa fácil.

No seguimento do estudo aprofundado sobre a Teoria dos *Stakeholders*, Clarkson (1995), Donaldson e Prestons (1995), concluíram que o desempenho das organizações está dependente da satisfação dos respetivos *stakeholders* e segundo Frieman (1970), a função primordial da organização é maximizar o retorno sobre os investimentos para os proprietários do negócio, ou para os acionistas, o que contrasta com a teoria dos *stakeholders*, na qual a empresa precisa considerar os interesses dos grupos afetados pela empresa. Por esta análise, os *stakeholders* têm potencial para ajudar ou prejudicar as organizações, pois são considerados como parte interessada, ou seja, alguém com interesse em um negócio. É importante salientar que segundo Freeman & Mcvea, 2001, o impulso por trás dessa abordagem foi a tentativa de construir uma estrutura que era sensível às preocupações dos gestores que estavam a ser afetados por níveis sem precedentes de turbulência ambiental e de mudanças.

Quadro 2 – Definições da teoria dos stakeholders

<i>Autores</i>	<i>Definições de teoria dos stakeholder</i>
<i>Freeman (1984)</i>	Esta teoria tem como marco a obra de Freeman (1984), que afirma que, para além dos acionistas da organização, os gestores têm um dever, também, para com os indivíduos ou grupos que contribuem, voluntária ou involuntariamente, para a capacidade de criação de riqueza e atividades da empresa ou das partes afetadas pelos negócios da organização.
<i>Freeman, Reed, (1983).</i>	Divide os objetivos da empresa em objetivos económicos e sociais, onde os sociais são apenas "secundários, modificando e limitando" os objetivos económicos.
<i>Fassin; Rosse, (2009); Fassin, (2010);</i>	Esta Teoria tem sido um dos principais assuntos da literatura académica em Gestão Estratégica nas últimas décadas, tornando-se uma ferramenta essencial para aumentar a sensibilização em

<i>Schiavoni et al., (2013)</i>	torno da responsabilidade social corporativa.
<i>Cole et al., (2011)</i>	Esta Teoria influencia a minimização dos riscos na gestão.
<i>Freeman e Mc Vea (2010)</i>	Esta Teoria foi desenvolvida para resolver três problemas que ocorreram ao longo do passado. “Em primeiro lugar, concentra-se no problema da criação de valor e do comércio; em segundo lugar, leva em conta a tensão entre capitalismo e ética; e, finalmente, incorpora a mentalidade de gestão.
<i>Harrison, Freeman, & Abreu, (2015).</i>	Esta Teoria tem como essência a criação de valor, no entanto, os gestores tendem a ter diferentes perspectivas sobre quem deve compartilhar o valor que é criado.

Fonte: Elaboração própria

O trabalho nessa área continuou no *Stanford Research Institute* e, a partir de 1977, também no Centro de Pesquisa Aplicada da *Wharton* (WARC; instalação da *The Wharton School* da Universidade da Pensilvânia). Na WARC, eles lidaram com projetos de aplicativos que levaram a um artigo de Edward Freeman e David Reed (Freeman, Reed, 1983) e, mais tarde, à monografia de Freeman, “Strategic Management: A Stakeholder Approach” (1984), e embora Freeman esperasse o uso de seu trabalho principalmente, como o título sugere, em gestão estratégica, ficou surpreso ao saber que especialistas focados, também, na ética nos negócios ou na responsabilidade social das empresas também se interessavam por ele.

Por conseguinte, e de acordo com o descrito neste ponto, o tema a Teoria dos *Stakeholders* não só têm influência empresarial como também social. Esta teoria tornou-se um poderoso veículo para pensar como a ética e os negócios estão conectados de maneira sistemática, e como administrar passa a ser mais do que uma busca por ganhos económicos. A gestão de uma organização requer a consideração adequada de uma série de questões fora do âmbito da obtenção do lucro, sendo a ética, seguramente, uma das mais importantes. Conforme a atividade da organização vai crescendo, o impacto que esta irá ter na vida de todos os intervenientes aumenta, quer seja na procura e/ou aumento de postos de trabalho, na criação de riqueza ou na sua postura para com o ambiente, entre outros fatores, e é aqui que a ética⁹ surge nos

⁹ “Apesar de não idêntico, o conceito de ética nos negócios (ou ética na gestão) surge estritamente relacionado com o conceito de responsabilidade social das organizações. A ética pode ser considerada como um conjunto de valores e regras sociais que distinguem o que está certo do que está errado, ou seja, indicam quando um comportamento é socialmente aceitável ou não. Por outras palavras, uma atuação ética significa não mais do que respeitar os princípios morais da sociedade. Estes princípios morais constituem regras gerais de comportamento de grande importância para a sociedade que não podem ser estabelecidas ou modificadas pelas decisões de indivíduos isoladamente ou pelos poderes instituídos. No plano empresarial, a ética tem a ver com a tomada de decisões de gestão, isto é, quais as

negócios ou na gestão, estritamente relacionada com o conceito de responsabilidade social nas organizações.

2.3.1 Considerações relevantes sobre a Teoria dos Stakeholders

Uma vez que no âmbito deste estudo nos interessa a Responsabilidade Social dos *Stakeholders*, iremos apresentar de seguida um artigo que demonstra exemplos e no qual se consegue abranger que a Responsabilidade Social e o conceito de Stakeholder crescem juntos.

Em conformidade com o exposto no artigo denominado: “stakeholder approach and the corporate financial performance”, elaborado pela professora, Ladislav Blažek, Ondřej Částek¹⁰, da segunda maior universidade da República Checa, Masaryk University, em 2009, pp.92, “Edward Freeman (Freeman, Reed, 1983) é indicado que o desenvolvimento da teoria dos *stakeholders*, na década de 1960 e no início da década de 1970, foi lento. Além do trabalho contínuo no Stanford Research Institute, quase ninguém estava a trabalhar no avanço da abordagem da teoria dos *stakeholder*. Eric Rhenman, da Suécia, foi uma exceção importante com o seu trabalho intitulado “Industrial Democracy and Industrial Management” (Rhenman, 1968, citado em Freeman, Reed, 1983). Ainda neste artigo a autora indica os seguintes exemplos: no ano de 1967, Eastman Kodak AGM foi criticada por causa das tensões raciais e do alto nível de desemprego entre a população negra em Cleveland e arredores e no ano de 1970, a associação de consumidores queixou-se da segurança dos Carros da marca General. Em ambos os casos, foi gerada uma grande atenção por parte dos meios de comunicação social e durante esse período de mediatismo o público tornou-se mais sensível às questões relativas ao meio ambiente, bem como à poluição do ar, da água, o lixo tóxico, entre outros. (Pesqueux, Damak-Aydi, 2005). No artigo de 1978,

escolhas efetuadas pelos gestores face a uma pluralidade de opções, tendo como plano de fundo a moralidade.” Fonte: <https://knoow.net/cienceconempr/gestao/etica-nos-negocios/>

¹⁰Tradução: Blažek, Ladislav & Částek, Ondřej. (2009). Stakeholder Approach and the Corporate Financial Performance. Review of Economic Perspectives. 9. 90-106. 10.2478/v10135-009-0002-7. The following paper aims to describe the analysis and utilization of stakeholder approach, which was used in the research of the Research Centre for Competitiveness of Czech Economy. The stakeholder model was employed in the research to explain the behavior of enterprises and to find factors of competitiveness. Here we can find assessment of stakeholders' importance and its relationship to corporate financial performance with some chosen interfering factors, which is preceding step before assessment all potential factors of competitiveness using multi dimensional analysis. Also the achieved results are related to chosen international and Czech studies.Fonte: [https://www.researchgate.net/publication/227640867 Stakeholder Approach and the Corporate Financial Performance](https://www.researchgate.net/publication/227640867_Stakeholder_Approach_and_the_Corporate_Financial_Performance)

Smith e Carroll (Smith, Carroll, 1978) apontaram o seguinte exemplo: comparam gerentes que tenham trabalhado 40 anos antes e concluíram que, há 40 anos, muitos aspectos não eram considerados problemas ou não eram considerados problemas com os quais os gerentes se deveriam preocupar, e nomeiam explicitamente o ambiente, a energia, o consumismo, a saúde e a segurança, enganando a publicidade, a segurança das mercadorias e afirmaram que o objetivo de fazer negócios tinha mudado da maximização completa do lucro para objetivos que enfatizavam a existência a longo prazo de uma empresa. É provável que, graças a essas mudanças no ambiente de negócios, o interesse pela abordagem dos *stakeholders* tenha continuado, embora as obras publicadas não sugiram isso, segundo a autora Ladislav Blažek, Ondřej Částek, no artigo denominado: “*stakeholder approach and the corporate financial performance.*”

De forma resumida, há autores que reconhecem como *stakeholders* apenas os grupos com os quais a organização tem uma relação mais próxima, e outros autores referem que, embora, os *stakeholders* possam não ter uma relação próxima com a organização, reconhecem que estes possam causar a sobrevivência e o insucesso da mesma e que possuem capacidade de condicionar a atividade da organização. Desde a primeira noção do termo *stakeholders*, que foi ampla e inteiramente organizacional, ao longo do tempo este conceito tem sido consistentemente associado a uma relação de troca entre os *stakeholders* e as organizações, bem como alguns autores consideram outros fatores importantes como o tempo, o valor, a ética, o ambiente, entre outros.

Tendo em conta que a Teoria dos *Stakeholders* é normalmente tratada como uma teoria que visa equilibrar o interesse dos *stakeholders*, interessa questionar qual o grupo de *stakeholders* que merece uma atenção especial por parte da organização em detrimento dos outros. Posto isto, podemos colocar a seguinte questão: como é que uma organização consegue perceber qual o grau de influência ou de importância que cada *stakeholder* possui e como é que este é calculado e verificado? Torna-se cada vez mais evidente que é extremamente importante que os gestores de uma organização tenham conhecimento e consigam dar a devida atenção a todos os *stakeholders* envolvidos no processo. Posto isto, urge identificar a classificação e influência dos *stakeholders*.

2.4 Classificação e Influência dos *Stakeholders*

“Para satisfazer os *stakeholders* em uma organização, os gerentes devem, em primeiro lugar, identificar aqueles que têm maior influência (Aaltonen, *et al.*, 2008; Buanes *et al.*, 2004; Driscoll e Starik, 2004; Mitchell *et al.*, 1997, Savage, *et al.*, 1991). Um dos grandes fracassos das organizações começa com a inexistência de uma estratégia para identificar e lidar com os *stakeholders* presentes ou futuros (Freeman, 1984). Por essa razão, as organizações não devem ignorar a sua existência e interagir com elas, de modo que os gerentes se relacionem com as partes interessadas e possam, portanto, monitorar as transações realizadas (Aaltonen, *et al.*, 2008; Freeman, 1984; Mitchell *et al.*, 1997; & Deephouse, 2007).”¹¹

A partir da revisão bibliográfica, destaco as seguintes principais abordagens em relação à classificação dos *stakeholders*:

2. descritiva, instrumental e normativa (Donaldson & Preston, 1995);

3. primário e secundário (Clarkson, 1995);

4. poder, legitimidade, urgência e saliência (Mitchell *et al.*, 1997).

1. Nas abordagens de Donaldson e Preston (1995), a abordagem descritiva refere-se à natureza da organização, ao modo de pensar e à visão dos gerentes dos *stakeholders*. A abordagem instrumental avalia o impacto dos *stakeholders* para desenvolver estratégias mais eficazes que permitam a organização obter um melhor desempenho dos negócios. Quanto à abordagem normativa, esta diz respeito à interpretação e operacionalização das funções da organização, com base em princípios morais e filosóficos. Estas classificações têm sido apoiadas por diversos autores, na literatura, reforçando a sua aplicabilidade dentro das organizações.

2. Clarkson (1995) sugere a divisão dos *stakeholders* em primário e secundários para os agrupar de acordo com interesses ou direitos em comum. De acordo com a pesquisa académica, esta classificação foi, também, adotada por outros pesquisadores e a base para essa divisão tem a ver com a existência ou não de um contrato formal ou autoridade direta com a organização (Mitchell *et al.*, 1997).

¹¹ Traduzido do original: To satisfy the most important stakeholders in an organization, managers must first of all identify those who have most influence (Aaltonen, *et al.*, 2008; Buanes, *et al.*, 2004; Driscoll & Starik, 2004; Mitchell, *et al.*, 1997; Savage, *et al.*, 1991).

One of the great failings of organizations begins which there is no strategy to identify and deal with present or future stakeholders (Freeman, 1984). For that reason, organizations must not ignore their existence and interact with them, so that managers relate to stakeholders and can therefore monitor transactions carried out (Aaltonen, *et al.*, 2008; Freeman, 1984; Mitchell, *et al.*, 1997; Parent & Deephouse, 2007).

Segundo Clarkson (1995), os *stakeholders* primários são definidos como grupos com um alto nível de dependência para com a organização e deste grupo depende a sobrevivência económica da organização, por isso há um alto nível de dependência entre estes e a organização. A este grupo pertencem os funcionários, clientes, fornecedores e/ou o governo ou entidades governamentais. Quanto aos *stakeholders* secundários, estes influenciam ou são influenciados pela organização, sendo que a sua existência não é essencial para a sobrevivência económica da organização, isto porque este grupo não tem interações diretas com a organização. A este grupo pertencem a comunicação social e a comunidade em geral.

3. Relativamente à definição de Freeman (1984), e como já referido neste trabalho, a definição é tão abrangente que possibilita, praticamente, que qualquer pessoa/grupo possa ser classificada como *stakeholders* e estes podem afetar ou ser afetadas por uma organização. Assim sendo, Mitchell, Agle e Wood, (1997) em um estudo sobre a teoria de *stakeholders*, propõem uma abordagem baseada em quatro atributos: poder, legitimidade, urgência e saliência. “Relativamente ao poder, é definido por Mitchell et al. (1997) como sendo a capacidade de influenciar uma organização dou como exemplo a relação entre a organização A e a organização B, na qual a organização A leva a organização B a fazer algo. Mitchell et al. basearam-se em Etzioni (1988, p.59), para definir o poder como a medida em que um partido tem ou pode obter acesso a meios coercitivos (meios físicos), utilitários (meios materiais) ou normativos (prestígio, estima e social) para impor os seus poderes¹².” O poder é obviamente o primeiro critério a ser levado em conta no que diz respeito a influenciar as decisões da organização e a distribuição de valores (Harrison, et al., 2010). “Relativamente à legitimidade é tomada de Suchman (1995, p.574), que define legitimidade como 'uma percepção ou suposição generalizada de que as ações de uma entidade são desejáveis, adequadas ou apropriadas dentro de algum sistema socialmente construído de normas, valores, crenças e definições¹³.” Relativamente à urgência, esta é definida como "o grau em que as reivindicações dos *stakeholders* exigem atenção imediata". “O "grau" depende não apenas da sensibilidade ao tempo, mas também de quão "crítico" é o relacionamento com o *stakeholder* ou a importância de sua

¹² Traduzido do original: Mitchell et al. Draw on Etzioni (1988, p.59) to define power as the extent to which a party has or can gain access to coercive (physical means), utilitarian (material means) or normative (prestige, esteem and social) means to impose their will

¹³ Traduzido do original: The definition of legitimacy is taken from Suchman (1995, p.574) who defines legitimacy as 'a generalized perception or assumption that the actions of an entity are desirable, proper, or appropriate within some socially constructed system of norms, values, beliefs, and definitions'. Source: Stakeholder

reivindicação (Mitchell *et al.*, 1997, p.867)¹⁴. A base para a urgência está associada à sensibilidade ao tempo, ou seja, até que ponto os gerentes adiam o atendimento ao pedido do interessado e sua pertinência. “A partir dessa tipologia de interessados, os autores introduzem as percepções dos administradores para desenvolver uma teoria da saliência dos *stakeholders*. Eles definem saliência como o grau em que os gerentes priorizam as reivindicações das partes interessadas (Mitchell *et al.*, 1997, p.854). Quanto mais atributos - poder, legitimidade e urgência – forem atribuição do *stakeholder*, maior a sua saliência. Em outras palavras, o gestor atribuirá uma maior prioridade aos *stakeholders* que contenham todos ou grande parte dos atributos referidos. O poder e a legitimidade estão inter-relacionados e as três variáveis podem se sobrepor. As combinações concederam sete classes diferentes de interessados, que os autores ilustram usando um diagrama de venn, exemplificado de seguida.¹⁵”

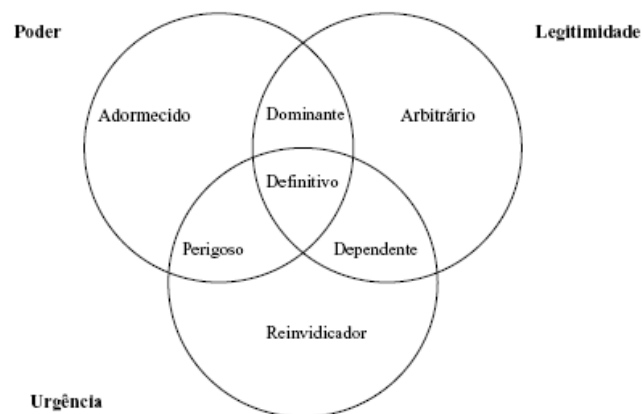


Figura 1: Tipo de Stakeholders

Fonte: tradução de Mitchell *et al.* (1997, p.874)

Adormecido: Aquele que tem poder para impor sua vontade na organização, porém não tem legitimidade ou urgência e assim seu poder fica em desuso, tendo ele pouca ou nenhuma interação com a empresa. Entretanto, a gestão deve conhecer *stakeholder* para monitorar seu potencial em conseguir um segundo atributo.

Perigoso: Quando existe poder e urgência, mas não existe legitimidade o que se possui é um *stakeholder* coercitivo e violento para a organização, o que literalmente pode a vir-se a tornar um perigo.

¹⁴ Traduzido do original: Urgency is defined as 'the degree to which stakeholder claims call for immediate attention'. The 'degree' depends not just on time- sensitivity, but also on how 'critical' the relationship is with stakeholder or the importance of their claim (Mitchell *et. al*, 1997, p.867).

¹⁵ Traduzido do original: From this stakeholder typology the authors introduce managers' perceptions to develop a theory of stakeholder salience. They define 'salience' as 'the degree to which managers give priority to competing stakeholder claims' (Mitchell *et. al*, 1997, p.854). The more attributes – power, legitimacy, and urgency – stakeholder is perceived to have the higher their salience. In other words the greatest priority will be given to stakeholders who have power, legitimacy and urgency. Power and legitimacy are interrelated and the three variables can overlap. The combinations given seven different classes of stakeholders, which the authors illustrate using a venn diagram.

Arbitrário: Possui legitimidade, mas não tem poder de influenciar a organização, nem depende de urgência. A atenção que deve ser dada diz respeito à responsabilidade social corporativa, pois tende a ser mais receptiva.

Dominante: É aquele que tem sua influência na organização assegurada pelo poder e pela legitimidade, recebe muita atenção por parte da empresa.

Reivindicador: Quando o atributo mais importante na administração do *stakeholder* for urgência, este caracterize-se como reivindicador. Deve ser monitorado quanto ao potencial de obter um segundo atributo, sem poder e sem legitimidade não devem atrapalhar a organização.

Definitivo: Possui poder, legitimidade e urgência, esse tipo de ator deve possuir um canal de diálogo aberto, são importantes para o desenvolvimento das atividades da empresa, deve-se dar atenção imediata e prioridade no tratamento desses stakeholders.

Dependente: Depende do poder de outro *stakeholder* para conseguir suas reivindicações, possui urgência e legitimidade.

Contudo, o que fazer se os interesses dos stakeholders são conflitantes, e quais são os interesses que os gestores devem acolher em detrimento dos outros e como é que estes hierarquizam os interesses dos stakeholders? A partir destas 7 classificações, é possível realizar uma análise dos *stakeholders* envolvidos na organização, embora esta análise se deva basear nos atributos poder, legitimidade e urgência.

No modelo de Mitchell, Agle e Wood (1997), os *stakeholders* devem ser identificados a partir de três atributos, o poder, a legitimidade e a urgência, o que permite estabelecer prioridade e definir quais os interesses que serão atendidos. Por meio do modelo criado, os autores propõem um tratamento diferente para poder e legitimidade, insistindo na diferença entre eles e no fato de que, na realidade, pode haver *stakeholders* que são percebidos como tendo poder, mas sem legitimidade, e partes interessadas com legitimidade, mas sem poder. Esse critério de diferenciação dos grupos de *stakeholders* permite estabelecer prioridades e definir quais os interesses que serão atendidos. Todavia, nem sempre os *stakeholders* estão interessados em favorecer as organizações com as quais compartilham o ambiente social, económico ou político. O estudo elaborado por Savage et al. (1991) classifica quatro grupos de *stakeholders*, onde é possível identificar o grau de influência de cada um dentro da organização e qual a melhor estratégia a tomar em cada grupo. Segundo os autores, para cada decisão estratégica, as organizações geralmente enfrentam um conjunto diversificado de *stakeholders* com interesses e objetivos variados e, muitas vezes, conflitantes. A administração dos *stakeholders* tem como objetivo encontrar formas para os satisfazer de forma a que esse relacionamento se reverta em benefícios para a organização e vice-versa, mas para isso é necessária uma avaliação crítica que permita a identificação de quais *stakeholders* possuem o potencial de ameaçar e/ou de colaborar.

Esses autores criaram uma matriz classificando os *stakeholders* em quatro grupos, onde é possível identificar o grau de influência de cada um dentro da organização e qual a melhor estratégia a se tomar diante de cada um. De acordo com os autores, são classificados como tipo 1 os *stakeholders* dispostos a apoiar, ou seja, aqueles que possuem baixo potencial de ameaça e alto potencial de cooperação. Como tipo 2,

os *stakeholders* marginais, que são considerados não altamente ameaçadores nem especialmente cooperativos. Embora eles potencialmente tenham uma participação na organização e em suas decisões, eles geralmente não estão preocupados com a maioria dos problemas. Os *stakeholders* indispostos a cooperar são classificados como tipo 3. Possuem alto potencial de ameaça, mas baixo potencial em cooperação. O tipo 4 são os *stakeholders* ambíguos, que possuem elevado potencial de ameaça ou de cooperação. Tal classificação é apresentada na figura 2 apresentada a seguir.

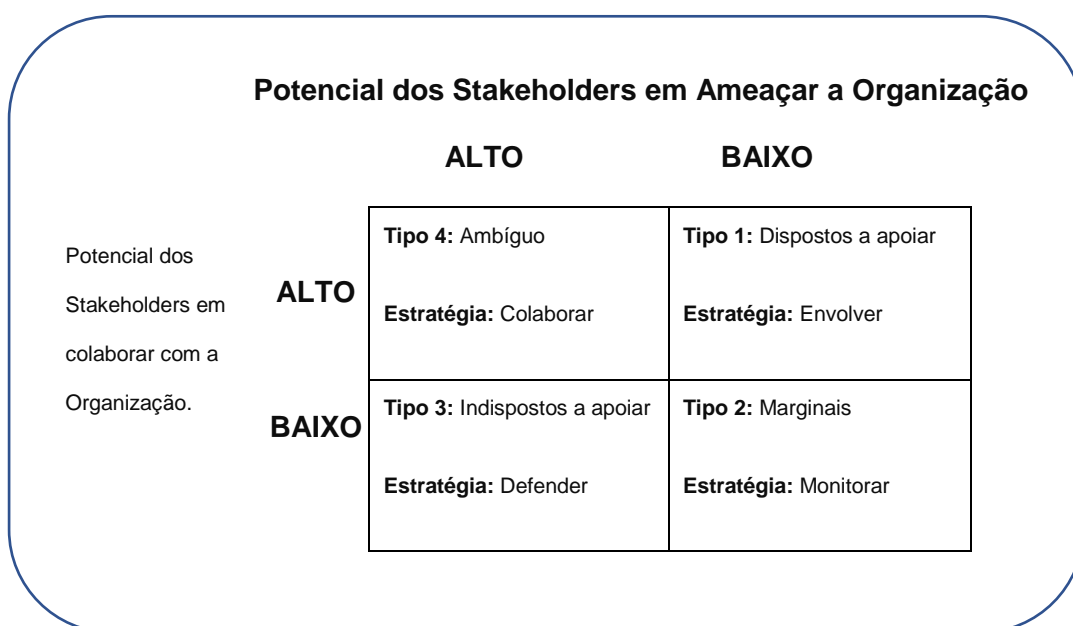


Figura 2: Diagnóstico dos Tipos de Stakeholders

Fonte: Adaptação e tradução de Savage et al. (1991, p. 65)

O potencial do *stakeholder* em cooperar, às vezes, é ignorado, mas é particularmente relevante, porque ele pode levar as organizações a unir forças com outros *stakeholders*, resultando numa melhor administração dos meios de negócios. As organizações podem evitar a implementação de planos opostos aos planos dos *stakeholders* e evitar problemas/conflitos com estes, reconhecendo as suas necessidades emergentes e envolvendo-os nos seus objetivos/planos.

2.4.1 Priorização dos *Stakeholders*

De acordo com a pesquisa efetuada, compreendi que a priorização dos *stakeholders* é um tema que envolve diversos conceitos que não tornam claros os critérios que os gestores devem adotar para decidir quem será priorizado. Relativamente à priorização

dos *stakeholders*, é um assunto discutido na literatura sob a importância do *stakeholder* e o interesse do *stakeholder*. Essas perspectivas podem ser compreendidas por meio do modelo conceitual de Boaventura et. al. (2013), apresentado na Figura 3.

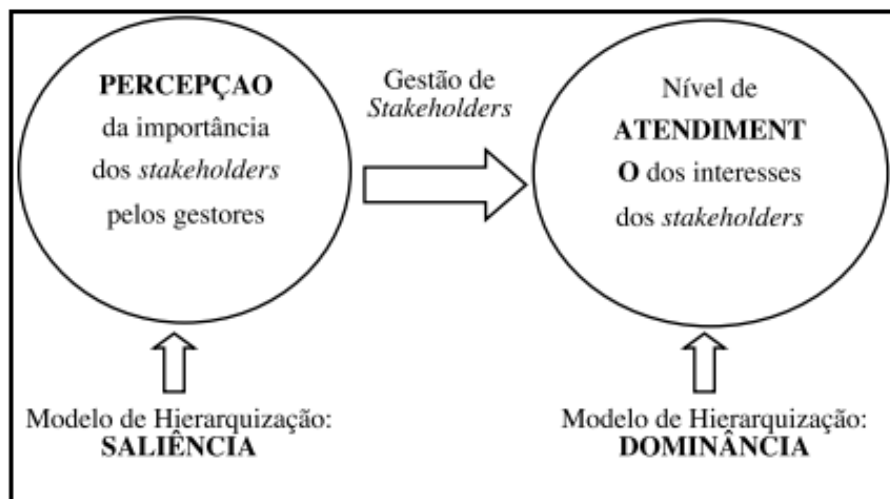


Figura 3: Priorização de Stakeholders

Fonte: Boaventura et al. (2013)

A figura 3 apresenta duas formas para se compreender a priorização dos *stakeholders*. No modelo de hierarquização, os *stakeholders* são considerados, para os gestores, mais importantes e recebem uma maior atenção por parte da gestão da organização. Nesta perspectiva, a hierarquização dos *stakeholders* consiste no modelo de saliência dos *stakeholders*. A outra perspectiva é referente ao nível de atendimento dos interesses dos *stakeholders*, na qual os *stakeholders* priorizados recebem mais recursos do que os outros. Nesta perspectiva é a dominância que predomina a hierarquização dos *stakeholders*. O conceito Freeman (1999) é de que a gestão eficiente deve gerenciar as relações, acrescento que a gestão dos *stakeholders* procura alocar os recursos de forma eficiente, para que as demandas dos *stakeholders* mais importantes sejam atendidas de forma eficiente e de forma prioritária. Resumidamente, a priorização dos *stakeholders* por parte dos gestores é relativa ao nível de atendimento de interesses recebidos pelos *stakeholders*.

De acordo com a pesquisa efetuada, refiro novamente que, torna-se evidente a importância para as organizações de conhecerem os seus *stakeholders* e de conseguirem dar prioridade aos mesmos construindo uma visão a longo prazo, mas para tal, é necessário que a organização reconheça a sua fase de maturidade, pois

podem existir *stakeholders* com mais e menos importância. Uma perspectiva interessante, além da organização conhecer quais os seus *stakeholders* é também conhecer quais é que são importantes. É claro que na base de todas as perspectivas dos *stakeholders* e na forma como estes podem contribuir para o bom funcionamento e sobrevivência de uma organização, estes devem reger-se por princípios socialmente responsáveis, ao nível interno e externo, pois só assim o ciclo de responsabilidade social se completa de uma forma autêntica, dinâmica, construtiva e sustentável.

2.5 A Responsabilidade Social

Abordada a teoria de suporte teórico a esta investigação, a gestão dos *stakeholders*, procedeu-se à análise dos conceitos e teorias da Responsabilidade Social-RS, pois existe uma diversidade de opiniões em relação a este conceito que, por vezes, se confundem com outros conceitos, tais como ética, filantropia, mecenato, etc., “para outros, é uma estratégia para alcançar vantagem competitiva (Porter; Kramer. 2002)”. Para Porter as práticas de RS são um instrumento para a melhoria da reputação de uma organização, podendo assim aumentar o número de clientes e desta forma melhorar a rentabilidade da mesma.

Como breve introdução ao tema de RS e de acordo com o exposto no estudo denominado: *Administração de Stakeholders: uma questão ética ou estratégica*, o professor Taiane Las Casas Campos¹⁶, e passo a citar alguns parágrafos, é referido que “Freeman (1984) delimitou o espaço da responsabilidade social para uma dimensão mais restrita com a seguinte definição de *stakeholder*, inclui qualquer grupo ou indivíduo que possa afetar ou é afetado pelos objetivos organizacionais, Freeman (1984). A amplitude do conceito suscitou outras proposições que, segundo Starik (1993), podem ser consideradas em função da extensão, do tipo de benefício, da importância e, principalmente, da percepção do que sejam as organizações e quais os seus objetivos. Na dimensão mais ampla do conceito, estão as contribuições que buscam estabelecer as relações a partir de efeitos. O conceito de Freeman (1984),

¹⁶ Possui mestrado em Teoria Económica pela Universidade Federal de Minas Gerais (1998); doutorado em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (2003) e pós-doutorado pelo IUPERJ. Atualmente é professor adjunto IV do Departamento de Relações Internacionais - Programa de Pós-Graduação Relações internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Economia Internacional e Relações Internacionais, atuando principalmente nos seguintes temas: desenvolvimento económico e social, comércio internacional, crescimento económico, instituições internacionais e desigualdade de renda e relações do Atlântico Sul. Desenvolve pesquisas no campo da Economia Política Internacional, com ênfase nos processos de integração regional e desenvolvimento económico e social. Coordena o Grupo de Pesquisas do Atlântico Sul, registrado no CNPQ.-Informações coletadas do Lattes em 03/06/2019.

considerado o mais amplo, abre espaço para virtualmente qualquer um que possa afetar ou seja afetado pela organização. Abre uma possibilidade infinita de stakeholders, pois até mesmo fatores climáticos exercem esse papel (Mitchell, Agle e Wood,1997). Com base em Freeman (1984), Starik (1993) propõe que o conceito seja estabelecido a partir do corte feito pelo pesquisador, pois o que afeta ou é afetado pela organização pode incluir a atmosfera, os seres inanimados (pedras, computadores) e toda a sorte de indivíduos e seres em geral. (...) Por outro lado, no nível restrito, estão as contribuições que visam definir grupos e os seus interesses para a atividade econômica da organização. Clarkson (1994) define stakeholders a partir do risco envolvido. (...) Clarkson (1995) refina mais o conceito, considerando *stakeholders* pessoas ou grupos que têm ou reivindicam propriedade, direito ou interesse em uma organização e nas suas atividades passadas, presentes e futuras.”¹⁷ Neste âmbito, é impreterível que cada um de nós se situe na perspectiva dos *stakeholders* e reflita a forma como podemos contribuir para a continuidade ou de comportamentos socialmente responsáveis, sendo que esta continuidade depende muito da consciência e da conduta pessoal de cada um.

Mas afinal, o que é a Responsabilidade Social? Se tentarmos definir os termos, Responsabilidade significa responder pelas nossas ações e consequências dos nossos atos, e Social pressupõe relações, sociabilidade e interação humana. Se usarmos a mesma analogia para a Responsabilidade Social, eu diria que a responsabilidade social é agir de forma ética e correta em contexto de sociedade.

2.5.1 Contexto Histórico, e Evolução do Conceito de Responsabilidade Social

Desde o período de aparecimento da indústria que autores como Marx Weber e a sua respetiva escola clássica, que se iniciaram conjuntos de movimentos sindicalistas e sociais, que iniciaram a discussão sobre os danos ambientais que esta indústria causava e pelas condições laborais.

Nos últimos anos a importância da Responsabilidade Social-RS e conseqüentemente da Responsabilidade Social Empresarial-RSE, expandiu-se globalmente. Historicamente algumas referências indicam que já no século XVII algumas

¹⁷ Fonte: Campos, Taiane Las Casas. (2006). Políticas para stakeholders: um objetivo ou uma estratégia organizacional?. *Revista de Administração Contemporânea*, 10(4), 111-130. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S1415-65552006000400006>

companhias baseavam os seus negócios com princípios que iam para além da simples obtenção de lucro. A história da RSE cruza-se com alterações sociais, económicas e políticas e também pela luta de igualdade entre homens e mulheres, entre raças, e uma série de outras dimensões, que criaram um grande impacto e grandes alterações na economia mundial.

Os primeiros vestígios documentados do conceito de Responsabilidade Social Empresarial remontam ao início do século XX, no entanto o conceito de Responsabilidade Social tem vindo a ajustar-se ao longo dos tempos, tendo em conta a evolução, desenvolvimento das mentalidades e consequência das mudanças nacionais e internacionais ocorridas.

A RS pode ser classificada como interna e externa. A RS interna foca-se no público interno da empresa, ou seja, nos seus empregados, os pois sem eles a organização não conseguirá sobreviver. Por outro lado, a RS externa procura agir na sociedade onde se encontra inserida e junto dos públicos ou beneficiários externos (fornecedores, clientes, etc.)

A era moderna da Responsabilidade Social inicia-se na década de 50 (Carroll 1999) com a publicação do livro de Howard R. Bowen (1953) "*Social Responsibilities of the Businessmen*", considerado por alguns autores como o "Pai" da Responsabilidade Social, e atinge o seu ponto alto nas décadas de 1960 e 1970 quando as empresas enfrentaram um crescente ativismo público que começou a questionar o seu papel em questões sociais, (Clark 2000).

Citando Manuel Alves Monteiro - Presidente da Direção do Instituto Português de Corporate Governance. "Foi, no entanto, durante o final da década de 60 e início da década de 70, que o tema ganhou destaque, quer nos Estados Unidos da América, quer na Europa - particularmente, em França e em Inglaterra -, quando as empresas passaram a elaborar e a publicar relatórios sobre as atividades de carácter social, dando assim corpo a um modelo e a uma prática que hoje vemos corporizados nos conhecidos Balanços Sociais. O primeiro Balanço Social, nos moldes em que hoje é entendido, foi levado a cabo em França, no ano de 1972, pela empresa SINGER. Este País, a França foi, aliás, pioneira na obrigatoriedade de elaboração periódica do

Balanço Social para empresas com mais de 750 trabalhadores, após a publicação da Lei 77.769, de 12 de julho de 1977.”¹⁸

A partir dos anos 80 começaram a surgir conceitos e são introduzidos outros termos semelhantes, como responsabilidade social corporativa, performance social corporativa ou corporação responsável e ética, e embora não haja consenso sobre o conceito de Responsabilidade Social Económica-RSE (natureza, motivação, impactos), a revisão da literatura permite concluir que a maioria das definições leva em consideração as dimensões económicas, sociais e ambientais, como refere (Almeida, 2010), que não existe um consenso sobre este conceito, dadas as várias abordagens que têm sido feitas ao tema, e conforme Clarkson (1995, p.95), (...) nenhuma teoria tem sido desenvolvida que consiga fornecer uma estrutura ou modelo, e não há qualquer acordo sobre o significado desses termos de um ponto de vista operacional ou administrativo.

Contudo, é a partir dos anos 90, integrando o conceito com a teoria dos *stakeholders* que este evolui e surgem os modelos mais populares como o de Responsabilidade Social Empresarial (RSE) e *Corporate Social Performance-CSP*¹⁹. Os anos 90 são também caracterizados por terem sido produzidos dois documentos que contribuíram para esta nova abordagem, o Livro Verde da Comissão das Comunidades Europeias, promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas, e o Livro Branco: Política Social Europeia-Como Avançar na União. Foi também no início dos anos 90 que o então Presidente da Comissão Europeia, Jacques Delors, para encontrar soluções no combate aos problemas estruturais de desemprego e de exclusão social, lançou um repto às empresas para se empenharem na resolução destas temáticas. Todavia, no final da década de 90, o então secretário-geral das Nações Unidas propôs a criação de um Pacto Global, desafiando os líderes mundiais a iniciar políticas sociais e ambientais. Foi graças a estas medidas que evoluíram os discursos relativos à prática de responsabilidade social a nível empresarial e organizacional.

“O início do séc. XXI apresenta novos desafios na sustentabilidade e estratégia empresarial com o surgimento de novos organismos internacionais que propõem

¹⁸ Fonte: Comissão de Acompanhamento e Monitorização. *A Responsabilidade Social das Empresas (RSE)* Disponível em: <https://cgov.pt/o-ipcq/326-redir#http://www.cmvm.pt/publicacoes/cadernos/caderno21.asp>

¹⁹ A tradução de *Corporate Social Performance-CSP* é desempenho social corporativo, mas é uma expressão que não tem sido muito utilizada pelos investigadores, por essa razão o conceito utiliza-se em inglês sem tradução.

critérios de avaliação e políticas de RSE. Nos últimos anos a Responsabilidade Social das Empresas tornou-se um conceito relevante que enquadra as contribuições das empresas para a sustentabilidade.”²⁰ “Para Oliveira (2008), no caso das empresas que operam em diversos países, quando se analisa a responsabilidade social corporativa-RSC²¹ depara-se com as fronteiras ou limites das responsabilidades corporativas, pois países possuem culturas e moralidades diversas. Com a globalização da economia, uma forma de equalizar a responsabilidade social corporativa é a implantação das normas da International Organization for Standardization (ISO) como padrão de atuação empresarial nos diversos países, podendo esta ser complementada pelas normas da Social Accountability International (SAI) e do Institute of Social and Ethical Accountability (ISEA).”²²

Mencionando Fontes (2011), os três grandes pilares de uma prática de responsabilidade social sustentável, são os aspetos:

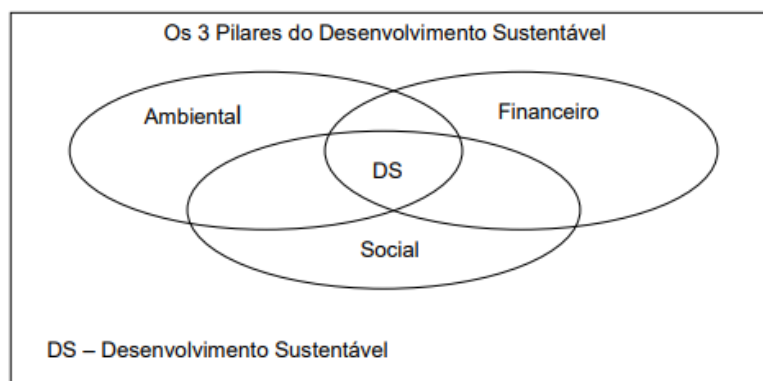


Figura 4: Os três pilares do desenvolvimento sustentável Fonte

Fonte: Mortal (2005), p.314

A figura, também designada como Triple Bottom Line, Fontes (2011) apresenta estes três fatores como a base para o desenvolvimento económico de uma empresa, e que esta deve conciliar de igual forma, explicando que o desenvolvimento económico não se sustenta sem uma contrapartida ambiental e social e que o desenvolvimento

²⁰ Fonte: Comissão das Comunidades Europeias, 2002.

²¹ Responsabilidade Social Corporativa (RSC) é a forma de conduzir o negócio das organizações, que se caracteriza por ter em conta o impacto que todos os aspetos das suas atividades geram sobre os seus clientes, colaboradores, acionistas, comunidades locais, ambiente e sobre a sociedade em geral.

²² Fonte: TEORIA DOS STAKEHOLDERS E RESPONSABILIDADE SOCIAL: algumas considerações para as organizações contemporâneas http://acslogos.dominiotemporario.com/doc/TEORIA_DOS_STAKEHOLDERS_E_RESPONSABILIDADE_SOCIAL.pdf

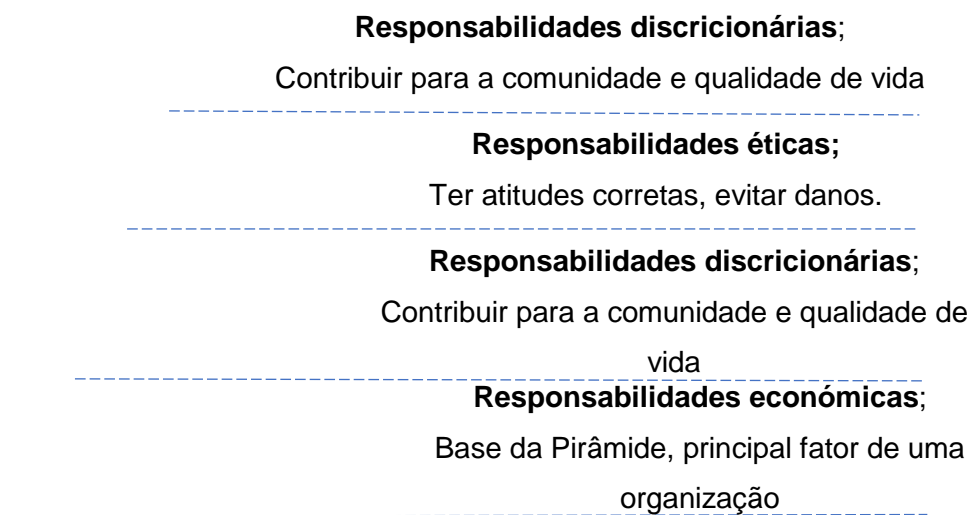
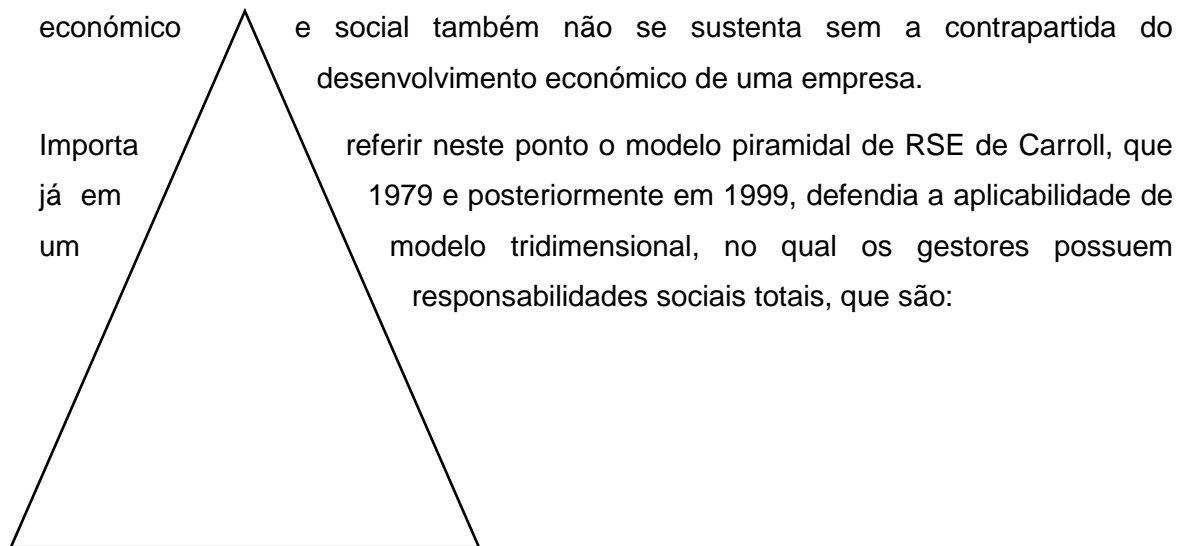


Figura 5: Modelo Piramidal de Responsabilidade Social, modelo de Carroll

Fonte: Elaboração própria, adaptado de Carroll (1979)

A base deste modelo de Carroll, denominada Responsabilidade Económica é a base da pirâmide, sendo o principal fator de responsabilidade de uma organização, já que o fator lucro, é a principal razão de existência de uma organização e para Friedman (1984), considera o ganho económico como a única responsabilidade social das empresas.

A Responsabilidade Legal pode-se resumir à responsabilidade das organizações em obedecerem à lei. Trata-se do momento em que a sociedade entende ser importante o

papel produtivo assumido pelas empresas, no entanto impõe regras definidas pelo governo nacional.

Na sequência existe a Responsabilidade Ética, esta corresponde às atitudes corretas por parte das organizações que a sociedade espera que estas tenham, podendo por vezes desviar-se dos interesses económicos da organização.






Por fim, encontra-se no topo da pirâmide a Responsabilidade Discricionária, que é orientada por ações como as doações a instituições sociais, sejam financeiras ou não, para a realização de projetos comunitários ou de voluntariado, sem qualquer benefício ou fim lucrativo.

Em síntese, tanto o conceito de RS como o de desenvolvimento económico visam a procura simultânea do desenvolvimento económico associado ao progresso ambiental, enquanto que o desenvolvimento sustentável se posiciona em um nível intergovernamental e institucional, e a RS está ao nível das organizações nacionais, o que também significa que esta problemática, não só, se resolve apenas ao nível dos governos e das multinacionais como também exige a intervenção das organizações públicas e privadas bem como das organizações com ou sem fins lucrativos. Uma organização que anseie desenvolver ações de Responsabilidade Social, deverá impor-se o cumprimento simultâneo de todas as dimensões descritas na Pirâmide de Carroll. Isto significa que, além de lucrativa a organização deve obedecer às leis e acatar as expectativas sociais.

Da revisão da literatura é possível concluir que o conceito de Responsabilidade Social é suportado na Teoria dos *Stakeholders* ao focar-se na importância das relações da organização para com os seus *stakeholders*, o que pode aumentar ou melhorar a sua performance à medida que a organização integra preocupações sociais e ambientais e assim criam valor para os seus *stakeholders*.

Em suma, a RSE é, cada vez mais, uma preocupação importante das organizações, pelo impacto que estas têm na sociedade em geral e nas comunidades em particular. As organizações, de forma voluntária, desenvolvem processos com o propósito de abranger atividades de carácter social e ambiental nas suas estratégias, de forma a criar um conjunto de valores que envolvam todos os *stakeholders*. De salientar que a consciencialização da sociedade sobre as questões da Responsabilidade Social estão a aumentar e que os clientes, cada vez mais, dão importância a este tema.

Quadro 3 – Evolução Histórica da Responsabilidade Social

Ano	Descrição
Anos 50	Publicação do livro de Howard R. Bowen (1953) "Social Responsibilities of the Businessman"
	
Anos 60	A literatura sobre RSE expandiu-se significativamente, centrando-se na formalização do conceito e respetiva definição e o seu desenvolvimento foi apoiado pelo ambiente de rápida mudança social e pressão de grupos ativistas e ambientalistas para que as organizações adotassem práticas e políticas socialmente responsáveis. As definições de RSE crescem (Carroll 1999) centrando as discussões na responsabilidade e desempenho.
	
Anos 70	(1972) Paris foi pioneira na obrigatoriedade de elaboração do Balanço Social para as empresas com mais de 750 trabalhadores. Milton Friedman: O único objetivo das empresas deve ser a maximização dos lucros. Carroll (1979) apresenta a primeira visão estrutural da RSE: Engloba as expectativas económicas, legais, éticas e discricionárias que a sociedade tem em relação às organizações num determinado período de tempo.
	
Anos 80	O foco da RSE até aqui centrava-se na definição e esclarecimento de conceitos e nos anos 80 alterou-se para a busca pela operacionalização. Operacionaliza-se o modelo das 4 dimensões de Carroll (1979).
	
Anos 90	Carroll (1991) Modelo Piramidal da Responsabilidade Social Os anos 90 são considerados os anos da Gestão Estratégica e da Integração da Teoria dos <i>Stakeholders</i> com inúmeros autores a abordarem a RSE. Para além desta associação, são desenvolvidos diversos conceitos ancorados na RSE como governança corporativa, ética de negócios, filantropia empresarial, entre outros.
	
Séc. XXI	O início do Séc. XXI traz novos desafios e o foco na sustentabilidade e as abordagens existentes sofreram revisões e atualizações, com vista à uniformização do conceito. É marcado por fortes transformações sociais e políticas, e como a economia é cada vez mais globalizada e o consumidor cada vez mais informado, consciente e reivindicativo. Clark (2000), quando as organizações enfrentam um crescente ativismo público que começou a questionar o seu papel em questões sociais.

Fonte: Elaboração Própria

2.5.2 A Responsabilidade Social em Portugal

A pesquisa académica permite evidenciar que a Responsabilidade Social em Portugal é motivada por dimensões como as questões e requerimentos legais ou por condutas éticas e sociais (Fernandes et al., 2012) e este conceito, em Portugal, pode ser abordado em quatro perspetivas: as organizações que se dedicam a promovê-la; os prémios que incentivam a prática empresarial; o estado da arte (empresarial); e a investigação académica. Esta pesquisa evidenciou também que, o crescimento da Responsabilidade Social está relacionado, não só com aspetos de natureza moral e ética, mas sobretudo, com argumentos de natureza financeira, mais concretamente com a expectativa dos investidores na obtenção de resultados a longo prazo expressamente assentes na adoção de políticas socialmente responsáveis por parte das organizações.

A história Portuguesa da RS remonta ao século XV através da criação de Misericórdias ligadas à Igreja Católica para apoiar os mais necessitados. “As ações sociais levadas a cabo pelas empresas são elogiadas pela Igreja, como podemos observar nas declarações do Papa Bento XVI: Está a aumentar a consciência sobre a necessidade de uma mais ampla responsabilidade social da empresa, acrescentando que , a gestão da empresa não pode ter em conta unicamente os interesses dos proprietários da mesma mas deve preocupar-se também com os trabalhadores, os clientes, os fornecedores dos vários fatores de produção, a comunidade de referência.” (Paulo Bento XVI, 2009 apud Leal, 2010: 31)²³ e também nas declarações recentes do Papa Francisco: “A misericórdia não é fazer o bem, de passagem, é envolver-se”, precisou.²⁴

Citando versículos da Bíblia, “a credibilidade da Igreja passa de forma convincente através do serviço com as crianças abandonadas, os doentes, os pobres sem comida e trabalho, os idosos, os sem-abrigo, os prisioneiros, refugiados e migrantes, as pessoas afetadas por desastres naturais... enfim, onde quer que exista um pedido de ajuda, ali chega o vosso testemunho ativo e desinteressado. Tornais visível a lei de Cristo: levar os pesos uns dos outros” (cf. *Gal 6,2, Jo 13,34*).²⁵ O mundo dos dias de

²³ Fonte: *Carta encíclica do sumo pontífice Bento XVI* http://rss.vatican.va/xml/rss_pt.xml

²⁴ Fonte: *Papa elogia Madre Teresa e condena «grave pecado» de ignorar sofrimento alheio* <https://www.agencia.ecclesia.pt/noticias/vaticano/vaticano-papa-elogia-madre-teresa-e-condena-grave-pecado-de-ignorar-sofrimento-alheio/>

²⁵ Fonte: *Jubileu Extraordinário da Misericórdia Catequese do Papa Francisco para o Jubileu dos Agentes de Misericórdia.* Disponível

hoje, precisa de sinais concretos (semelhantes aos das misericórdias), de solidariedade e de amor, porque, no meu entender, o amor é a expressão máxima de vida e que nos permite existir!

Mais tarde, após a Revolução de 25 de Abril de 1974, é que se iniciaram diversas nacionalizações e a instalação de uma economia social (Pinto, 2004). A temática da RSE em Portugal reaparece com a publicação do Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (PNDES 2000-2006) em 1998 e em 2003, com um parecer da autoria do Conselho Económico e Social (CES) sobre o Livro Verde (2001), verificando-se a intenção de enquadrar as PME na RSE (Santos, Pereira e Silva, 2006). A RSE em Portugal passou a ser exercida de forma mais sistemática após a celebração dos acordos internacionais, designadamente da Cimeira Europeia de Lisboa, realizada em 2002 (Pinto, 2004) e ganhou novo impulso com a criação da norma portuguesa de RSE NP 4469:1, em 2008, que funcionou como um marco na implementação de práticas de RSE (Leite e Rebelo, 2010).²⁶

De facto, em Portugal, quer impulsionadas por instituições internacionais ou seguindo o apelo das instâncias europeias, no início do séc. XXI começaram a surgir alguns movimentos para constituição de grupos de trabalho e de instituições que promovessem a temática da RSE em Portugal. Além das referidas na referência em cima mencionada, destaco também o Grace-Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial, o BCSD Portugal – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável, a RSE Portugal Associação Portuguesa para a Responsabilidade Social das Empresas, a APEE – Associação Portuguesa de Ética Empresarial, o CRIS – Centro de Responsabilidade e Inovação Social que é dinamizado pela Associação Portuguesa de Qualidade (APQ) e a Rede RSOPT-Rede Portuguesa de Responsabilidade Social das Organizações, que integra atualmente a Global Compact Network Portugal e a Aliança Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Estas entidades, com mais ou menos protagonismo, têm sido determinantes na promoção e no debate da RSE em Portugal, realizando diversos seminários, estudos empresariais, e eventos que consciencializam as organizações para a importância de integrarem práticas socialmente responsáveis com o envolvimento dos *stakeholders*.

https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2016/september/documents/papa-francesco_20160903_giubileo-operatori-misericordia.html

²⁶ Fonte: A Influência dos Stakeholders na Responsabilidade Social Empresarial Estratégica, Tese de Marta Maria Cordeiro Lopes, Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/10038/1/Tese_Out_2015_Final_Juri.pdf de marta maria cordeiro lopes

Constatando que ainda há um longo percurso a percorrer, contudo nota-se que existem empresas que assumem uma gestão de RS em Portugal, e destaco a EDP pelo papel fundamental que tem alimentado nos últimos anos a nível educacional e cultural na comunidade onde se envolve, a partir de investimentos na formação de novos públicos. A multinacional EDP-Eletricidade de Portugal, tem-nos apresentado com algumas iniciativas, tanto internas como externas ao longo dos anos e tem trabalhado num quadro de gestão socialmente responsável com iniciativas de solidariedade para com a comunidade, por exemplo a Orquestra Energia Fundação EDP e o programa Escolas Solidárias Fundação EDP, procurando um princípio de transparência e tendo um contacto próximo com as pessoas e procurando envolver a comunidade onde se insere desenvolvendo programas ajustados. A nível das organizações da sociedade civil, tal como nos indica, (Santos et al. 2014) existem três associações empresariais a trabalhar nesta área, sendo algumas delas a Associação Portuguesa para a Responsabilidade Social das Empresas; o Grupo de Reflexão e Apoio à cidadania Empresarial e o Conselho; e o Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável.

É importante referir que a União Europeia se interessa pela questão da responsabilidade social das empresas e que no ano de 2001, surgiu com um contributo importante, o Livro Verde - Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas, no qual existe uma clara alusão à ideia de desenvolvimento sustentável e a noção de que as empresas devem procurar alcançar três tipos de objetivos: económicos, sociais e ambientais. O Livro Verde tem por objetivo “facilitar o intercâmbio de experiências e partilha de práticas bem-sucedidas, o desenvolvimento de competências, a transparência e a convergência das práticas e dos instrumentos da RSE” (Santos et al. 2006). Neste livro, página 7, segundo parágrafo, a definição de RSE apresentada é a seguinte: A maioria das definições descreve a responsabilidade social das empresas como a integração voluntária de preocupações sociais e ambientais por parte das empresas nas suas operações e na sua interação com outras partes interessadas.

2.5.3 A Crescente Importância

Como o objeto de estudo deste trabalho é a relação dos *Stakeholders* com as práticas de Responsabilidade Social, entendemos ser pertinente dar o devido destaque a essa relação, com base em uma revisão da literatura sobre estes temas. Com este tópico,

pretendo compreender a crescente importância da prática de ações relacionada à responsabilidade social.

Temos que atuar como «empresa cidadã», desenvolvendo os negócios com a consciência e responsabilidade social perante as PESSOAS, e com responsabilidade social ambiental, perante o PLANETA, a nossa casa é, principalmente, das gerações futuras. Rui Nabeiro, presidente do Grupo Nabeiro – Delta Cafés In Mercator XXI – Teoria à Prática, 2010: 575

Atualmente em Portugal já existem organizações com grande sentido de responsabilidade social, como o exemplo do Grupo Nabeiro, e também existem organizações que assumem a RSE como diferenciador e promotor da inovação especialmente pelas organizações com negócios de exportação e multinacionais, como o exemplo da Delta Cafés, tendo um compromisso com a sociedade e com os cidadãos na construção de uma sociedade mais equilibrada social, ambiental e economicamente.

Como transparece em subcapítulos anteriores, a responsabilidade dos *stakeholders* é evidente, mas importa dar a conhecer a crescente importância que este conceito tem vindo a ganhar ao longo do tempo, apresentando algumas causas para esse mesmo crescimento. Com o exposto nos pontos anteriores, torna-se evidente que as organizações devem refletir sobre os interesses dos seus *stakeholders*, e que não devem ignorar que todas as restantes partes têm uma importância crucial em todo o processo organizacional devido ao impacto que a atividade organizacional pode exercer sobre elas e vice-versa. Neste âmbito, é legítimo dizer que os *stakeholders* podem reivindicar às organizações uma conduta adequada ao paradigma da Responsabilidade Social, sendo que, é legítimo que as empresas reivindiquem aos *stakeholders* o mesmo tipo de atuação. Como se verificou ao longo deste trabalho, foi referido que os *stakeholders* são muitos e variados, e passo a exemplificar: os recursos humanos de todos os setores de uma organização, os clientes, os fornecedores, os concorrentes, o meio envolvente, o poder público, os sindicatos, a Imprensa, a comunidade académica e, os acionistas e/ou proprietários.

O despertar da consciência de que vivemos em uma “Aldeia Global” e que as nossas atitudes afetam ou podem afetar o mundo inteiro, é um aspeto que pode contribuir para uma abordagem mais responsável quando se faz um negócio, e talvez devido ao papel dos *media* e da internet, temos a perceção de que o mundo está a ser mais controlado/fiscalizado e por isso as organizações estão mais expostas, logo é difícil escaparem ao escrutínio e, por vezes, às denúncias por parte dos consumidores, dos *media*, bem como das ONG.

Outro fator, é o fato de que os clientes estão cada vez mais exigentes, pois já não pretendem apenas produtos/serviços com qualidade e a preços acessíveis, mas também impõem uma atuação socialmente responsável por parte das organizações, a qual se deve traduzir na redução da sua “pegada” ambiental. Relativamente aos potenciais investidores, muitos deles optam cada vez mais em investir o seu capital somente em organizações que são socialmente responsáveis pois sabem que os clientes estão cada vez mais atentos e exigentes a esta teoria.

“Dado que a responsabilidade social é um processo pelo qual as organizações gerem as suas relações com uma série de *stakeholders* que podem influenciar efetivamente o seu livre funcionamento, a motivação comercial torna-se evidente. Assim, à semelhança da gestão da qualidade, a responsabilidade social de uma empresa deve ser considerada como um investimento, e não como um encargo. Através dela, é possível adotar uma abordagem inclusiva do ponto de vista financeiro, comercial e social, conducente a uma estratégia a longo prazo que minimize os riscos decorrentes de incógnitas. As organizações deverão assumir uma responsabilidade social tanto na Europa como fora dela, aplicando o princípio ao longo de toda a sua cadeia de produção.”²⁷

Compreende-se que o sucesso de qualquer projeto está sujeito à participação dos *stakeholders* e nesse sentido, é necessário garantir que as expectativas e necessidades sejam reconhecidas pelos gestores. Na essência os gestores devem criar valor para os *stakeholders* e capacitarem-se de que são organizações coabitadas por humanos e que os seus objetivos comerciais já são moldados pela sociedade. Deste modo, o conceito de *stakeholder* está intimamente ligado à RSE e põe “nomes e faces” aos membros da sociedade que são mais urgentes para os negócios (Carrol, 1991).

Aquilo que era antes considerado de responsabilidade de uma empresa para com um grupo de pessoas, através de ações sociais, doações, está a passar para uma nova fase, mais completa e mais á frente, onde se procura envolver toda a comunidade, seja na proteção do ambiente, seja no desenvolvimento das várias pessoas que fazem parte de uma empresa e da sua comunidade envolvente. Posto isto, hoje a responsabilidade social procura envolver muito mais do que uma filantropia social²⁸.

²⁷ Comissão das Comunidades Europeias (2001). Livro verde – Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas. Bruxelas: Comissão Europeia.

²⁸ Filantropia é o ato de ajudar o próximo, por meio de várias **atitudes altruístas e solidárias** que colaboram com o suporte para com outros seres humanos. Doações de roupas, comida, dinheiro e demais ações de caridade são alguns exemplos. Fonte: Wikipédia

Com o desenvolvimento deste conceito a todas as escalas internacionais, e com o presente trabalho da União Europeia nesse sentido, são cada vez mais as empresas a reconhecerem a importância da implementação da RS e a implementá-las, considerando-a como parte integrante do quadro das organizações.

De referir ainda, e de uma forma breve, relativamente ao crescimento, que em Portugal existem rankings de prémios que seguem as tendências internacionais, que valorizam as organizações com práticas de RSE. O primeiro prémio, de acordo com a pesquisa elaborada, foi criado pela Great Place to Work e pela Revista Exame, intitulado “Melhores Empresas para Trabalhar”, e foi inspirado no famoso índice da revista Fortune que destaca as melhores empresas nos EUA, valorizando as dimensões de credibilidade, respeito, justiça, orgulho/brio e camaradagem (Rego, Moreira, Felício e Souto, 2003). Em 2008 Portugal entra pela primeira vez no estudo anual da KPMG-Survey of Corporate Responsibility Reporting, que analisa a preocupação das organizações em reportar as suas atividades de RSE. Surgiram-se outros, uns com mais ou menos relevância, e “mais recentemente, a Merck, Sharp & Dohme instituiu o prémio “Maria José Nogueira Pinto em Responsabilidade Social” homenageando uma mulher que se distinguiu pela sua persistência na defesa da RSE.”²⁹

2.5.4 Considerações relevantes sobre a Responsabilidade Social

Com este capítulo, pretendo referir algumas apreciações que encontrei, durante a minha pesquisa, e que considero extremamente relevantes.

“Os conceitos de Responsabilidade Social levam em conta não apenas as obrigações impostas por lei, mas uma filosofia de gestão empresarial que pode ser considerada como uma questão de sobrevivência no mercado.”
(COSTA, 2007:24)

Com esta opinião, percebe-se que as interpretações, visões e definições de Responsabilidade Social Empresarial podem ser bastantes, e que cada organização acaba agindo, perante a sociedade e internamente, de acordo com um variado conjunto de valores. De acordo com Friedman, (1975) em geral, não há um significado

²⁹ Fonte: *Responsabilidade Social Empresarial em Portugal: do Mito à Realidade Corporate Social Responsibility in Portugal*. Disponível em: http://recil.ulusofona.pt/bitstream/handle/10437/8026/IBER_7_2016_5_LOPES_ANT%C3%93NIO.pdf?s_equence=1

preciso de responsabilidade social, surgindo assim, conhecimentos teóricos com diferentes conceituações – responsabilidade social como obrigação social; responsabilidade social como aprovação social (Davis e Blomstrom, 1975) e responsabilidade social como abordagem sistêmica dos stakeholders (Zadek, 1998).

Há uma contradição enorme quando, por exemplo, se assiste a uma organização a investir quantias monetárias significativas na área da educação, mas não investe na formação dos seus recursos humanos. Tem que existir harmonia entre o discurso e a prática, pois a credibilidade da organização poderá ficar comprometida.

Geralmente, quando se pensa em responsabilidade social de uma empresa, o pensamento que nos incide, quase de imediato, é sobre o meio ambiente em primeiro lugar e de seguida sobre garantias a longo prazo para com os trabalhadores; sobre preocupações com o fabrico do produto; entre outras. Para que os objetivos da RS sejam colocados em prática, é essencial que haja um conjunto de regras e normas que devem ser cumpridos de forma ética:

- Satisfazer todos e não só os seus acionistas - Pluralidade;
 - A tomar atitudes responsáveis relativamente ao ambiente, a fortalecer parcerias duráveis que permitam um crescimento orientado para uma postura sustentável, a melhorar a qualidade do seu relacionamento com os seus diversos público-alvo e dos seus produtos/serviços - Sustentabilidade;
 - Como exercício de consciência ecológica, a ter um comportamento ético que procure, não só combater a corrupção, mas principalmente a divulgar a sua performance social e ambiental, investindo em programas de educação e preservação do meio ambiente e consequentemente divulgar práticas ambientais, entre outros. -
- Transparência

“Existe uma e apenas uma responsabilidade social das empresas – usar os seus recursos e aplicá-los em atividades projetadas para aumentar os seus lucros desde que elas se confinem às regras do jogo, que são envolver-se em competição livre e aberta, sem logro ou fraude”. Milton Friedman

Uma outra visão da Responsabilidade Social que vale a pena analisar é a de Milton Friedman: “A Responsabilidade Social dos negócios é aumentar os seus lucros” (Friedman, 1979: 1)³⁰, mas o autor refere também que a principal função da gestão é “gerar tanto dinheiro quanto for possível, embora conformando-se com as regras

³⁰ Fonte: Traduzido do original: “The Social Responsibility of Business is to increase its profits.”

básicas da sociedade, tanto as impregnadas na lei como nos costumes éticos³¹ (Friedman, 1979: 1)". Desta forma, as responsabilidades legais e éticas são, para Friedman, intrínsecas à RSE. A RSE e a ética são frequentemente encaradas como sinónimos. No entanto, há que referir que estes conceitos não são totalmente iguais. Segundo o Instituto Ethos do Brasil, a relação entre a ética e a RSE pode resumir-se da seguinte forma: "A ética é a base da Responsabilidade Social, expressa nos princípios e valores adotados pela organização. Não há Responsabilidade Social sem ética nos negócios" (Instituto Ethos do Brasil, apud Rego et al, 2006: 25).

Citando Carla Marisa Magalhães, pesquisadora na área da Responsabilidade Social e doutorada em Ciências Empresariais, na Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho, em parceria com a Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, passo a citar a seguinte referência publicada no semanário Expresso: "com efeito, apenas se os indivíduos atuarem de forma ética no seu dia-a-dia é que as organizações podem operar eticamente, pois estas são compostas por pessoas e são os valores dessas pessoas que formam a cultura organizacional e que, portanto, ditam a atuação ética (ou não) das organizações. Neste âmbito, é do maior interesse que a Ética se propague por toda a sociedade (...) e por campanhas de educação e de consciencialização públicas. (...) Não podemos, ainda, esquecer que a Ética é muitas vezes reduzida ao cumprimento da lei, mesmo que nem sempre a lei seja ética (a escravatura já foi legal, por exemplo). (...) Até que ponto alguém que age em função dos seus interesses e em detrimento dos interesses gerais está a agir eticamente, mesmo quando existe uma "desculpa" para o fazer? Tomemos como exemplo alguém que rouba para não deixar a família passar fome. Aos olhos da sociedade, essa pessoa pode não ser considerada antiética, mas na verdade não deixa de o ser pois roubar não é ético, seja em que circunstância for. (..) Enfim, todas estas questões interessam para termos consciência de que muitas vezes as decisões éticas são difíceis de tomar, mas se nos regermos pelo que é certo e pelo que é errado e acrescentarmos a esse raciocínio a ideia de que o bem-estar comum (essencialmente dos "inocentes") deve prevalecer, certamente que as nossas decisões éticas serão facilitadas ao longo do dia-a-dia. (...)"³²

³¹ Fonte: Traduzido do original: "to make as much money as possible while conforming to the basic rules of the society, both those embodied in law and those embodied in ethical custom."

³² Fonte: A Ética na Responsabilidade Social Disponível em: <https://expressoemprego.pt/carreiras/a-etica-na-responsabilidade-social/4962>

Segundo a opinião de João José Fernandes e Luís Mah no jornal, Público a 09/08/2014, "(...) as companhias sempre desempenharam um papel fundamental na oferta de oportunidades para as pessoas saírem da pobreza e alcançar a prosperidade, prosseguir o lucro e, no processo, gerar riqueza, produtos e serviços, inovação, transformações tecnológicas, empregos e impostos. É precisamente neste âmbito, que o sector privado nacional pode, e deve fazer mais para combater a pobreza e consciencializar-se que este potencial humano não realizado oferece simultaneamente uma oportunidade social e comercial. (...) Para aquelas empresas que nada mais vêm do que os lucros, talvez os conselhos de C.K. Prahalad, um guru do management, e Allen Hammond, do World Resources Institute, aplicados à escala nacional, possam persuadi-las a ver a questão de pobreza com outros olhos. Num artigo publicado na Harvard Business Review (Setembro 2002) intitulado "Serving the World's Poor, Profitably", Prahalad e Hammond³³ depois de analisarem a forma como várias empresas multinacionais decidiram apostar nas camadas mais desfavorecidas, chegaram à conclusão de que este é um mercado potencial que pode oferecer três grandes vantagens a quem esteja disposto a investir nele: uma nova fonte para o crescimento dos rendimentos; maior eficiência e, por fim, acesso à inovação. Será que os empresários portugueses não poderiam aprender com estas experiências e apostar mais nos cerca de dois milhões de portugueses que são hoje considerados pobres? A pobreza extrema em que vivem milhões de mulheres e homens tem um custo social profundo e representa uma perda irreparável na sociedade. Portugal, em 2014, e de acordo com o disposto no artigo Elites nacionais e responsabilidade social, estava entre os dois países da União Europeia-UE com maior número de pobres, que a pobreza afeta um em cada cinco portugueses e que o país tem a maior desigualdade e injusta distribuição de rendimentos na União Europeia (com os 20 por cento mais ricos a terem um nível de rendimento mais de 6 vezes superior aos 20 por cento mais pobres)."³⁴.

Mas, porque será a questão da Ética na Responsabilidade Social tão importante? Porque sem ética, sem moral organizacional não existe Responsabilidade Social. Ou seja, se uma organização praticar determinadas atividades consideradas socialmente responsáveis, mas se não tiver uma conduta ética e moral na forma como gere as suas atividades, não pode reivindicar essa RS. Posto isto, pode-se afirmar que a

³³ Fonte: Harvard business review, 2002 - [Serving the world's poor, profitably](https://barnabys.blogs.com/files/serving-the-ppor-prahalad.pdf), Disponível em: <https://barnabys.blogs.com/files/serving-the-ppor-prahalad.pdf>

³⁴ Fonte: Elites nacionais e responsabilidade social. Disponível em: <https://www.publico.pt/2004/08/09/jornal/elites-nacionais-e-responsabilidade-social-191808>

Responsabilidade Social se refere, também, a compromissos com as gerações futuras, sociedade e meio ambiente, pois uma organização socialmente responsável procura preservar o ambiente, incentivar o desenvolvimento da sociedade onde esta se insere, cumprir a legislação do País e responsabilizar-se por todos os seus *stakeholders*, por todos aqueles com quem mantém relações, sejam externas como internas.

Estudamos a RSE através da estrutura da teoria das partes interessadas da empresa e afirmamos que a RSE como praticada hoje é um subconjunto de Ética nos Negócios com outras dimensões de uma estrutura geral de ética ainda não descoberta.

2.5.6 A Responsabilidade Social dos Stakeholders

Como verificado ao longo desta dissertação, com o evoluir do conceito de Responsabilidade Social, a noção de stakeholder foi também evoluindo e principalmente passou a ser mais utilizada. Neste sentido, constata-se que existem imensos artigos e documentos publicados, resultado de reflexões, estudos e pesquisas, tanto de autores profissionais como de investigadores que abordam a temática e indicam que o envolvimento dos *stakeholders* constitui uma peça fundamental para a Responsabilidade Social Empresarial. A Teoria dos *Stakeholders* é defendida e abordada por vários autores que apoiam a teoria de que os *Stakeholders* são os alicerces da RSE. Para Freeman são qualquer grupo que é afetado ou afeta a organização e Clarkson distingue-os como primários e secundários, sendo primários os que têm um impacto direto e secundários os que não são indispensáveis para a continuidade da organização, mas influenciam ou afetam a sua atividade e vice-versa.

Neste âmbito, avalio a minha pesquisa como uma pesquisa simplista dentro de uma enorme diversidade de literatura sobre Responsabilidade Social e sobre a Teoria dos *Stakeholders* dentro da ética social dos negócios. Dado o objetivo maior desta dissertação ser sobre a Responsabilidade Social dos *Stakeholders* na dinamização social das populações locais vítimas das tragédias dos incêndios que ocorreram no ano de 2017 em Portugal, a minha pesquisa deve dirigir-se por princípios socialmente responsáveis, tendo por base uma conduta ética e, também, os princípios da Corporate Governance, que explicado de uma forma breve, é considerado com um conjunto/sistema de regras e condutas relativas à forma com as organizações conduzem o seu negócio, e pelo impacto que todos os aspetos das suas atividades causam/geram sobre os seus clientes, colaboradores, acionistas, comunidades locais, ambiente e sobre a sociedade em geral. Corporate Governance exprime a relação de

uma empresa com os seus acionistas e de uma forma mais alargada pelo impacto que todos os aspetos das suas atividades causam/geram sobre os seus clientes, colaboradores, com os seus *stakeholders*.

“Uma questão importante na gestão dos stakeholders é a transparência empresarial, pois, como apontam Rocha e Goldschmidt (2010), para ser transparente em sua responsabilidade social o gestor deve apresentar periodicamente relatórios e balanços sociais da empresa, que devem trazer informações sobre investimentos e realizações nas áreas socioambientais. Segundo Oliveira (2008, p. 179), “Balanço Social, Relatório de Sustentabilidade Empresarial, Balanços Social Corporativo, Relatório Social e Relatório Social-Ambiental são alguns nomes utilizados pelas empresas, especialistas e académicos [...]” para denominar tais publicações.”³⁵

Sendo a Responsabilidade Social Empresarial considerada uma forma de gestão ética e transparente que a organização tem para com os seus *stakeholders*, de modo a minimizar os (possíveis) impactos negativos no meio ambiente e na comunidade, pressupõe-se que a gestão de uma organização deve ser voltada para o desenvolvimento sustentável, e o planeamento dos seus negócios deverão assegurar os direitos civis, políticos, económicos, sociais, culturais e ambientais, na medida em que todos fazem parte de um sistema de obtenção de uma economia solidária. Adotando o princípio de que o sucesso de uma organização está diretamente relacionado com a participação e satisfação dos seus *stakeholders* é, portanto, imprescindível assegurar que as necessidades e os desejos dos *stakeholders* sejam conhecidos pelas organizações, pois são um contributo fundamental para que as organizações possam identificar e priorizar os aspetos mais relevantes para a sua gestão e também para a elaboração de relatórios de sustentabilidade, que são o processo que envolve identificação, mensuração e divulgação do seu desempenho sustentável. Para uma melhor gestão dos *stakeholders*, o gestor deverá prezar pela transparência empresarial, apresentando periodicamente os relatórios sociais da organização, pois estes relatórios são um instrumento importante para tomadas de decisões de investimento e gestão da organização.

“Donaldson e Preston (1995), observam que a teoria dos stakeholders se revela sob aspetos diversos e alternativos, podendo ser caracterizada como descritiva, instrumental e normativa. Em relação ao aspeto descritivo, existem dois propósitos

³⁵ Fonte: TEORIA DOS STAKEHOLDERS E RESPONSABILIDADE SOCIAL: algumas considerações para as organizações, Disponível em: http://acslogos.dominiotemporario.com/doc/TEORIA_DOS_STAKEHOLDERS_E_RESPONSABILIDADE_SOCIAL.pdf

para a teoria: descrever como as organizações operam e auxiliar no prognóstico do comportamento organizacional. Dessa forma, a teoria é utilizada para descrever, e algumas vezes explicar, comportamentos específicos e características das empresas. Em relação ao aspecto instrumental, a teoria é utilizada para identificar conexões, ou a ausência delas, entre a administração dos stakeholders e o alcance de objetivos das empresas, como o lucro e o crescimento. Finalmente, para a visão normativa, a teoria é utilizada para interpretar a função da empresa, incluindo a identificação de princípios morais e filosóficos que norteiem as operações e a administração das organizações. Para os autores, o aspecto normativo é o que mais facilmente justifica a teoria dos stakeholders, já que nele não se assume qualquer hipótese, como no aspecto instrumental, mas sim afirmações categóricas envolvendo questões e valores morais. Os autores referem, ainda, que os três aspectos da teoria dos stakeholders estão inter-relacionados da seguinte forma: o aspecto descritivo é a concha externa da teoria, ou seja, apresenta e explica os relacionamentos observados no mundo externo; o aspecto instrumental da teoria, por sua vez, apoia o aspecto descritivo por meio da realização de pesquisas empíricas que relacionem práticas e desempenhos organizacionais; e o núcleo da teoria está no aspecto normativo. Deve ser observado que Freeman (1999) discorda da distinção entre normativo e descritivo, pois entende que, quando alguém menciona o termo stakeholder, já lhe imputou um valor, o que inviabiliza um olhar neutro, típico da descrição. Tal crítica também é compartilhada por Kaler (2003). (...) Segundo Carroll (1991: 43), as cinco perguntas que devem ser feitas numa Teoria dos Stakeholders, ainda em formação, são: Quem são os nossos stakeholders? Quais são os seus interesses? Que oportunidades e desafios os stakeholders representam para as empresas? Quais são responsabilidades que as empresas têm para com os seus stakeholders, sob o ponto de vista ético, legal, económico e filantrópico? Quais são as estratégias e as ações que uma empresa deve ter para melhor responder aos desafios e às oportunidades representadas pelos stakeholders? Da mesma forma Phillips et al (2003) questionam: Quem são os stakeholders? Como podem ser geridos? Há alguma obrigação legal para respeitar as suas necessidades? Deveria haver uma lei que obrigasse a presença de stakeholders no Conselho de Administração de uma empresa? Deveriam os princípios de uma Teoria dos Stakeholders sair do âmbito da empresa e ganhar uma dimensão social maior? Logo, verificamos que o ponto de partida para a Teoria dos Stakeholders passa obrigatoriamente pela primeira questão (o “quem?”), proposta por ambos os pensadores, e que também é alvo das preocupações de Kaler (2003), para quem a Teoria dos Stakeholders depende diretamente de como esses são identificados. Assim, independentemente da visão

mais ou menos abrangente acerca da Teoria dos Stakeholders, parece haver cada vez mais consenso no que diz respeito ao facto das organizações não poderem levar apenas em consideração os interesses dos seus acionistas. Esta ideia vai ao encontro da própria teoria da Responsabilidade Social, cuja maioria dos adeptos que defende não pode ser apenas a visão económica a ditar as regras de gestão das organizações. É claro que, como já foi referido, a lógica que está por detrás disso é uma lógica instrumental, pois sabe-se que da satisfação das várias partes interessadas em muito depende a sobrevivência do negócio. (...).³⁶

Ao analisarmos esta citação, é fácil entendermos a importância cada vez maior de que as organizações devem repensar e redefinir as suas estratégias de aproximação com o mercado e que devem desenvolver boas práticas para serem socialmente responsáveis, e dessa forma contribuir para uma sociedade mais justa.

“As ações sociais levadas a cabo pela empresa não se restringem a sua área de intervenção à parte interna, desenvolvendo assim parcerias de interajuda com as comunidades locais e outras partes interessadas como: parceiros comerciais, fornecedores, clientes, autoridades públicas e ONG’s através da execução de programas e projetos sociais de apoio à sociedade e ao ambiente. (Neto Melo Froes, 1999; COM, 2001; Rego et al. 2003) Contudo, o papel da responsabilidade social não estagna na comunidade local. Numa economia global, com investimentos multinacionais e cadeias de produção globais “estende-se para além das fronteiras da europa”. (COM, 2001: 12)”³⁷

2.6 A Responsabilidade Social das Organizações enquanto contribuição voluntária para o desenvolvimento sustentável

De acordo com informação na página de internet da ONU-Organização das Nações Unidas, “o ano de 2015 ficará na História como o ano da definição dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Trata-se da nova agenda de ação até 2030, que se baseia nos progressos e lições aprendidas com os 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, entre 2000 e 2015. Esta agenda é fruto do trabalho conjunto de governos e cidadãos de todo o mundo que pretende criar um novo modelo global para acabar com

³⁶ Fonte: Tese de Doutoramento, 2009, Responsabilidade Social e Regulada no Sector Metalomecânico Brasileiro e Português Um Estudo Comparativo à Luz da Cultura. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/9533/1/tese.pdf>

³⁷ Fonte: Dissertação as funções da responsabilidade social no marketing social de hoje. O caso de estudo mcdonald’s portugal, Universidade Católica Portuguesa

a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar de todos, proteger o meio ambiente e combater as alterações climáticas.”³⁸

No atual contexto, as dinâmicas de RS são necessárias para estabelecer e implementar estratégias de negócios bem-sucedidas. Sendo o objeto de análise deste trabalho a responsabilidade social dos *stakeholders*, nomeadamente na vertente social das populações que sofreram com a tragédia do fogo em 2017, entendo ser pertinente dar o devido destaque à temática da Responsabilidade Social das Organizações enquanto contribuição voluntária para o desenvolvimento sustentável.

2.6.1 Fatores que contribuem para o desenvolvimento local

Os contributos para o conceito de desenvolvimento são inúmeros, e ao longo dos anos foram surgindo algumas variedades de adjetivos associados ao termo desenvolvimento, tais como, desenvolvimento sustentável, local, participativo, humano e social. No início do século passado, a forma como se avaliava o desenvolvimento dos países, nomeadamente o seu crescimento económico, era através dos indicadores do nível de rendimento per capita³⁹. Terminologicamente, o desenvolvimento transforma-se em Desenvolvimento Social que valoriza o potencial humano, a qualidade de vida, o bem-estar e a educação, pois estas características passam a estar associadas ao desenvolvimento dos respetivos países e/ou regiões uma vez que refletem os benefícios que as pessoas obtêm nas várias dimensões do desenvolvimento.

Estamos a viver em uma época de vulnerabilidade económico-financeira e todas as regiões de Portugal atravessam dificuldades associadas, principalmente, aos territórios de baixa densidade populacional, e nestas situações as empresas atuam como agentes de desenvolvimento social nas comunidades. Assim, seguindo uma estratégia de desenvolvimento local, os setores industriais e comerciais assumem uma enorme relevância ou mesmo um papel fundamental e decisivo para a criação de postos de trabalho, e assim ajudar na criação de riqueza, estimulando o bem-estar social e a fixação de populações. Quando se trabalha em uma região estabelecem-se relações

³⁸ Fonte: Centro Regional de Informações das Nações unidas, Disponível em: <https://www.unric.org/pt/17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel>

³⁹ O rendimento per capita é um indicador económico que permite conhecer melhor o poder de compra da população de um país e é utilizado para estabelecer comparações entre países e regiões, tornando possível, em certa medida, conhecer o desenvolvimento social e económico de um país. O Produto Interno Bruto (PIB) de um país é o montante dos bens e serviços por ele produzidos num determinado ano, independentemente, da produção ser realizada por empresas nacionais ou estrangeiras.

interinstitucionais cooperando com o Estado e a Sociedade Civil⁴⁰, impulsionando a participação cidadã e - nesta cooperação encontra-se o incentivo para ações que promovam o empreendedorismo. Nestas relações e de forma a produzir mecanismos de desenvolvimento territorial surge a necessidade de existência de associações de desenvolvimentos locais.

Atualmente, e face à conjuntura económica em que vivemos, pode-se afirmar que terá sucesso aquele ou aqueles que marcam pela diferença, isto é, os que assumem um papel inovador, criativo e também solidário, sustentado pela qualidade e valorização dos recursos humanos. Neste sentido, realizar uma estratégia de desenvolvimento local é uma tarefa difícil e complexa, sendo necessário juntar todos os esforços necessários para cumprir com os objetivos que sejam propostos/delineados. Além disso, a promoção do empreendedorismo necessita de ser estimulada para se conseguir tornar em projetos sustentáveis economicamente, não esquecendo que a inovação e a criatividade estarão sempre dependentes do grau de conhecimento que o empreendedor tem daquela atividade/serviço, bem como das parcerias estratégicas que se conseguirem. Por isso é necessário implementar ações que estimulem a aceitação de novas práticas de empreendedorismo.

2.6.2 Desenvolvimento sustentável

Desenvolvimento sustentável-DS é um conceito de um modelo que visa melhorar as condições de vida de todos, preservando o meio envolvente e tendo como objetivo um desenvolvimento economicamente eficaz, socialmente equitativo e ecologicamente sustentável. A manutenção destes objetivos requer ações por parte dos governos, das organizações e da sociedade civil para se conseguir gerar condições de vida com dignidade e oportunidade para todos.

A literatura de artigos de opinião e trabalhos académicos sobre esta temática é extensa, e com o evoluir dos tempos e dos conhecimentos técnicos, a temática sustentabilidade é apresentada em três princípios: Sustentabilidade ambiental; Sustentabilidade económica e Sustentabilidade sociopolítica, o que indica que o conceito de DS corresponde ao desenvolvimento ambiental das sociedades aliado aos desenvolvimentos económicos e sociais.

⁴⁰ Fonte: Business Ethics and Corporate Social Responsibility – Is there a Dividing Line? (2004) Procedia Economics and Finance, Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2212567114001750>

É com base nesta preocupação, e de acordo com o tema da minha dissertação que urge conhecer quais os intervenientes, que tipos de programas de apoio, que dimensões de intervenção social e governamental (central e local), que fatores, contribuem para o desenvolvimento local em situação de reconstrução após uma catástrofe.

2.7 Breve enquadramento dos acontecimentos em 2017

No ano de 2017 houve dois grandes incêndios, o incêndio que decorreu em junho de 2017, e no qual vai incidir a pesquisa deste trabalho, e o que decorreu em outubro de 2017.

O fogo que deflagrou a 17 de junho e terminou a 24 de junho, teve início no concelho de Pedrógão Grande e alastrou para os concelhos vizinhos de Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Ansião (distrito de Leiria), Sertã (distrito de Castelo Branco), Pampilhosa da Serra e Penela (distrito de Coimbra). No mesmo dia, teve início um fogo em Góis, concelho de Coimbra, que, posteriormente, se alastrou e aos concelhos de Pampilhosa e Arganil, e no dia 20 de junho uma das frentes do fogo de Pedrógão juntou-se ao incêndio de Góis, originando o maior incêndio florestal de sempre em Portugal, até a data, e o mais mortífero da história do país⁴¹. O balanço oficial contabilizou a morte de 66 pessoas (a vítima mais nova tinha apenas 4 anos e a mais velha mais de 80 anos⁴²) e 254 feridos, sete dos quais graves (241 civis, 12 bombeiros e 1 militar da Guarda Nacional Republicana). Em termos materiais destruiu perto de 500 casas de habitação e foram afetadas perto de 50 empresas colocando em risco perto de 350 postos de trabalho, de acordo com informação dos meios de comunicação social. A causa apontada, pelas autoridades, foi uma trovoadas seca que com as altas temperaturas que se faziam sentir, superiores a 40 graus Celsius e com um vento forte e instável, fez com que o fogo se deflagrasse rapidamente. O Governo de Portugal decretou três dias de luto nacional, de 18 a 20 de junho de 2017. Este incêndio, e de acordo com informação referida em vários meios de comunicação social⁴³, é considerado como o mais mortífero a nível mundial desde o ano de 1900.

⁴¹ Fonte: Página da AVIPG, consultada a 14 de outubro de 2019. <http://avipg.org/sobre.php>,

⁴² <https://www.publico.pt/2017/06/21/sociedade/noticia/quem-sao-as-vitimas-mortais-de-pedrogao-grande-1776455>, consultada a 14 de outubro de 2019

⁴³ Fontes da comunicação social:

<https://www.publico.pt/2017/06/18/sociedade/noticia/fogo-de-pedrogao-grande-e-o-mais-mortifero-das-ultimas-decadas-1776072> página consultada em 14 de outubro de 2019.

Relativamente ao incêndio que iniciou no dia 15 de outubro de 2017, que tomou dimensões, até aquela altura, nunca antes vistas na Europa, pois devastou mais de 200 mil hectares de floresta, destruiu centenas de casas e levou a vida de 49 pessoas, a grande maioria com mais de 70 anos⁴⁴ e foram atingidas perto de 1500 casas⁴⁵. Os distritos afetados foram: **Distrito de Coimbra:** Oliveira do Hospital, Penacova, Arganil, Tábua, Pampilhosa da Serra, Vila Nova de Poiares, Gois, Figueira da Foz, Mira, Lousã. **Distrito de Viseu:** Vouzela, Santa Comba Dão, Tondela, Nelas, Carregal do Sal, Oliveira de Frades, Mortágua. **Distrito da Guarda:** Gouveia, Seia. **Distrito de Leiria:** Marinha Grande, Alcobaça, Pombal, Óbidos. **Distrito de Castelo Branco:** Sertã, Oleiros. **Distrito de Aveiro:** Aveiro, Castelo de Paiva, Vagos. O Governo de Portugal decretou três dias de luto nacional,

2.7.1 O agora, o antes e o depois

Nada ficará como antes.

Nada poderá ser como antes.

Neste sentido o planeamento, o ordenamento, a limpeza, a vigilância e a gestão da nossa floresta não podem continuar irrelevantes e principalmente subordinados a regras desadequadas e sem qualquer controlo e com uma manifesta falta de empenho, tomo a liberdade de referir, de um absentismo generalizado, tanto do Estado como dos privados.

Ao longo das últimas décadas, os investimentos na prevenção dos incêndios florestais foi descurado e considerado como despesa pública a evitar, e, infelizmente ficou bastante claro para todos os Portugueses, especialmente no ano de 2017, que a sociedade portuguesa não pode continuar a evitar ou simplesmente a desviar a atenção para o fato de que a prevenção, o aviso, a prudência e a cautela são o esforço para prevenir estas calamidades.

<https://tvi24.iol.pt/sociedade/incendio/fogo-de-pedrogao-e-dos-mais-mortiferos-das-ultimas-decadas>
página consultada em 14 de outubro de 2019.

<https://www.sabado.pt/portugal/detalhe/fogo-de-pedrogao-grande-e-o-mais-mortifero-nas-ultimas-decadas>
página consultada em 14 de outubro de 2019.

https://rr.sapo.pt/especial/86656/fogo_de_pedrogao_grande_e_o_11_mais_mortal_do_mundo_desde_1900, página consultada em 14 de outubro de 2019.

⁴⁴ Fonte da comunicação social: <https://expresso.pt/sociedade/2018-03-20-Os-argumentos-de-um-relatorio-que-arrasa-a-prevencao-e-a-resposta-a-tragedia-de-15-de-outubro>, página consultada em 14 de outubro de 2019.

⁴⁵ Fonte da comunicação social: <https://www.dnoticias.pt/pais/incendios-de-outubro-de-2017-na-regiao-centro-provocaram-49-mortos-e-atingiram-1-500-casas-HY3010854>, página consultada a 14 de outubro de 2019

Passados dois anos da tragédia, o que foi feito?

Será que basta criar uma nova Secretaria de Estado das Florestas? Será que basta criar uma UMVI-Unidade de missão para a Valorização do Interior que posteriormente se tornou em uma nova Secretaria de Estado da Valorização do Interior? Será que basta trazer uma empresa pública florestal e uma Agência para a Gestão Integrada do Sistema de Fogos Rurais e colocar as respetivas sedes nestas regiões? Será que basta instalar um Centro de Competências das Florestas? Será que basta remodelar os cargos de chefia e coordenação do Serviço Nacional de Bombeiros e de Proteção Civil? Certamente, será necessário muito mais do que isso. Será necessário, em muitos casos, uma reconversão profunda da nossa floresta e uma visão diferente na forma como ela é gerida, com mais motivação e uma maior consciência para as suas características multifuncionais e terá que ser um projeto a longo prazo que terá que começar ontem, porque hoje, já é tarde.

Creio que, tanto a sociedade portuguesa como os organismos que intervêm na floresta, para conseguirem ter um bom desempenho na prevenção dos incêndios, é importantíssimo que todos nós estejamos consciencializados da dimensão do problema que nos é proposto no futuro, futuro este que já não é assim tão longínquo, como nomeadamente o efeito estufa e as alterações climáticas, que propiciam maior incidência de alto risco de incêndios como a que vivemos há dois anos, particularmente o efeito *Downburst*, que, de acordo com os especialistas, foi um efeito climático sentido no fogo de junho e é um fenómeno pode ser confundido com um tornado devido aos seus ventos de grande perigosidade. Esta é uma problemática que deve envolver todos, desde o cidadão até às grandes empresas e instituições públicas ou privadas. TODOS temos o dever de assumir as nossas responsabilidades. Será que somos capazes? Será que outro ano de 2017 se vai repetir?

Apesar da qualidade e diversidade das medidas e programas existentes para o interior do nosso País, no meu entender penso que, a resolução dos problemas também deverá passar por se conseguir dar respostas localmente e pela articulação das diferentes formas de intervenção social em cada território.

2.7.2 Cenário pós catástrofe

O objetivo central das tarefas de reconstrução não é somente o de reconstruir as casas e as infraestruturas danificadas ou afetadas pelo desastre, mas também o de minorar a vulnerabilidade das regiões, e voltar a torná-las economicamente viáveis e

assim melhorar a qualidade de vida dos aldeões. Para o cenário pós catástrofe, também contribuem programas de apoio, sociais e/ou governamentais.

Neste caso concreto de estudo, as populações afetadas pelo fogo de Junho, passo a citar algumas instituições/organizações, entidades que estiveram ou ainda estão no território e programas de apoio, sociais e/ou governamentais, que tive conhecimento:

- Santas Casas da Misericórdia locais, que apoiam desde o primeiro dia.
- A organização não governamental, Médicos do Mundo, que se encontra no terreno desde primeiro dia após a catástrofe e ainda continuam no território, nomeadamente em Castanheira de Pera. Ajudam na reconstrução, limpezas e distribuição de bens.
- A Cruz Vermelha Portuguesa, que foi para o território no primeiro dia com a montagem de Postos Médicos Avançados que permitiam internamento temporário e alocação de aldeões, ajuda no transporte de vítimas, no apoio psicossocial, e na logística, distribuindo bens e materiais às populações, voluntários e equipas de socorro.
- Através da Fundação Calouste Gulbenkian e da Fundação Claude Marion e Sofie Marion, surgiu um fundo denominado - Fundo de Apoio às Vítimas dos Incêndios, que apoiaram, monetariamente feridos do incêndio, entre outras ações, e também a AVIPG-Associação de Vítimas do Incêndio de Pedrógão Grande, que surgiu após o incêndio, a colocar em prática o projeto piloto, Aldeias Resilientes, cujo objetivo é dar formação aos aldeões em intervenção imediata e também a equipar com material diverso.
- A AVIPG em colaboração com a Fundação Júlio Resende, abriram bolsas de estudo em Artes para alunos com residência nos concelhos afetados pelo fogo de junho.
- O agente da FIFA, Jorge Mendes, financiou a reconstrução de algumas habitações, bem como, irá financiar na totalidade a construção de dois abrigos comunitários/coletivos a contruir em duas aldeias do centro do País, no âmbito do projeto piloto da AVIPG, "Aldeias Resilientes". Pela Fundação Júlio Resende, que atribui bolsas de estudo em artes a alunos residentes nas regiões afetadas.
- Também a criação de uma Unidade de Missão para a Valorização do Interior-UMVI, com dependência direta do Sr. Primeiro-Ministro através do Ministro Adjunto, com a responsabilidade de criar, implementar e supervisionar o programa nacional para a coesão territorial e promover o desenvolvimento do interior como prioridade política fundamental e de natureza transversal a todos os ministérios. "Que vantagens traz? A afirmação do 'interior' é assumida como um aspeto central do desenvolvimento

económico e da coesão territorial do país, promovendo-se uma abordagem reforçada de aproveitamento e valorização dos recursos e das condições próprias do território e das regiões fronteiriças, enquanto fatores de desenvolvimento e competitividade. Esta visão considera uma realidade que tem sido subestimada em prol das localizações atlânticas e insulares, mas que dispõe de um elevado potencial a vários níveis.”⁴⁶ Esta unidade, que estava instalada em Pedrógão Grande, já foi reinstalada em Castelo Branco e passou a designar-se Secretaria de Estado da Valorização do Interior.

- Em Figueiró dos Vinhos instalou-se a sede de uma empresa pública na área florestal, a instalação da sede da Agência para a Gestão Integrada do Sistema de Fogos Rurais-AGIF, onde também ficará o centro de Competências Florestais. A AGIF vem coordenar de forma estratégica, integrada e transversal a implementação do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR) por parte das entidades responsáveis, designadamente a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, Guarda Nacional Republicana e o Instituto da Conservação da Natureza e Florestas.

- Pelo Instituto Português da Juventude, através da plataforma de voluntariado, as associações e organizações podem se candidatar ao Programa Voluntariado Jovem para a Natureza e Florestas e receber verbas de acordo com as normas solicitadas.

- Os Prémios BPI e a Fundação “la Caixa” lançaram dois novos prémios nos domínios da infância e de ações sociais em comunidades rurais.

- Também surgiu o concurso, através do programa estatal, Portugal Inovação Social, Portugal Inovação Social para Revitalização do Pinhal Interior.

- Prémio SIC Esperança. A SIC Esperança associou-se à Delta Cafés para premiar 3 projetos inovadores, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida, em particular das pessoas socialmente desfavorecidas. Destinou-se a Instituições de Solidariedade Social.

Mas será que os aldeões estão preparados para toda a burocracia que estes programas impõem? Será que estes programas estão adequados às necessidades? Será que sabemos quais são as reais necessidades?

- Muito recentemente, o município de Pedrógão Grande criou 17 medidas de apoio aos bombeiros voluntários locais, que incluem refeições escolares, bolsas de estudo,

⁴⁶ Fonte: Unidade de Missão para a Valorização do Interior <https://gabinetedestudos.ps.pt/index.php/produto/unidade-de-missao-para-a-valorizacao-do-interior/> página consultada em 14 de outubro de 2019.

pagamento de propinas, isenção de IMI e despesas com o lar da Misericórdia. Estas medidas distribuem-se por diversas áreas, como habitação, educação, justiça, desporto, cultura e lazer, e constam de um regulamento aprovado por unanimidade na Assembleia Municipal.⁴⁷

2.7.2.1 Associações/Instituições que surgiram após catástrofe

Após a catástrofe, surgiram:

- A AVIPG-Associação de Vítimas do Incêndio de Pedrógão Grande, cuja missão é a defesa dos direitos e dos legítimos interesses das pessoas afetadas pelo incêndio de Pedrógão Grande de 2017, homenagear as vítimas mortais e os feridos, bem como a promoção de medidas que previnam e impeçam a ocorrência de circunstâncias futuras idênticas. Ao longo da sua curta existência a AVIPG é fiel à sua missão maior que é o direito à vida, uma vida com dignidade, dos Povos do interior de Portugal. Porque o interior é Portugal todo.⁴⁸

- Surgiu uma incubadora de projetos Startups, inserida no âmbito do programa de empreendedorismo promovido pela Re-Nascer. A Re-Nascer é o projeto de três amigos naturais de Pedrógão Grande que decidiram puxar pela região onde cresceram com um concurso de ideias cujo objetivo é o de criar uma incubadora na zona afetada pelo grande incêndio de junho de 2017.⁴⁹

- Com o objetivo de ter um papel ativo na reflorestação, foi criada a Associação Raiz Permanente, em Pedrógão Grande. A Associação Raiz Permanente (ARP) nasceu no seio da comunidade de permacultores da região afetada pelo incêndio de junho, em Pedrógão Grande, e pretende ter um papel ativo numa reflorestação responsável e que não promova monoculturas.⁵⁰

⁴⁷ Fonte da comunicação social: <https://www.cmjornal.pt/sociedade/detalhe/pedrogao-grande-apoia-bombeiros-com-bolsas-de-estudo-pagamento-de-propinas-e-isencao-de-imi>, página consultada em 14 de outubro de 2019.

⁴⁸ Fonte: Página da AVIPG, disponível em: <http://avipg.org/sobre.php#missao>, página consultada em 14 de outubro de 2019.

⁴⁹ Fonte da comunicação social: <https://eco.sapo.pt/2018/06/17/vai-nascer-uma-incubadora-na-regiao-de-pedrogao-grande/>, página consultada em 14 de outubro de 2019.

⁵⁰ Fonte da comunicação social: <https://www.dinheirovivo.pt/economia/incendios-associacao-nasce-em-pedrogao-grande-para-ajudar-na-reflorestacao-do-territorio/>, página consultada em 14 de outubro de 2019.

2.7.3 Memória da Tragédia – Cronologia

2.7.3.1 CRONOLOGIA

Sábado, 17 de junho de 2017

Perto das 14:00 – Deflagra o incêndio em Escalos Fundeiros, no concelho de Pedrógão Grande. Poucas horas depois, alastra-se pelos municípios de Castanheira de Pera e Figueiró dos Vinhos.

14:43 – Dá-se o primeiro alerta do incêndio de Escalos Fundeiros e Regadas para o Comando Distrital de Operações de Socorro (CDOS) de Leiria através do 112.

14:48 – Surge o segundo alerta para outro incêndio na região, em Góis.

15:02 – É reportado ao CDOS que o incêndio é de grandes proporções e são pedidos meios adicionais.

15:07 – Classifica-se a ocorrência com ‘importância elevada’.

15:41 – Alerta para o terceiro incêndio na região, em Figueiró dos Vinhos.

19:00 – O IC8, entre o nó da zona industrial de Pedrógão Grande e o nó do Outão, é cortado ao trânsito. As estradas nacionais à volta continuam em funcionamento. Surgem os primeiros relatos de pânico.

19:30 – No terreno, 180 bombeiros, 2 meios aéreos e 52 viaturas combatem as chamas.

20:41 – Alerta para o quarto incêndio na região, em Alvaiázere.

21:00 – 17 patrulhas da GNR em campo, compostas por 37 militares com o apoio de 19 viaturas e 19 rádios SIRESP.

21:12 – A SIRESP informa que se regista a queda de três estações da rede de comunicações – Serra da Lousã, Malhadas e Pampilhosa da Serra.

21:15 – Alerta para o quinto incêndio na região, em Penela.

21:22 – Por dificuldades nas comunicações da rede SIRESP reforça-se o recurso à Rede Operacional dos Bombeiros (ROB).

21:29 – A Autoridade Nacional de Proteção Civil pede que o SIRESP utilize estações móveis. Uma das carrinhas encontra-se inoperacional e outra em reparação.

21:30 – Várias aldeias ficam cercadas pelas chamas. Os bombeiros da zona não conseguem acudir em todas as aldeias e aguarda-se a chegada de bombeiros de Lisboa. Na região começa-se a temer o pior.

22:03 – António Costa toma conhecimento da ocorrência de vítimas no incêndio.

22:05 – Acionam-se 13 ambulâncias e 1 veículo de comando tático do distrito de Lisboa.

22:15 – Hora a que a GNR diz ter sido cortada a EN 236-1.

23:45 – O incêndio fica com quatro frentes ativas e a tragédia começa a ganhar dimensão. O secretário de Estado Jorge Gomes confirma a morte de pelo menos 19 civis.

Domingo, 18 de junho de 2017

00:35 – António Costa afirma que “é seguramente a maior tragédia” em Portugal nos últimos anos.

00:40 – Marcelo Rebelo de Sousa chega a Pedrógão Grande.

01:30 – Jorge Gomes anuncia a decretação do plano de emergência distrital.

02:03 – Há 380 bombeiros no combate ao incêndio e é anunciado que estão mais 120 a caminho.

02:40 – O Primeiro-Ministro anuncia o aumento do número de vítimas mortais para 24.

03:00 – Na freguesia de Avelar, em Ansião, monta-se um centro de apoio com alimentação e alojamento.

04:00 – Jorge Gomes informa que o incêndio de Pedrógão Grande se alastrou aos concelhos de Figueiró dos Vinhos e de Castanheira de Pera, no distrito de Leiria. É confirmada a existência de 25 mortos e pelo menos 11 feridos.

05:00 – O Governo declara estado de contingência ativa.

07:00 – O número de vítimas mortais ascende a 39.

09:00 – O novo balanço dá conta de 43 mortos.

10:00 – Jorge Gomes anuncia 57 vítimas mortais e 59 feridos. No terreno estão cerca de 800 operacionais apoiados por 244 viaturas.

10:10 – O diretor da Polícia Judiciária, Almeida Rodrigues, afasta qualquer indício de origem criminosa do incêndio apontando para causas naturais.

10:30 – Chega a ajuda espanhola e sabe-se que os 3 aviões disponibilizados pela França ao abrigo do programa da Proteção Civil da União Europeia estão a caminho.

11:00 – O incêndio mantém quatro frentes ativas.

12:15 – O número de mortos aumenta para 58 e, uma hora depois, volta a subir para 61.

13:30 – O Governo decreta três dias de luto nacional.

23:05 – O número de mortos confirmados aumenta para 62.

Segunda, 19 de junho de 2017

00:40 – Evacuam-se três aldeias da freguesia de Maçãs de Dona Maria, Alvaiázere.

01:00 – O Ministério Público abre um inquérito criminal para determinar as causas do incêndio que começou em Pedrógão Grande.

- 14:30** – O Presidente inicia uma visita às zonas afetadas.
- 14:48** – Faz-se um ponto de situação do qual resultam 135 feridos, entre os quais 121 civis, 13 bombeiros e um militar da GNR.
- 16:39** – O número de mortos aumenta para 63.
- 19:00** – O incêndio florestal iniciado em Pedrógão Grande consome aproximadamente 26.000 hectares de floresta.
- 20:15** – O número de mortos sobe para 64.
- 23:00** – O Governo pede explicações a várias entidades, como o Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA), a Guarda Nacional Republicana (GNR) e o SIRESP sobre o que se passou durante o fim de semana dos incêndios.

Terça, 20 de junho de 2017

- 12:20** – O Primeiro-Ministro assina um despacho em que pede esclarecimento urgente sobre o funcionamento da rede SIRESP no incêndio de Pedrógão Grande e sobre os motivos da ausência de encerramento da EN 236-1, onde ocorreu um elevado número de mortes.
- 17:00** – O PSD propõe uma comissão técnica independente para apurar com detalhe o que se passou no incêndio.
- 18:30** – Dá-se o funeral das primeiras 6 vítimas do incêndio.

Quarta, 21 de junho de 2017

- Durante a madrugada, as aldeias – Saião, Salgado e Mimosa – no concelho de Góis foram evacuadas.
- 13:00** – O Presidente da República, os ministros da Administração Interna e das Infraestruturas, autarcas e outros governantes cumprem, junto à Câmara Municipal de Pedrógão Grande, um minuto de silêncio pelas vítimas.
- 15:00** – Sessão solene de homenagem às vítimas dos incêndios.
- 17:30** – Funeral do bombeiro, Gonçalo Conceição, em Castanheira de Pera.
- 19:35** – São divulgadas as respostas do IPMA e da GNR às questões colocadas pelo Primeiro-Ministro.

Quinta, 22 de junho de 2017

- 07:41** – Domínio do fogo que deflagrou em Góis.
- 12:56** – A ministra da Administração Interna encomendou ao professor Xavier Viegas, o diretor do Centro de Estudos sobre Incêndios Florestais (CEIF), um estudo sobre as condições específicas deste incêndio.

19:30 – Incêndio de Góis em fase de rescaldo.

Sexta, 23 de junho de 2017

18:30 – Os cinco grandes incêndios que deflagraram na região centro do país – Pedrógão Grande, Figueiró dos Vinhos, Alvaiázere, Penela e Góis – consumiram aproximadamente 53 mil hectares.

20:15 – É divulgada a resposta a António Costa da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), que assume falhas na rede SIRESP.

23:15 – O Primeiro-Ministro assina um despacho ordenando à ministra da Administração Interna que providencie junto da Secretaria-Geral do seu ministério um esclarecimento sobre as falhas ocorridas na rede.

Sábado, 24 de junho de 2017

13:00 – Extinção do incêndio que deflagrou em Góis. Durante a tarde, o incêndio de Pedrógão Grande é dado como extinto – uma semana depois de ter deflagrado.⁵¹

A Associação de Vítimas do Incêndio de Pedrógão Grande (AVIPG),

"Não há mais espaço para protelamentos, ignorância e medos depois de 2017. O país precisa acordar para o real problema da interioridade e a sua desertificação, do desordenamento florestal e do abandono da floresta enquanto pilar da economia nacional, da ausência de direção, fiscalização e controlo por parte das entidades públicas e suas concessionárias e da ausência e falhas na proteção e socorro às populações", refere a nota enviada à Lusa a 4 de dezembro de 2017.

2.8 O papel dos Stakeholders na Dinamização Social

2.8.1 Dinamizar... o Porquê

Dois anos depois, a força das chamas ainda está na memória daqueles que lutam para recuperar o que fogo levou.

⁵¹ Fonte da cronologia: www.avipg.org, consultada a 28 de outubro de 2019

Dois anos depois espera-se que o perdão amenize a dor, mas esse tempo ainda não chegou para muitos dos que perderam os seus bens e máquinas agrícolas, os seus animais de criação e também de estimação, para muitos dos que perderam entes queridos, para muitos dos que pensaram que iam morrer, para muitos que vivem e que viverão para sempre com as mazelas que se notam na pele e na memória.

Há muitas mágoas em acumulação.

Passar na EN 236-1, mais conhecida como a “estrada da morte” é, ainda, e penso que será sempre, para todas as pessoas da terra, uma passagem no vazio, no que nunca deveria ter acontecido. Atravessar uma estrada que não nos contou um conto de fadas.

Agora, mais do que nunca, é preciso motivar, envolver e comprometer a população do interior de que não voltam a acontecer falhas e que está ou vai iniciar um novo ciclo, um ciclo de segurança, de inovação, principalmente de esperança. É preciso fazer com que a população sinta que não está sozinha e sem fuga possível. É preciso que a população não volte a sentir o “Inferno na terra”, como muitos disseram, como muitos ainda dizem e como muitos ainda hoje o recordam com lágrimas nos olhos. É preciso **fazer acontecer.**

2.8.2 Empreendedorismo Social

O empreendedorismo social pode traduzir-se nos impactos do empreendedorismo na sociedade, em que os principais agentes são as instituições sem fins lucrativos e empreendedores individuais que buscam soluções de inovação para problemas sociais (Sarkar, 2014).

O sucesso ou o insucesso de qualquer atividade, mede-se pela participação e adesão, assim como pelo trabalho e dedicação de quem dela faz parte e a realização de novas ferramentas para dinamizar que geralmente apresentam características fundamentais como: inovação, possibilidade de realização, autogestão e sustentabilidade, envolvimento de diferentes segmentos da sociedade e da população que receberá a ação.

O empreendedorismo social tem por objetivo a coletividade, a ampliação da sustentabilidade das organizações, o desenvolvimento do capital social e das ações que promovam, desta forma, atividades que priorizem o fortalecimento da comunidade, e que possibilitem o crescimento social e humano. Neste sentido é importante referir que o empreendedorismo social fomenta as relações de confiança, o

que permite a construção de projetos e iniciativas que colaborem para a comunidade territorial, região ou país, a progredirem de maneira sustentável.

[...] para os empreendedores sociais a riqueza é apenas um meio para um determinado fim. Já para os empreendedores de negócio, a geração de riquezas é uma maneira de mensurar a geração de valor [...] em particular, as leis de mercado não fazem um bom trabalho na valorização de melhorias sociais, bens públicos, prejuízos e benefícios para pessoas que não podem pagar [...]. (OLIVEIRA, 2003, p. 182)

O empreendedor social contribui para mudanças sociais, com o intuito de encontrar soluções para diversos problemas na comunidade, assim, o empreendedorismo social pode ser considerado como um paradigma de intervenção social dentro da ótica da relação e integração dos diferentes atores e segmentos das comunidades; e um novo processo de gestão, agora no ambiente social, assunto tão falado nos meios de comunicação social, particularmente nos últimos meses.

Do meu ponto de vista, o mais importante no empreendedorismo social é o fato de que os empreendedores sociais são vistos como agentes revolucionários cujo objetivo não é gerar lucros, mas sim, melhorar o ambiente com as ações desenvolvidas de forma a proporcionar a qualidade de vida ao seu próximo.

2.8.3 Identificação dos *stakeholders* neste estudo de caso

De acordo com a pesquisa já realizada, os *stakeholders* são todos aqueles que direta ou indiretamente influenciam ou são influenciados pelo seu contexto (neste caso), em termos de reedificação e de desenvolvimento local. Neste caso concreto, somos todos, desde o povo, às autarquias, às IPSS, a todos os que doaram bens, etc. SOMOS TODOS.

Posso indicar como exemplos de mecenas o caso do empresário Jorge Mendes, que é um dos mecenas de Pedrógão Grande, e que está a ajudar monetariamente a construção de dois abrigos coletivos e também na reconstrução de algumas casas particulares; as famílias portuguesas e estrangeiras, que contribuíram com ajuda diversa; as câmaras municipais e juntas de freguesia; os bombeiros locais, entre outras entidades públicas, etc. Todos eles ajudaram sem interesses particulares, ou partidários, ou de uma ceita ou, seja lá do que for.

E neste caso concreto, atrevo-me a dizer que todos eles têm a mesma influência e todos eles têm o mesmo grau de importância, pois é a união de todos que pode **fazer acontecer**.

Neste momento atual, dois anos após decorrido o incêndio, e mesmo que não o solicitem, alguns deles, destes *stakeholders*, requerem cooperação para auxílio em ações ou programas de dinamização para estas zonas, para estas localidades, para o território do interior, para aquela população que não teve auxílio, ou cujo auxílio chegou tarde, muito tarde.

2.9 Sumula da Revisão da Literatura

Analisadas as teorias, importa referir que ambas se complementam, são complementares e não se consegue definir onde se intersectam uma da outra. Tentando ser concisa, as organizações, para além da sua atividade de produzir lucros, possuem também obrigações sociais e, os académicos e/ou investigadores têm tentado encontrar um padrão que permita criar um paradigma ou um elo de ligação entre ambos.

Como breve resumo sobre a pesquisa efetuada à definição do termo *stakeholders*, as diferenças são, basicamente, no grau de importância dos *stakeholders* para as organizações. De acordo com o artigo da revista Ibero-Americana de Estratégia RIAE⁵², para autores como Freeman (1984), Donaldson e Preston (1995), Jones (1995), Metcalfe (1998) e Moore (1999), consideram que o objetivo das organizações é atender aos interesses de todos os *stakeholders*: os acionistas são apenas mais um grupo de *stakeholders*, cujos interesses as organizações devem atender e não são os únicos, nem mais importantes. Assim os estudos de (Agle *et al.*, 2008; Djelic, Vranceanu, 2006; Sendjaya, Sarros, Santora, 2008;) contribuem ao investigar “como” a teoria dos *stakeholders* irá enfrentar os desafios do seu sucesso, abordando o estado atual e futuro dos stakeholders de forma consistente. De uma forma breve e resumida, o conceito de *Stakeholder*, implica que a organização não se deve focar somente nos grupos que lhe ofereçam e tragam vantagens/interesses económicos, mas também nos grupos externos, que tenham ou possam vir a ter interesses específicos na organização.

⁵² Fonte: identificação e categorização dos stakeholders de uma organização do terceiro setor. Revista Ibero Americana de Estratégia 2013, disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=331227376007>, consulta a 28 de outubro de 2019.

Independentemente da definição adotada para definir o termo, há necessidade de legitimidade dos *stakeholders* em relação à organização e vice-versa, com a identificação dos que são considerados legítimos e dos que são considerados genéricos, segundo Freeman (1984) e Mitchell *et al.* (1997). De acordo com Freeman (1984) há ainda uma multiplicidade de fatores que influenciam as relações entre os *stakeholders* e as organizações, tais como, o setor, o tamanho e o local de atuação da organização. Os investigadores e/ou acadêmicos referem também que, relativamente às diferenças entre os *stakeholders*, estas são, essencialmente, referentes ao seu grau de importância para as organizações e com a identificação e entendimento dos *stakeholders*, torna-se mais fácil para uma organização planear e conseguir ter uma visão muito mais ampla dos seus negócios e compreender como é que a sua organização pode melhorar. Por exemplo, os consumidores estão cada vez mais exigentes, e se as organizações visam o lucro, somente consideram importantes os seus acionistas, mas quando um *stakeholder* de um projeto é identificado logo no início do mesmo, é mais fácil avaliar restrições, riscos e requisitos envolvidos. Isto é fundamental para tomar decisões mais eficientes. Atualmente os *stakeholders* exigem uma participação cada vez mais significativa nas decisões estratégicas beneficiando as organizações com novos desafios e oportunidades diversas.

De acordo com o pesquisado, o objetivo de cada *stakeholder* de um projeto é o de melhorar o resultado para o seu grupo de interesse, o que em outras palavras significa que cada grupo vai beneficiar em benefício próprio o que permite lucro para a organização. Isto repete-se todos os dias dentro de uma organização, esta busca pelo lucro depende dos serviços/produtos de qualidade da organização e daí a importância em se conhecer quais os *stakeholders* e conseguir priorizá-los para se conseguir dar uma maior atenção, economicamente falando, aos que mais entregam lucro à organização. Gostaria de referir que o envolvimento de todos estes *stakeholders*, de um modo geral permitem a compensação financeira, a satisfação ética, entre outros, mas também muito importante, permite o encontro de um equilíbrio de forças que resulta em resultados positivos, como por exemplo na redução de riscos na execução de todas as tarefas/etapas, em uma menor diferença de salários, promoção da sustentabilidade e da qualidade do emprego, entre outros.

Foi também abordado que a Teoria dos Stakeholders assume a forma mais holística na temática da RS e que as organizações adotam comportamentos socialmente responsáveis, tópico que mereceu especial destaque em Considerações Relevantes sobre a RS. De acordo com Parmar *et al.* (2007), a Teoria dos *Stakeholders* estuda as relações entre estes e a organização procurando compreender como são afetados

pela organização e como têm capacidade para a influenciar. De acordo com a Comissão Europeia (2001) a RSE consiste na integração voluntária de preocupações sociais e ambientais por parte das empresas nas suas operações e na sua integração com outros *stakeholders*. Para Donaldson e Preston (1995), a Teoria dos *Stakeholders* tem 3 abordagens distintas; a descritiva (descreve o que aconteceu), a instrumental (analisa as opções) e a normativa (sugere o que deve acontecer). Nesta categorização a RSE reflete-se na vertente normativa, isto porque esta dimensão interpreta a função da organização incluindo a identificação de princípios morais e éticos que devem definir e clarificar o papel dos *stakeholders*. Assim, ao longo deste trabalho, e de acordo com a pesquisa efetuada, verificamos que o conceito de RS está ligado à ação da empresa em relação às responsabilidades que tem perante a sociedade, todavia Carrol (1979) refere que a empresa deve ter como prioridade gerar lucro, a fim de satisfazer os seus encargos económicos e seguir as leis vigentes, cumprindo as suas obrigações legais. Assim que as duas responsabilidades básicas estejam satisfeitas, a organização enceta a sua atenção ao cumprimento das suas responsabilidades sociais, as quais abrangem a “responsabilidade ética”. Podemos então, definir ética como os padrões de comportamento aceites socialmente. Voltando à Teoria dos *stakeholders* de Freeman (1984) este defende que as organizações não dependem apenas dos seus acionistas, mas de todos os que com ela interagem, e é esta interação/interligação da organização para com os seu *stakeholders* que permite a abertura da organização com o exterior. No início dos anos 90, Carrol (1991) interliga o conceito de *stakeholder* com RSE e reforça a necessidade que a organização deve ter na definição das suas políticas sociais de acordo com os seus diferentes grupos de *stakeholders*.

Relativamente à RS dos Stakeholders, esta relaciona-se com os problemas sociais, e relativamente ao conceito, esta tem várias interpretações que não reúnem consenso entre elas, nomeadamente na sua importância ou legitimidade e que existe ainda a relação entre Ética e a RS, sendo que se observou que não existe RS sem ética, ou seja, uma organização pode praticar certas atividades consideradas socialmente responsáveis, mas se esta não tiver uma conduta ética na forma como gere os seus negócios, não pratica a RS, ou seja, ser Ético é ser socialmente responsável, mas sem reduzir o carácter original da RS, carácter esse que lhe atribui a imponência que o conceito possui.

Resumidamente, a RSE é um elemento importante para o desenvolvimento dos negócios e também para apoiar a organização a estabelecer relações positivas com os *stakeholders*. Assim, as organizações são impulsionadas a adotar novas posturas

relativamente a temáticas como a ética e a justiça para os diversos *stakeholders* que interagem com a organização e estes *stakeholders* cobram pela RSE. Estas temáticas, ao longo dos anos, estão a influenciar mudanças nas dinâmicas de mercado e no padrão de concorrência e de competitividade, como por exemplo nas questões ligadas ao meio ambiente. Não se deve pensar em sustentabilidade como algo restrito ao meio ambiente, nem pensar em responsabilidade social como algo restrito a projetos sociais. Compreender estas temáticas e conseguir atendê-las é uma forma que a organização possui para criar uma imagem positiva e conseqüentemente, conseguir obter negociações futuras com os seus diversos stakeholders.

Apresentado o capítulo relativo à revisão da literatura, e após um resumo de ligação entre estes dois conceitos e da importância de grandiosidade dos mesmos, encontramos-nos em condições de avançar, nomeadamente, para a elaboração das questões que vão ser de enorme importância para a elaboração de inquéritos e entrevistas e também e a metodologia adotada neste estudo.

2.9.1 Questões de Investigação

Apoiada pela revisão da literatura, pretendo com este capítulo alcançar qual a percepção que as populações envolvidas têm relativamente à Responsabilidade Social dos Stakeholders na Dinamização Social das Populações Locais Vítimas da Tragédia dos Incêndios, nomeadamente de junho de 2017.

No seguimento da revisão da literatura propomos as seguintes questões de investigação:

- a) Quem são os principais stakeholders? Quais as suas necessidades? Como podem influenciar e que ferramentas têm disponíveis?
- b) A preocupação social é só de ordem pública ou também diz respeito às organizações privadas?
- c) Identificar de que forma é que os *stakeholders* reagiram localmente após a tragédia e como os envolver na dinamização da população;
- d) Que tipos de programas de apoio e/ou dimensões de intervenção social ou governamental surgiram após os incêndios?
- e) Quem nasceu após a catástrofe e o trabalho que fizeram;
- f) Como avaliar a responsabilidade das organizações considerando os interesses sociais que para ela convergem?

Para responder a estas questões foram elaborados guiões de entrevista e dos questionários, conforme anexos A, B, C e D.

Capítulo 3: Metodologia

Neste capítulo será apresentada a natureza teórico-metodológica do projeto de dissertação, quais os instrumentos utilizados para investigação e o respetivo processo de construção da mesma. A seleção das técnicas de recolha e análise selecionados passou essencialmente por aqueles que me pareceram mais ajustados a este trabalho. “Tanto os métodos quanto técnicas devem adequar-se ao problema a ser estudado, às hipóteses levantadas e que se queira confirmar” (Marconi et al. 2002).

Comparando com outros países da EU, em Portugal os conceitos de ética e responsabilidade social são aplicados, ainda, em um número significativo de empresas.

Ainda que a população em estudo seja em maior número residente e trabalhadores do Concelho de Figueiró dos Vinhos, este é um pequeno estudo que pretende compreender a Responsabilidade Social dos *Stakeholders* na Dinamização destas localidades após o fatídico incêndio de junho de 2017.

3.1 Enquadramento metodológico do estudo

3.1.1 Definição dos objetivos

Como me foi possível verificar anteriormente a RS é um tema abordado por diferentes autores, por diferentes escolas, e com eles diferentes perspetivas nas diversas áreas. Posto isso, e após definir da problemática em estudo e de forma a conseguir atingir os objetivos a que me propus, optei por realizar um estudo, apoiado em inquéritos por questionário, entrevistas estruturadas e análise de documentos, sobre o fatídico acontecimento. Contudo é de referir que a pesquisa bibliográfica se prolongou ao longo de todo o projeto de dissertação, com o objetivo de acompanhar e também de complementar o estado de arte da problemática em estudo, principalmente a pesquisa de jornais e revistas nacionais e estrangeiros sobre esta temática, bem como de livros de especialistas na área. Posto isto, as questões que procurei com a investigação empírica, embora diferentes consoante o público alvo das mesmas, todas passaram pela obtenção de uma resposta a estes objetivos:

- Quais os fatores que condicionam as empresas em estudo na adoção de prática socialmente responsáveis.

- Qual o conhecimento que as empresas têm, relativamente à prática e a uma política de gestão socialmente responsável.
- Quais as práticas que as empresas desenvolvem.
- Quais as políticas de responsabilidade social.
- Qual a relação com a comunidade envolvente e vice-versa.

De salientar que o estudo realizado incidiu sobre a população que reside e que trabalha em Figueiró dos Vinhos, isto porque encontrei dificuldades em obter respostas aos questionários nos outros concelhos, mas mais à frente farei essa explicação, e o objetivo principal deste estudo é o de obter dados descritivos e explicativos, e para isso, utilizando por base as dimensões designadas na teoria de Carroll e a definição de Responsabilidade Social segundo a Comissão das Comunidades Europeias (2001).

3.2 Metodologia adotada

Neste trabalho o tipo de pesquisa adotado foi de carácter qualitativo, apoiado em inquéritos por questionário, entrevistas estruturadas e análise de documentos para a subsequente análise de conteúdo e tratamento um estudo qualitativo que será complementado por entrevistas do meio empresarial. O estudo foi realizado com base numa análise descritiva aos dados estatísticos obtidos.

3.2.1 A análise documental

Primeiramente, foquei-me na análise de artigos sobre esta temática em jornais e revistas, bem como de livros de técnicos e especialistas sobre a área dos fogos. A análise documental, para Ludke e André (1986:38), “pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações, obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspetos novos de um tema.

A coleta de dados secundários foi realizada através de pesquisas nas páginas de internet das respetivas organizações em estudo e demais documentos institucionais. Nesta análise documental, tive como objetivo perceber de que forma os media tratavam este assunto e se estes referiam como é que estas populações estão a conseguir reerguer-se, tanto economicamente, como socialmente após esta fatídica tragédia.

3.2.2 Entrevistas e Inquéritos

Dado que esta pesquisa implicou uma matéria complexa e frágil, foram reunidas de uma forma objetiva e clara as informações necessárias para que este estudo fosse credível e conciso.

Como o objetivo é que todos os inquiridos respondam às mesmas questões, foi elaborado um questionário estruturado e direto, que foi desenvolvido com base nos objetivos da investigação e revisão teórica, e no qual as questões são apresentadas da mesma forma e na mesma ordem a todos os inquiridos, contendo algumas perguntas abertas para dar oportunidade ao inquirido de acrescentar informação que este considere útil.

Foram elaboradas entrevistas semiestruturadas para os seguintes públicos:

- Presidente da Direção da AVIPG-Associação de Vítimas do Incêndio de Pedrógão Grande

Foram elaborados inquéritos por questionário para os seguintes públicos:

- Presidentes das Câmaras Municipais;
- Empresários dos concelhos de Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pera e Pedrógão Grande;
- População dos concelhos de Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pera e Pedrógão Grande.
- Membros da Direção da equipa Re-Nascer.
- Membros da Direção da AVIPG-Associação de Vítimas do Incêndio de Pedrógão Grande

O objetivo principal deste estudo é perceber como é que as mesmas se pretendem perspetivar enquanto socialmente responsáveis, para depois perceber se a forma como se auto intitulam de socialmente responsáveis, será na realidade o que se sucede nas práticas internas das organizações e nos seus objetivos. Com estes inquéritos, procuro também compreender a presença e a existência, ou a não existência, de práticas de gestão socialmente responsáveis nos objetivos das empresas, e além destas questões será também importante ao longo da entrevista, perceber se as chefias das empresas compreendem a realidade de uma gestão socialmente responsável e de que forma a própria empresa pode retirar vantagens na sua adoção, seja na cultura organização, seja a nível económico.

Seguiu-se uma outra técnica, esta já mais estruturada, a entrevista semiestruturada com perguntas abertas e feita verbalmente, na qual o entrevistador consegue acrescentar informação para um maior esclarecimento sobre a temática em estudo.

Com estas entrevistas pretendo compreender quais foram as maiores dificuldades que os Municípios nutriram relativamente à implementação de dinâmicas de Responsabilidade Social das populações afetadas pelos incêndios e quais as maiores dificuldades na implementação das mesmas e se tiveram apoios por parte das entidades do estado ou empresas, com programas que contribuíssem para o desenvolvimento local após a catástrofe.

Esperemos que estes questionários e inquéritos tenham levantado algumas questões aos órgãos dirigentes e à população, e que tenha sido útil para alertar para possíveis falhas existentes no comportamento praticado, mais concretamente na adoção de práticas de responsabilidade social e na dinamização destas localidades que sofreram com o flagelo do fogo.

Os questionários e as entrevistas foram realizados no espaço de tempo de 8 de outubro a 28 de outubro de 2019 e os respetivos guiões encontram-se nos anexos A, B, C e D.

3.2.2.1 Procedimentos de recolha e análise de dados

Este questionário foi realizado através de duas maneiras: presencialmente, ou seja, eu fui a vários estabelecimentos e empresas dos vários municípios com o inquérito em papel e também através da ferramenta “Google Docs”, em que o link para a realização do questionário foi enviado para todos inquiridos, onde foi explicado o objetivo do estudo e foi solicitada a participação de todos, onde foi referido o anonimato das respostas. Os resultados obtidos foram submetidos a análises estatísticas descritivas simples, recorrendo ao programa Excel da Microsoft, de modo a sintetizar e representar de forma compreensível e direta a informação contida nos questionários.

3.2.2.2 Dificuldades, limitações na obtenção de respostas aos questionários e inquéritos

Com este capítulo, pretendo mencionar as enormes dificuldades que senti na obtenção de respostas, tanto nos questionários como na marcação de entrevistas.

Não posso culpar, somente, o espaço de tempo para a realização destas entrevistas, embora este tenha sido curto, mas creio que se tivesse sido mais longo, o resultado

seria muito idêntico. Desloquei-me pessoalmente a estes concelhos, mais do que uma vez, solicitei entrevistas, enviei também correio eletrónico e telefonei, mas infelizmente, muitos inquéritos foram entregues, mas nunca foram respondidos, e muitos empresários e elementos das populações recusaram-se imediatamente a querer responder e referiam que não queriam ou não tinham nada a dizer sobre o assunto. Penso que as pessoas têm algum receio de falar sobre o assunto ou têm receio que com este estudo se tente “apontar” o dedo a quem podia ter feito mais e não fez ou a quem fez e possa não ter feito da forma mais correta. Houve inclusivamente quem me dissesse que não respondia porque não tinha estado muito atento ao tema, e não sabia o que responder, mesmo depois de eu ter explicado de forma muito simples o objetivo do meu estudo, mas mesmo assim não consegui resposta. Outros responderam que não tinham tempo, e outros que não tinham nada a dizer sobre isto, que os jornais já tinham dito tudo, entre tantas outras respostas. Não sei que dizer para justificar esta indiferença ou desinteresse por parte das pessoas que abordei, mas sei que fiquei imensamente dececionada. Por este motivo a população em estudo é muito mais reduzida do que eu determinava.

3.2.3 Caracterização do objeto de estudo – A amostra

Como esclareci no ponto anterior, tive dificuldades em obter respostas. Por esse motivo, e como resido em Figueiró dos Vinhos, tive uma maior facilidade na obtenção de respostas aos inquéritos neste concelho, isto porque as pessoas conhecem-me e perceberam a finalidade deste estudo, portanto o meu objeto de estudo é composto pela análise da população, das empresas e dos estabelecimentos públicos e privados do concelho de Figueiró dos Vinhos.

O concelho de Figueiró dos Vinhos tem quatro freguesias e pouco mais de 3mil habitantes em sede do concelho, sendo a amostra para este estudo de 120 pessoas, entre os quais empresários, o Presidente do Município e população residente e empregados de vários setores. Neste sentido, indico desde já a importância, em um futuro, preferencialmente, não muito longínquo, da realização de mais investigações e mesmo estudo de caso, lançando um desafio também às PME's vizinhas, em implementação de práticas socialmente responsáveis.

Para melhorar a compreensão desta realidade complexa, nesta abordagem pretende-se interpretar em vez de mensurar e procura-se compreender a realidade tal como ela é experimentada pelos sujeitos ou grupos a partir do que estes pensam e como é que estes agem.

3.2.4 Constituição da amostra

Dos 275 inquéritos, entre os entregues pessoalmente e os enviados por endereço de email, a amostra foi constituída somente por 61 (sessenta e um), entre eles empresários, população, munícipes e elementos da AVIPG e da equipa Re-Nascer.

3.2.5 Análise de conteúdo

A análise de conteúdo é uma técnica de análise de dados que permite fazer inferências válidas e replicáveis dos dados para o seu contexto, sendo um método de investigação que incide sobre o conteúdo simbólico das opiniões e representações contidas nas comunicações verbais e escritas (Ludke & André, 1986; Bardin, 1977).

A análise e a validação dos questionários foram feitas recorrendo ao programa de cálculo da Microsoft Excel.

Relativamente ao delineamento da presente pesquisa, a mesma utiliza-se de métodos qualitativos com fins descritivos e com uma etapa inicial exploratória, por isso será aprofundada via um estudo de caso.

3.5 Estudo de Caso

Como estudo qualitativo, a metodologia enquadra-se num estudo de caso. O estudo de caso é uma metodologia caracterizada pela observação detalhada de uma única fonte de documentos ou acontecimento específico de um contexto, constituindo uma das possibilidades metodológicas em investigação nas ciências sociais (Bodgan & Biklen, 1994).

Segundo o autor Yin (1994:13) a definição técnica de estudo de caso é uma investigação empírica que tem como objetivo investigar um acontecimento contemporâneo num contexto da vida real, normalmente quando os limites entre o acontecimento e o contexto são claramente definidos. Esta definição, segundo o mesmo, ajuda a compreender e distinguir o método de estudo de caso, das outras estratégias de pesquisa (método histórico, entrevista, método experimental e o survey. No entanto, o estudo de caso abrange também uma área mais técnica, como a recolha de dados e estratégias de análise de dados. Neste sentido, o autor Stoecker (1991) afirma que esta estratégia é uma estratégia abrangente, pois conclui a área de recolha de dados bem como a parte de planeamento da pesquisa.

O método de estudos de caso envolve uma análise aprofundada de um fenómeno desenvolvido num contexto real, baseado numa multiplicidade de perspetivas que podem resultar de múltiplos métodos de recolha de dados, tanto qualitativos como quantitativos ou de múltiplos relatos de diferentes atores. Estes estudos são ricos em informação e contribuem para uma compreensão profunda e detalhada das interações e dos processos complexos da vida real e para se obter a formulação das questões a colocar é necessário realizar uma revisão de literatura sobre um determinado tema, ou seja, analisar pesquisas anteriores sobre o tema de modo a que as questões sejam mais objetivas e perspicazes sobre o assunto que se pretende estudar.

Uma definição útil de estudo de caso é dada por Yin (1989):

“um estudo de caso é uma pesquisa empírica que investiga um fenómeno contemporâneo dentro do seu contexto real; quando os limites entre fenómeno e contexto não são evidentes; e no qual muitos recursos ou evidência são usados” (p. 23).

Embora, como Yin e outros indicam, os estudos de caso, embora, frequentemente usem medidas qualitativas, estes tendem, mais frequentemente, a tomar uma perspetiva quantitativa, com a visão de explorar, descrever e explicar um fenómeno.

A conceitualização da análise de conteúdo, pode ser concebida de diferentes formas, tendo em vista a vertente teórica e a intencionalidade do pesquisador que a desenvolve, seja adotando conceitos relacionados à semântica estatística do discurso, ou ainda, visando à inferência por meio da identificação objetiva de características das mensagens (Weber, 1985; Bardin, 1977).⁵³

A coleta de dados para a realização de um estudo de caso pode se basear em inúmeras fontes. A variedade de evidências, um banco de dados das evidências e o encadeamento das mesmas, aumentarão substancialmente a qualidade do estudo de caso (YIN, 2001), sendo possível estudar de maneira mais minuciosa o fenómeno desejado. No caso do presente estudo, as informações recolhidas foram a partir de dados primários e secundários, e o método de pesquisa foi qualitativa, desenvolvendo a partir do encaminhamento de um estudo de caso, seguindo os parâmetros preconizados por Yin (2001), ou seja, precisar a pergunta de pesquisa, fazer um levantamento da literatura pertinente, elaborar uma fundamentação teórica a partir deste levantamento e preparar um plano detalhado de pesquisa.

⁵³ Fonte: Anotações e informação facultada pela professora de metodologias, Maria Teresa Antunes, no segundo semestre do ano letivo de 2017.

O caso escolhido para este estudo abrangeu pesquisa nos meios de comunicação social, nacionais e internacionais e foram realizadas entrevistas com os principais representantes do município, por meio de um guião de entrevistas semiestruturado e composto de questões abertas. Foram também realizados inquéritos aos restantes stakeholders com questões iguais a todos.

Os resultados obtidos a partir das entrevistas e inquéritos, e da análise documental foram inicialmente verificados caso a caso, ou seja, individualmente, por cada pergunta feita.

A partir dessa metodologia proposta por Minayo (1996), a seguir, apresenta-se uma sinopse dos trabalhos de análise de conteúdo que foram desenvolvidos nesta pesquisa:

- Foram realizadas as transcrições das entrevistas e dos inquéritos;
- Foi observado que, para os propósitos deste trabalho, a qualidade do material colhido é extremamente relevante;
- Foram realizadas leituras atentas e em profundidade de todas os discursos transcritos, procurando assim, contextualizar o que foi relatado pelo entrevistado;

Capítulo 4: Respostas às questões de Investigação

Na sequência da metodologia apresentada no ponto 3 inicia-se, neste ponto, a análise aos dados recolhidos através das entrevistas semiestruturadas e dos inquéritos por questionário. Simultaneamente à análise de dados será efetuada uma análise qualitativa, com recurso aos resultados da observação. Para o registo de dados recolhidos das entrevistas semiestruturadas e dos inquéritos por questionário, foram elaborados formulários apresentados que estão disponíveis no Anexo A, B, C e D.

O fato de o estudo ter sido realizado em uma amostra tão reduzida e, praticamente em um só concelho, limitou a análise e interpretação dos dados recolhidos, no entanto os resultados obtidos nos inquéritos e da entrevista realizada, permitiram obter uma percepção da realidade.

4.1 Conteúdo das entrevistas semiestruturadas e dos inquéritos por questionário

No âmbito da investigação foi concretizada uma entrevista semiestruturadas à Presidente da Associação de Vítimas do Incêndio de Pedrógão Grande

A entrevista foi realizada no local de trabalho do colaborador, ou em sítios mais recatados consoante vontade dos mesmos.

4.1.1 Entrevista à Presidente da AVIPG-Associação de Vítimas do Incêndio de Pedrógão Grande

Entrevista realizada a Nádía Piazza, jurista e Presidente da Direção da Associação de Vítimas do Incêndio de Pedrógão Grande, que perdeu o filho de 4 anos, o pai deste e mais 8 elementos da família do pai do seu filho. (Guião da entrevista – Anexo A):

- Dra. Nádía Araceli Piazza (Jurista do Município de Figueiró dos Vinhos)
 - Data: 07/10/2019 – 15:00
 - Local: Antiga escola primária da Figueira, Graça – Sede AVIPG
 - Motivo: Recolher informações sobre a visão de qual tem sido o papel desta associação que nasceu após o fogo, quais as maiores dificuldades que sentiram, quais os objetivos que já conseguiram alcançar e como avaliar o empreendedorismo social neste território devastado pelos fogos de 2017.

Quadro 4. Perguntas e respostas

Pergunta	Resposta
P1- Como surgiu, a ideia de criar a associação de vítimas?	Arranjei forças para mobilizar familiares das vítimas do incêndio de Pedrógão Grande. A dor é enorme, mas move-me a necessidade de justiça e de recuperação do direito e dever de autodefesa das populações esquecidas do interior. A AVIPG tornou-se oficialmente uma associação de direito privado a 8 de setembro de 2017 e, a 30 de Outubro de 2017 é reconhecida de utilidade pública. A 14 de outubro realizámos o primeiro encontro em Pedrógão Grande, sobre autoproteção e resiliência das populações, que contou com a presença de centenas de aldeões, e de especialistas sobre o assunto, e também com S. Exa. o Sr. Presidente da República.
P2 – Qual o objetivo da Associação?	Temos tido uma atuação em todas as áreas que requerem intervenção, desde a identificação de vítimas, à inventariação das necessidades de cada um dos afetados, mas também ao apuramento dos factos e à promoção e realização de

estudos que permitam adotar medidas de prevenção dos incêndios florestais e de proteção civil. A AVIPG assumiu-se no terreno e junto das pessoas afetadas como referência e ponte de diálogo construtivo com os poderes públicos e com a sociedade Civil.

A AVIPG tem como missão a defesa dos direitos e dos legítimos interesses das pessoas afetadas pelo incêndio de Pedrógão Grande de 2017, homenagear as vítimas mortais e os feridos, bem como a promoção de medidas que previnam e impeçam a ocorrência de circunstâncias futuras idênticas. É uma associação diferente, virada para o futuro e com um horizonte sem limites, distinguindo-se pelas três dimensões que assume: a memória, o futuro e o desenvolvimento económico, social e cultural do território.

P3 - Passados mais de dois anos após o grande incêndio de Pedrógão Grande, que balanço faz da atividade da associação e o que conseguiram?

O amargo maior é a associação existir para abalar as estruturas. Nenhum de nós, dos membros da Direção queria isso, mas, infelizmente, era preciso. Foi uma questão de responsabilidade, de homenagem a quem morreu, a quem se feriu e a quem perdeu tudo. O que aconteceu não podia passar despercebido. Mas nenhum de nós tinha consciência do que nos aguardava, do trabalho, das noites mal dormidas, da luta incessante. Sobretudo, estávamos nós também a viver processos traumáticos difíceis e a associação era uma muleta, mas também um aprofundar de traumas. O balanço, destes 2 anos da AVIPG é brutal. Fez-se muito e sobretudo, PRESSIONOU-SE muito. Era a isso que nos propúnhamos. Pressionar e controlar os processos, participando!! Estar dentro para alterar ou denunciar desvios ao foco.

Iniciámos projetos, como o projeto Aldeias Resilientes que é a nossa joia. Este projeto deu azo ao projeto do governo Aldeia Segura, Pessoa Segura. mas há muito que fazer na versão estatal. É preciso um upgrade, sem dúvida. Partir mais de baixo para cima, do que de cima para baixo. Haver maior envolvimento das populações e comunidades, formação e informação, treino, simulacros, etc. O Aldeias Resilientes já conseguiu, através de um fundo da Fundação Calouste Gulbenkian e a Fundação Claude Marion e Sofie Marion - Fundo de Apoio às Vítimas dos Incêndios, entregar Kits de autoproteção a 4 aldeias que contêm motobombas, depósitos de água entre outros materiais de proteção, designadamente para a primeira intervenção no combate ao incêndio na ótica da autoproteção e resiliência de pessoas e bens.

P4 - Com as medidas tomadas depois de junho, acha que estamos a passar das palavras aos atos?

Acho, mas acho que não se está a dar a devida divulgação a isso. Da última vez que escrevi ao primeiro-ministro, disse-lhe que devíamos fazer das medidas um desígnio nacional. Devia ser mesmo uma campanha. Quando saiu esta obrigatoriedade dos prazos para limpeza dos terrenos, achei muito bem. As autarquias não estão preocupadas com os prazos, mas com os cortes de 20% nas transferências (do Fundo de Equilíbrio Financeiro). Só funcionam se houver cortes. Foi proposta nossa.

P5 - Além das

Sim. Os projetos que existem e as medidas são muito burocráticas e pouco

<p>medidas concretas de prevenção e combate ao fogo, há questões como a desertificação do interior e a desordenação do território. No seu entender acha que faltam políticas?</p>	<p>adequadas à nossa região e o País tem de aprender a virar/olhar para o interior, pois somos mais de 2/3 do País.</p> <p>Para mudar o que é estrutural é preciso haver um pacto de regime: os partidos têm de se sentar, discutir e aprovar algo que seja plurianual, para os próximos 10 ou 20 anos. Mas sentar-se com gentes da terra, com o povo, e não só entre eles. Falta contato com o povo.</p>
<p>P6 - Depois da tragédia houve uma série de medidas para a floresta, como avançar com o cadastro florestal e limitar a plantação de eucaliptos. Como vê esta reforma?</p>	<p>A reforma florestal precisa de um orçamento para ela e, pelos vistos, não há um orçamento condizente com uma reforma que até é ambiciosa. É muito caro colocar no terreno aquilo que está no papel. Devia estar referenciado no orçamento de que a resposta é por aí.</p>
<p>P7. No seu entender, que conclusões é que se tiram?</p>	<p>Muito simples, então um Estado que dá um sinal claro à sociedade de que quer apostar na reforma florestal, mas que fica dependente de fundos comunitários, sobretudo quando se vai entrar agora num período de reprogramação das verbas para 2020, é que se pretende recorrer sobretudo a fundos comunitários</p>
<p>P8. No seu entender têm sido realizadas iniciativas de empreendedorismo social?</p>	<p>A AVIPG tem um projeto, que estamos a aguardar início para o próximo ano, de instalação da oficina 4C – conhecimento, ciência cidadania e cultura, das aldeias resilientes, de projeto de empreendedorismo social, da horta e do viveiro comunitário, dos intercâmbios internacionais de voluntariado”. Temos oferecido formações em diversas áreas como agricultura, podas, entre outras. São formações direcionadas para a população, direcionadas para o que pensamos ser útil a esta população, isto porque o empreendedorismo social é necessário para resolver problemas ou dificuldades sociais. O exemplo do projeto Re-Nascer, que também tem objetivo de dinamizar esta população, de lhes dar as bases para o empreendedorismo. E é disto que a região precisa, de mais empreendedores, de dinamismo, de pessoas com valores e que melhorem o relacionamento da população para com os <i>stakeholders</i> o que será seguramente replicado pelas restantes regiões e melhorará a imagem de toda e qualquer região.</p>
<p>P9. Algo que entenda pertinente referir/destacar.</p>	<p>Não, está tudo igual a 2017. A burocracia do nosso país é o maior entrave do interior! A falta de visão do litoral para o interior mantém-se. Considerando que a problemática dos incêndios tem sido esquecida, ano após ano, sucessivamente</p>

esquecida, com consequências graves para a degradação do espaço florestal, a sociedade portuguesa deve assumir, para além da memória deste dia como “Dia Nacional em Memória das Vítimas dos Incêndios”, também a sua importância.

Fonte: Elaboração própria

4.2 Conteúdos e estatísticas dos inquéritos por questionário

No âmbito da investigação foram concretizados inquéritos por questionário aos stakeholders dos concelhos de Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pera e Pedrógão Grande.

Seguidamente é apresentada a análise estatística dos dados recolhidos ao que concerne à perceção do objeto em análise, nomeadamente, a responsabilidade social dos *stakeholders* na dinamização social das populações afetadas pelos incêndios de 2017.

4.2.1 Re-Nascer

Dos inquéritos distribuídos, por correio eletrónico, por meio da aplicação “Google Docs”, a três dos membros da Direção da equipa Re-nascer, obtiveram-se as seguintes respostas:

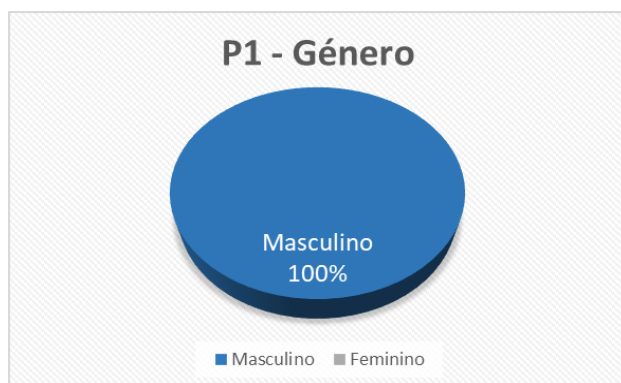


Gráfico 1 – Género

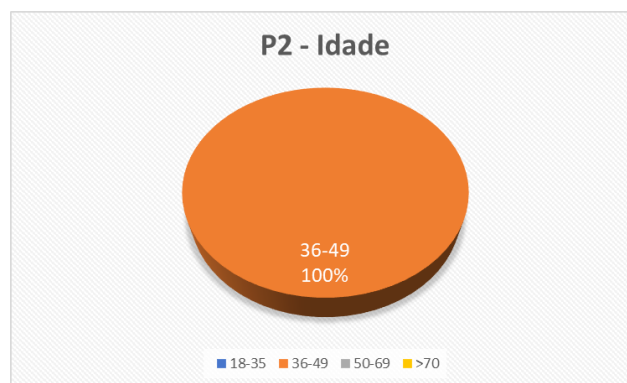
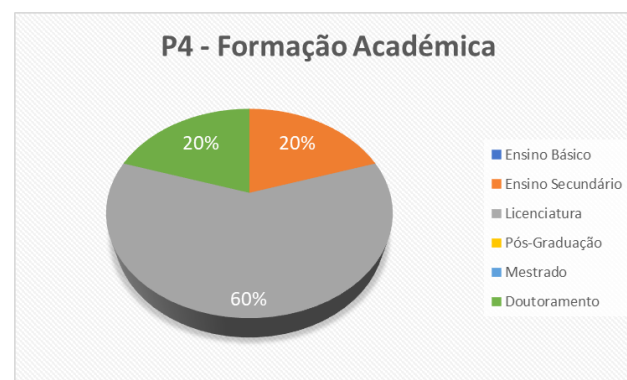
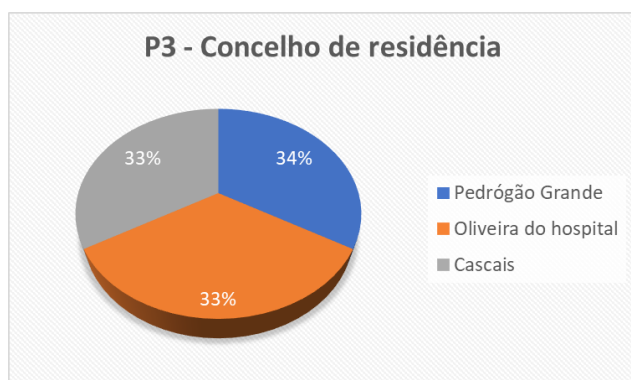


Gráfico 2 - Idade



Quadro 5. Perguntas e respostas

Pergunta	Resposta
P5- O conceito <i>Stakeholders</i> define todos aqueles que direta ou indiretamente são influenciados ou influenciam a atividade da empresa, ou seja, TODOS. No seu entender, quais são os principais <i>stakeholders</i> da região?	<p>R1 - Os habitantes</p> <p>R2 - São todas a associações e pessoas individuais ou não que se envolveram para tentar mudar as mentalidades, que se esforçam por querer uma mudança.</p> <p>R3 - Câmara Municipal, Autoridade Tributária, Centro de Emprego e Formação Profissional, Empresas locais, Escolas Secundária, Escolas Profissionais, População em Geral, CTT, Empresas de Contabilidade, IPSS.</p>

Fonte: Elaboração própria

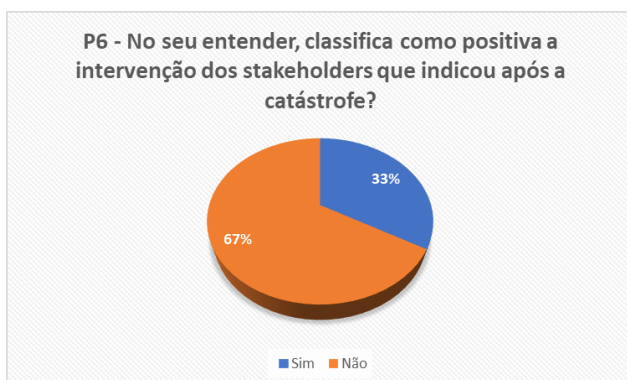


Gráfico 5 – No seu entender, classifica como positiva a intervenção dos stakeholders que indicou após a catástrofe?

Quadro 6. Perguntas e respostas

Pergunta	Resposta
P6.1 Caso responda negativamente, justifique:	<p>R1 - Na sua grande maioria não foram íntegros/sérios na gestão de donativos, não assumiram a falta de competência de gestão, não se souberam mover e unir à volta de causas. Colocaram pedras no caminho de quem teve boas iniciativas.</p> <p>R2 - Só prometeram e nada ajudaram</p>
P7. Considera que a Responsabilidade Social	R1 - Não, na realidade a responsabilidade social local, está muito influenciada por movimentos políticos, retirado os seus pilares

está em crescimento neste concelho? Fundamente a sua resposta.

fundamentais, de trabalhar em prol das pessoas e não em prol da construção de carreiras, ou da criação de círculos de influências para chegar ao poder.

R2 - Ainda há um caminho muito longo para percorrer, mas sim as pessoas as empresas e Associações não ficaram indiferentes a toda esta catástrofe que aconteceu no centro do país, e de uma maneira ou outra tentaram mudar o que está mal, o que é difícil pois é uma região muito pobre e não ter meios económicos para fazer ou mandar fazer as coisas. Mas o que se tem de fazer é não esquecer o que se passou, para não se voltar a repetir. Mas para isso é necessário que haja vozes ativas com força para que as pessoas ouçam que é preciso mudar.

R3 - A responsabilidade social está visivelmente em crescimento no concelho de Pedrógão Grande facto que se pode observar através do envolvimento da população em geral para ações de prevenção.

Fonte: Elaboração própria

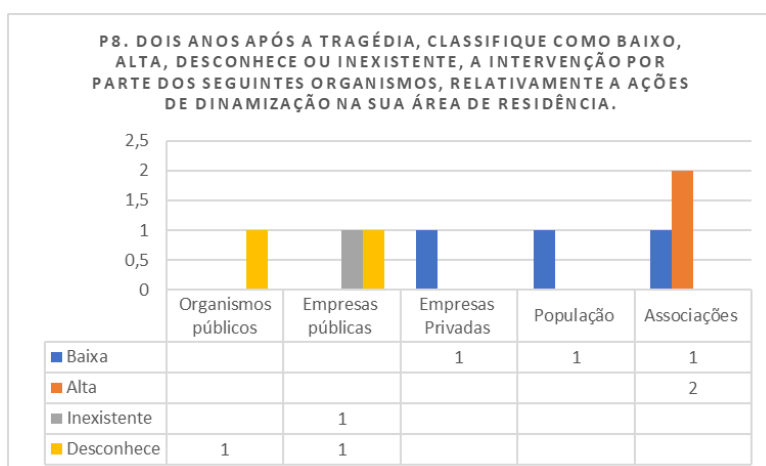


Gráfico 6 – Dois anos após a tragédia, classifique como baixo, alta, desconhece ou inexistente, a intervenção por parte dos seguintes organismos, relativamente a ações de dinamização na sua área de residência.

Quadro 7. Perguntas e respostas

Pergunta	Resposta
P9. O que vos motivou para lançar o vosso projeto? (Como surgiu?	R1 - O projeto RE-NASCER surgiu porque sentimos que para uma reunião crescer e ser sustentável, precisa de projetos de empreendedorismo sérios, inovadores e sólidos. Sentimos que para isso é preciso haver uma cultura de

Porque foi criado? Têm orçamento próprio? Quais os objetivos?)

exigência, aprendizagem, inovação, networking e entreaajuda. Criamos este projeto com intuito de dar o pontapé de saída, criar a base e depois as organizações locais aproveitarem e darem seguimento ao mesmo. Infelizmente as organizações e diria até a pessoas no geral, focaram-se muito mais em criar dificuldades ao projeto em detrimento de o apoiarem. Por esta razão e porque sentimos realmente falta de vontade por parte da região e das suas organizações em pegar neste projeto, optamos por terminar o mesmo 2 anos depois.

R2 - Primeiro; perderam-se muitas vidas humanas, e surgiu com muita naturalidade pois as pessoas tinham necessidade de conversar de desabafar, dai nasceu uma nova família, a família de quem perdeu tudo e não sabiam o que fazer o que ainda hoje está bem vincado em no rosto das pessoas. E depois foi lutar pelo apuramento de responsabilidades que foi o nosso objetivo. Não tínhamos orçamento próprio mas foi aparecendo uns mecenas que nós ajudaram nos projetos e que agora estão à vista de tidos. Os objetivos estão superados fizemos muita coisa na Avipg.

R3 - O projeto surgiu da necessidade pessoal de contribuir para a mudança de atitude não só perante catástrofes, mas também para a sua prevenção. Sem orçamento próprio o objetivo primário foi a responsabilização da catástrofe, mas também a consciencialização da população para as boas práticas de prevenção e ação.

P10. Como avalia a vossa ação considerando os interesses sociais para os quais ela convergiu?

R1 - Acho que fizemos um projeto verdadeiramente inovador e disruptivo. Com ZERO euros trouxemos do melhor que havia nacional e internacionalmente à região. Gestores reconhecidos, ministros, secretários de estado, investidores disponíveis a avançar, etc. Fizemos formações em várias áreas, algumas com os melhores especialistas que há no país, promovemos debates e palestras com pessoas referencia que podiam mover influencias. Criámos almoços de networking com influenciadores, fizemos concursos de empreendedorismo, apoiámos 9 empresas novas a serem lançadas, tanto financeiramente (cerca de 8000€ de apoio direto), como com contactos e mentorização. Tudo isto gratuitamente. Desafio a que me apresentem alguma iniciativa igual na região, quer no passado, presente ou futuro. Simplesmente ninguém o fez ou iria fazer... não é fácil, da trabalho, é preciso investir dinheiro e contactos como nós investimos de meios próprios... ninguém o fará... as pessoas só criticam e nada fazem, pensam que é tudo igual, que temos uma agenda e não percebem que a nossa agenda era ajudar as pessoas e a região.

R2 - Boa cotação tendões consideração a apatia circundante.

R3 - Considero uma avaliação muito positiva, uma vez através de um trabalho sério e credível consegui sensibilizar não só as populações como entidades também elas credíveis que deram o suporte financeiro necessário

ao financiamento do projeto e conseqüentemente a sua concretização.

P.11 Indique (caso existam), as maiores dificuldades que encontraram para a concretização do projeto e principalmente para a não continuidade do mesmo.

R1 - Penso já ter respondido nas questões anteriores, mas basicamente as autarquias e associações locais estão muito focadas em agendas próprias e pouco em planos de desenvolvimento para a região. O medo e a contra informação impera, a micro gestão, a gestão pelo pequeno interesse. Interessa mais o buraco na estrada da rua onde passa um carro por semana, pois vive lá um tipo que influencia 20 votos, do que trazer mais pessoas para essa rua. Há muita tacanhez, falta de conhecimento e falta de líderes sólidos e empenhados em causas estruturais. Não há compromissos, não há planos, não há objetivos, não há a capacidade de assumir que não se sabe e se tem que pedir ajuda... muita coisa mais me apetecia escrever, mas enfim. Gostávamos de ter ajudado mais a região, tivemos 2 anos a lutar e a investir, estamos muito contentes com o que fizemos, mas para já chega. Disponíveis para ajudar a quem solicite.

R2 - Como tudo na vida não é fácil, o que tivemos de fazer foi nunca perder a esperança que íamos no caminho certo.

R3 - A maior dificuldade do projeto é ter derivado de uma catástrofe, onde se apontou responsabilidades a entidades públicas que ficando com ressentimentos do projeto não permitiram um maior envolvimento na área abrangida.

Fonte: Elaboração própria

4.2.2 AVIPG-Associação de Vítimas do Incêndio de Pedrógão Grande

Dos inquéritos distribuídos, por correio eletrónico, por meio da aplicação “Google Docs”, a dois dos membros da Direção da equipa AVIPG, nomeadamente vice-presidente e primeiro vogal, obtiveram-se as seguintes respostas:

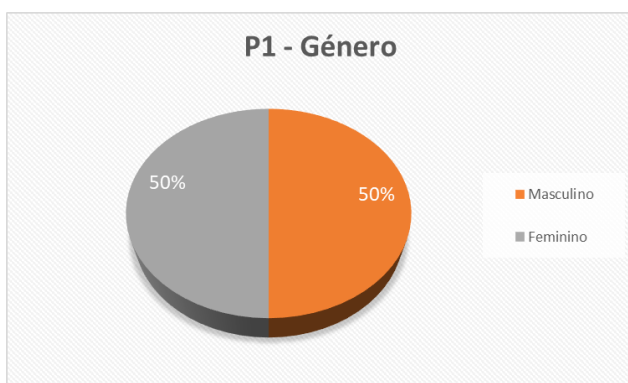


Gráfico 7 – Género

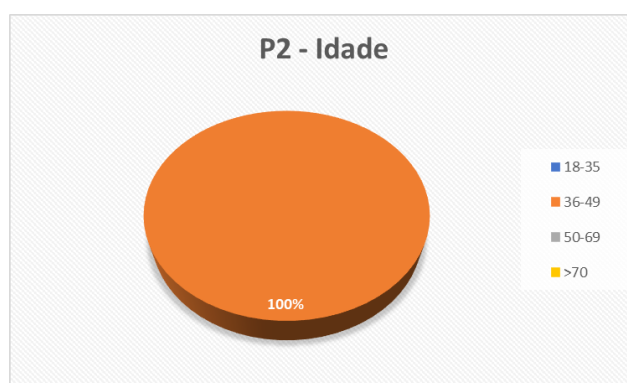


Gráfico 8 – Idade

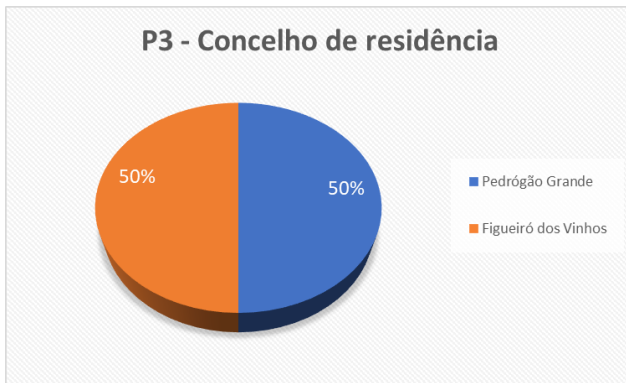


Gráfico 9 – Concelho de residência

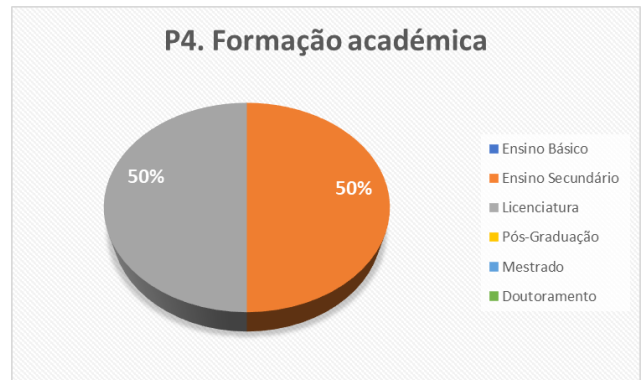


Gráfico 10 – Formação académica

Quadro 8. Perguntas e respostas

Pergunta	Resposta
P5. O conceito Stakeholders define todos aqueles que direta ou indiretamente são influenciados ou influenciam a atividade da empresa, ou seja, TODOS. No seu entender, quais são os principais stakeholders da região?	R1 - Autarquias, Associações, Empresas, Organizações Religiosas (Santas Casas, Igrejas), Escolas. R2 - Os habitantes

Fonte: Elaboração própria

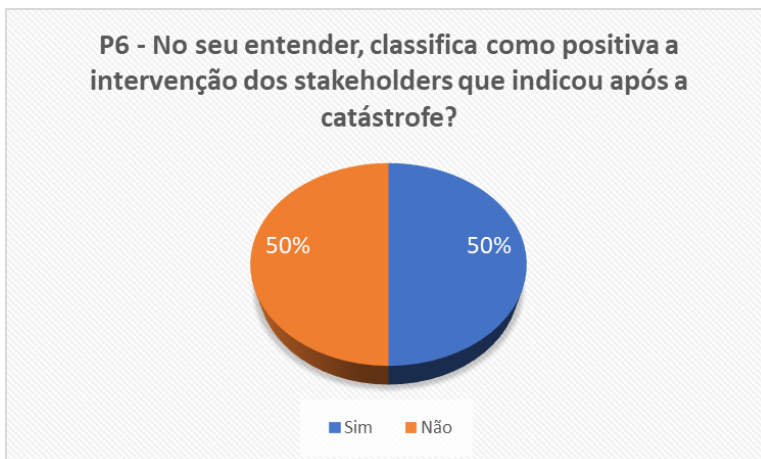


Gráfico 11 – No seu entender, classifica como positiva a intervenção dos stakeholders que indicou após a catástrofe?

Quadro 9. Perguntas e respostas

Pergunta	Resposta
P7. Considera que a Responsabilidade Social está em crescimento neste concelho? Fundamente a sua resposta.	R1 - Não. Cada vez só ajudam os que são da cor do presidente. A população está abandonada. R2 - Não

Fonte: Elaboração própria

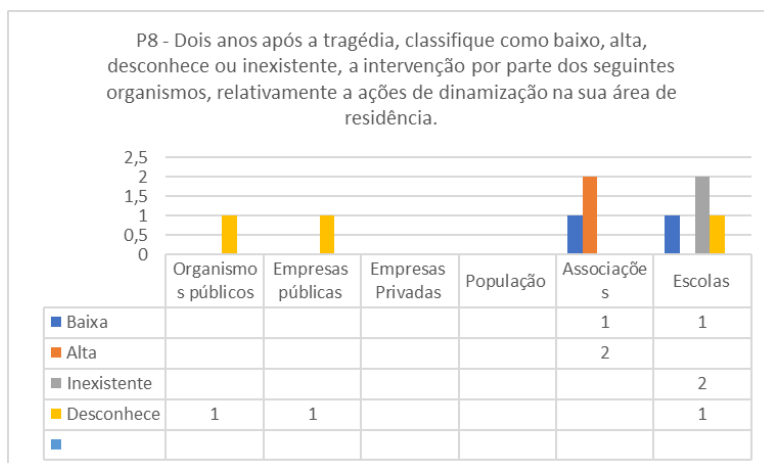


Gráfico 12 – Dois anos após a tragédia, classifique como baixo, alta, desconhece ou inexistente, a intervenção por parte dos seguintes organismos, relativamente a ações de dinamização na sua área de residência.

Quadro 10. Perguntas e respostas

Pergunta	Resposta
P9. O que vos motivou para lançar o vosso projeto? (Como surgiu? Porque foi	R1 - Ajudar. Surgiu por falta de apoio estatal e local. R2 - Inexistência de resposta pública e por necessidade de

criado? Têm orçamento próprio? Quais os objetivos?) justiça social.

P10. Como avalia a vossa ação considerando os interesses sociais para os quais ela convergiu?

R1 - Muito bom, tendo em conta todas as estruturas contra quem lutamos.

R2 - Eu avalio como muito positiva por tudo o que foi feito até agora. Pois nós recebemos o prêmio de cidadania. Só isso fala por si o esforço que nós dedicamos a esta causa.

P11. Indique (caso existam), as maiores dificuldades que encontraram para a concretização do projeto e principalmente para a não continuidade do mesmo.

R1 - As entidades públicas e autarcas locais.

R2 - Conciliar vida pessoal e profissional

Fonte: Elaboração própria

4.2.3 Empresários dos concelhos de Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pera e Pedrógão Grande.

Dos inquéritos distribuídos, por correio eletrónico, por meio da aplicação “Google Docs”, e dos inquéritos entregues pessoalmente, obtiveram-se as seguintes respostas:

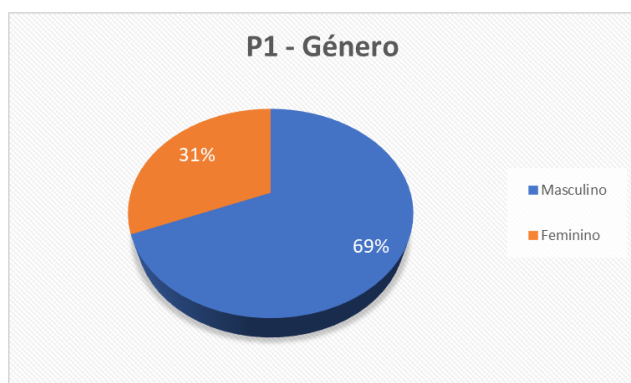


Gráfico 13 – Género

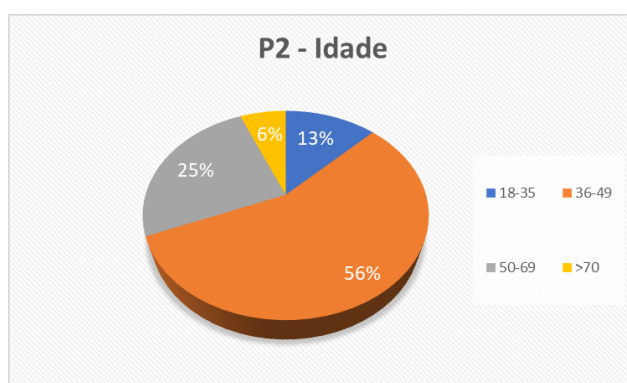


Gráfico 14 – Idade

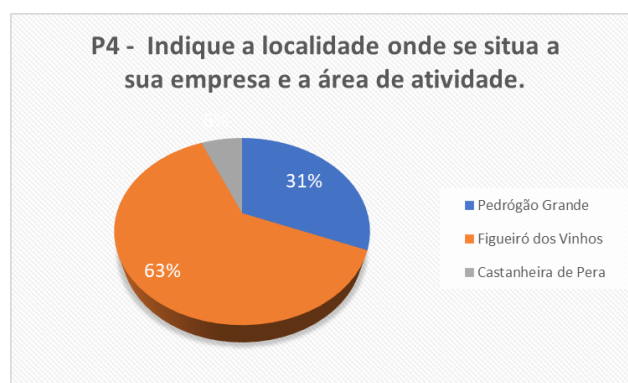
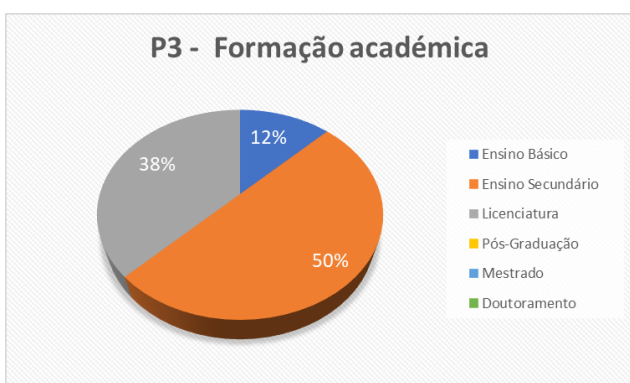


Gráfico 15 – Formação académica

Gráfico 16 – Indique a localidade onde se situa a sua empresa e a área de atividade.

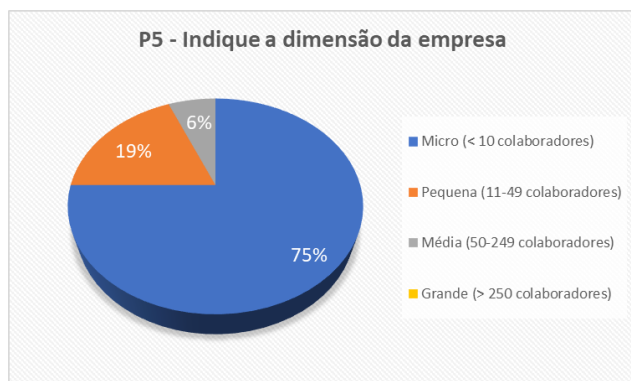


Gráfico 17 – Indique a dimensão da empresa

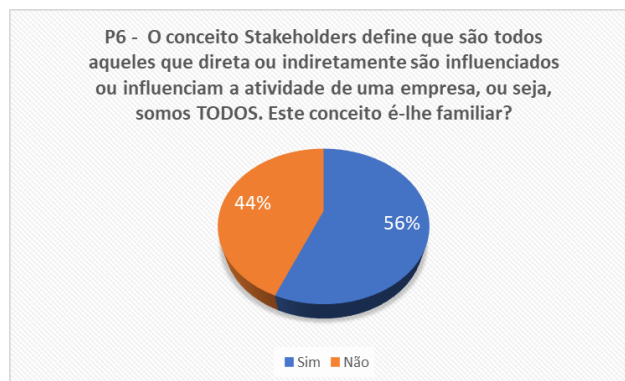


Gráfico 18 – O conceito Stakeholders define que são todos aqueles que direta ou indiretamente são influenciados ou influenciam a atividade de uma empresa, ou seja, somos TODOS. Este conceito é-lhe familiar?

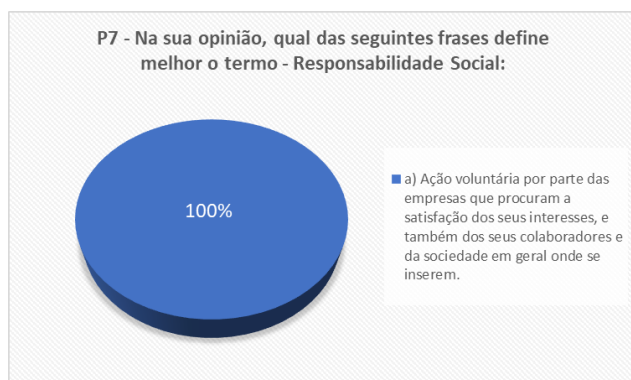


Gráfico 19 – Na sua opinião, qual das seguintes frases, define melhor o termo Responsabilidade Social



Gráfico 20 - Após a tragédia de junho de 2017, a sua empresa pratica ações de Responsabilidade Social para com a população afetada pelo incêndio?

Quadro 11. Perguntas e respostas

Pergunta	Resposta
P8.1 Se sim indique quais as ações e se estas ainda estão a ser praticadas?	<ul style="list-style-type: none"> - Sensibilizar locais para melhor ordenamento florestal; Informar investidores estrangeiros que a zona afetada é agora mais segura e está melhor protegida. - Só a nível pessoal, não como empresa. - Ofereci comida, roupa e apoiamos os bombeiros com peças para as mangueiras e carros - Ofereci alimentação a vários grupos de voluntários ao longo destes 2 anos. - Voluntariado, oferta de águas e bens alimentares - Apoio voluntário na reconstrução de casas - Distribuição de águas e bens alimentares - Oferecemos pão às localidades mais afetadas - Permitti que os funcionários saíssem mais cedo, dei cabazes de natal aos funcionários, e permiti que se ausentassem para consultas.
P8.2 Indique quais as vantagens e desvantagens encontradas na realização destas atividades.	<ul style="list-style-type: none"> -Vantagem: Vivemos felizes e conseguimos ganhar coragem para ir aguentando a memória do que se passou e viver o dia a dia. Desvantagem: Não encontro - Recebemos sorrisos e gratidão. Não encontro desvantagens - Sentir que fiz o melhor que estava ao meu alcance. - Vantagem: Sentir que ajudei com os meus conhecimentos. Desvantagem: Não sei responder - Vantagem: Senti que ajudei quem mais precisa. Desvantagem: Não encontro - A nossa aldeia ganha vida, é a maior vantagem

- Não sei responder

Fonte: Elaboração própria

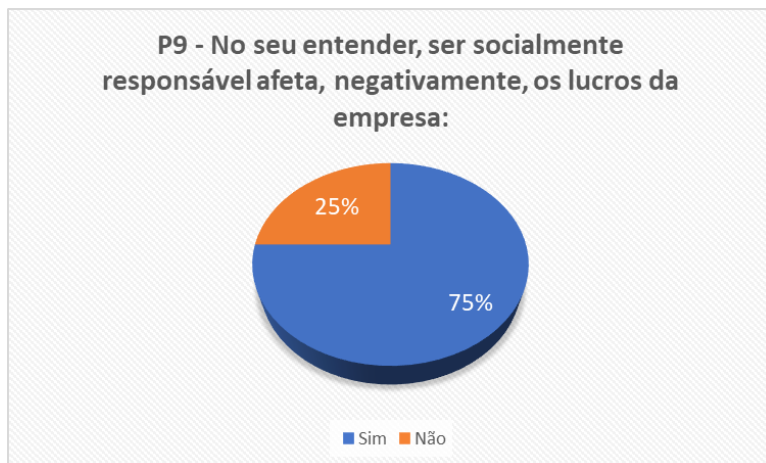


Gráfico 21 - No seu entender, ser socialmente responsável afeta, negativamente, os lucros da empresa

Quadro 12. Perguntas e respostas

Pergunta	Resposta
P10. A curto prazo, a sua empresa tem delineado algum projeto no âmbito de atividades sociais para com a população afetada pelo incêndio? Se sim, indique quais e se o orçamento que dispõe para esse fim foi disponibilizado por programas governamentais ou outros. Se não, indique quais as dificuldades que encontra para não conseguir realizar atividades sociais para com a população	<ul style="list-style-type: none">- Sim, continuar a sensibilizar os locais e cativar o interesse dos exteriores. sem apoio.- Não. A dificuldade é principalmente não saber o que fazer e o que é preciso no terreno- Não, porque não conseguimos monetariamente- Não por falta de tempo para realizar qualquer atividade que seja.- Não, porque acho que existem departamentos nos organismos públicos com essa finalidade- Não por falta de tempo- Continuamos a oferecer pão e bolos a algumas famílias e não temos ajudas monetárias de nenhum fundo governamental.- Não porque nem sei que atividades realizar- Não porque somos só 2 a trabalhar e não conseguimos despender de tempo.

afetada pelo incêndio.

- Não porque não tenho muitos funcionários e se eles se ausentam afeta a produção
- Não temos porque somos poucos e também perdemos bens pessoais no incêndio.
- Não porque não sei que atividades praticar, onde nem a que faixas etárias
- Não temos tempo para atividades extra
- Temos realizado caminhadas uma vez por ano e lanches temáticos sempre que possível
- Não porque somos poucos funcionários e não conseguimos nos ausentar por um período muito grande de tempo.

Fonte: Elaboração própria

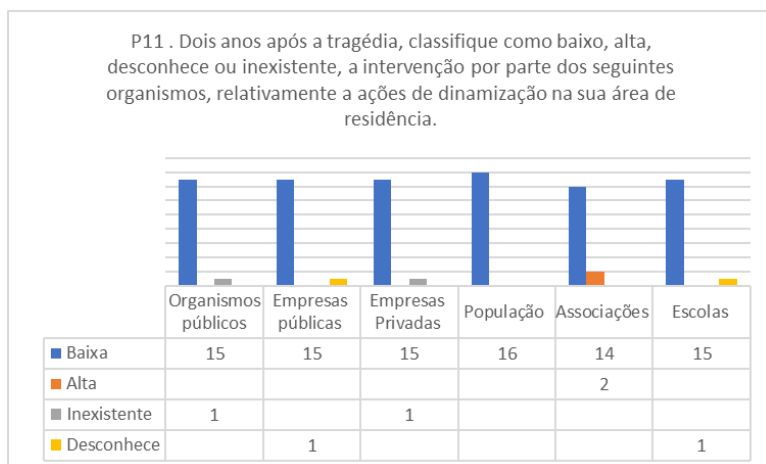


Gráfico 22 - Dois anos após a tragédia, classifique como baixo, alta, desconhece ou inexistente, a intervenção por parte dos seguintes organismos, relativamente a ações de dinamização na sua área de residência.

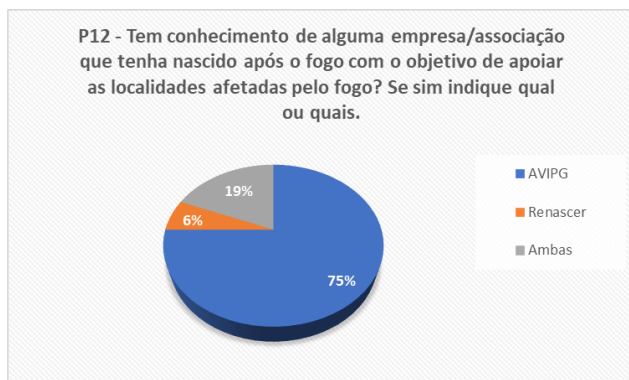


Gráfico 23 - Tem conhecimento de alguma empresa/associação que tenha nascido após o fogo com o objetivo de apoiar as localidades afetadas pelo fogo? Se sim indique qual ou quais.

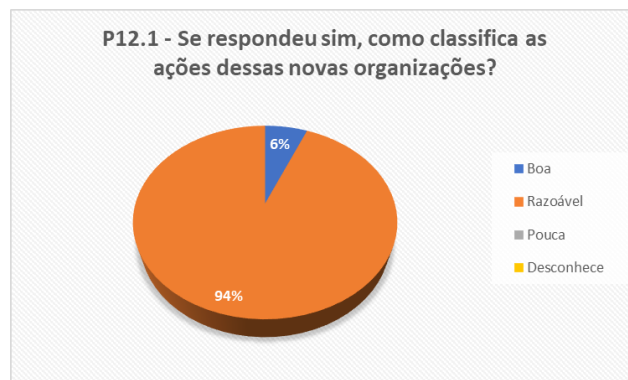


Gráfico 24 - Se respondeu sim, como classifica as ações dessas novas organizações?

Quadro 13. Perguntas e respostas

Pergunta	Resposta
P13. Indique (caso tenha conhecimento), governamentais de intervenção social que tenham surgido após os incêndios de junho de 2017? Considera estes programas adequados à realidade das populações?	<ul style="list-style-type: none"> - Quadros 2020 de apoio as empresas afetadas pelos incêndios para reposição atividade empresarial. adequados sim, mas muito burocráticos - Dos que conheço acho que houve má gestão e aplicação das ajudas por parte das entidades locais nomeadamente Câmara Municipal de Pedrógão Grande. - Sim, mas muito burocráticos. - Sim, mas com muita má gestão - Restantes respostas: Desconhecem
P14. Esta última questão, é uma questão sensível, e que me irá auxiliar na elaboração da conclusão do meu estudo. Dois anos após esta tragédia, e no seu entender enquanto profissional e morador	<ul style="list-style-type: none"> - A proteção civil, organismo que visa à proteção de responsabilidade social falha grosseiramente na proteção, combate a incêndios e gestão pós combate. Também junto das populações é importante interiorizar a uma limpeza frequente das propriedades, bem como afastar a monocultura de espécies. - Grupos de voluntários para as aldeias mais despovoadas. Temos aldeias onde morreram mais de 9 pessoas.

desta zona, o que considera que ainda falta fazer a nível da Responsabilidade Social/dinamização destas populações?

- Distribuição equitativa dos bens; Limpeza da berma das estradas municipais
- Sinto que nada foi feito. A floresta continua igual e os empresários que perderam bens, também estão a ter dificuldades para continuar a laborar como antes.
- A distribuição do dinheiro dos donativos não ter sido feita de forma equitativa.
- Perdi clientes, e até hoje nenhum funcionário da autarquia me veio perguntar se preciso de ajuda.
- Ajudar a população na limpeza dos terrenos
- Mais apoios humanos para a limpeza dos terrenos e para visitar as aldeias menos povoadas.
- Faltam apoios humanos e não monetários. Falta apoio por parte das autarquias e por parte de voluntariado social.
- Limpeza das matas, apoio voluntário e social nas localidades mais envelhecidas.
- Donativos mais bem distribuídos, apoio para limpeza dos terrenos, mais atividades para a população mais desfavorecida
- Talvez deixarem de falar nos incêndios e tentarem ajudar os jovens a fixarem-se na região apoiando com medidas de emprego.
- Apoios para empregar mais recursos humanos.
- Limpeza das estradas.
- Mais programação cultural e voluntários para visitar as aldeias mais despovoadas.

Fonte: Elaboração própria

4.2.4 População residente e trabalhadores dos concelhos de Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pera e Pedrógão Grande.

Dos inquéritos distribuídos, por correio eletrónico, por meio da aplicação “Google Docs”, e dos inquéritos entregues pessoalmente, obtiveram-se as seguintes respostas:

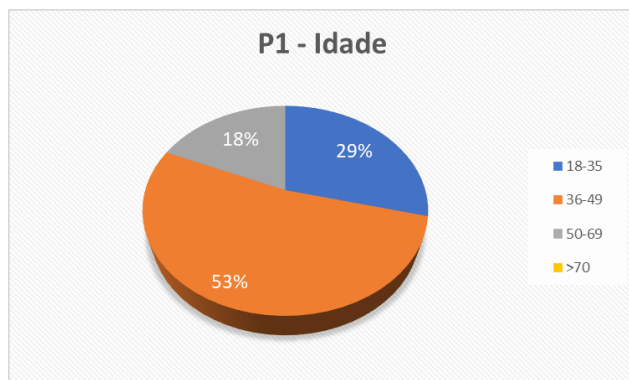


Gráfico 25 – Idade

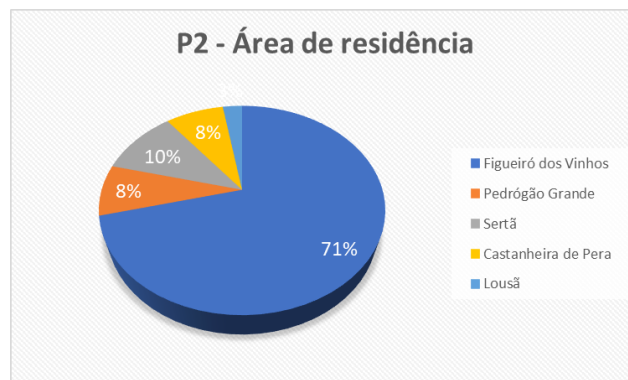


Gráfico 26 – Área de residência

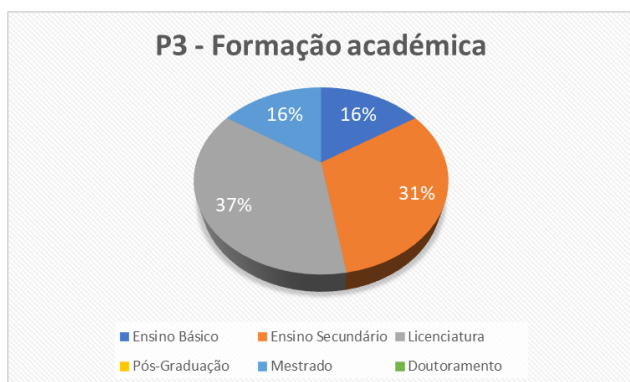


Gráfico 27 – Formação académica

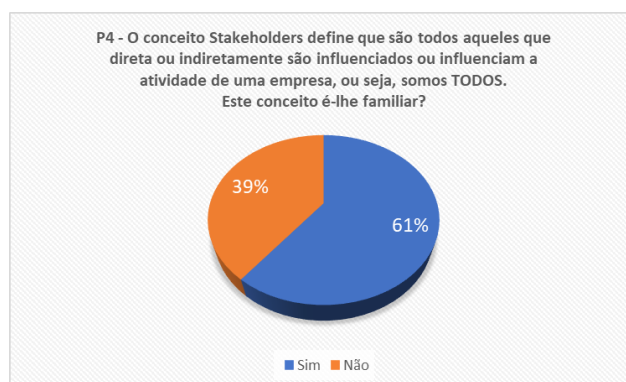


Gráfico 28 – O conceito Stakeholders define que são todos aqueles que direta ou indiretamente são influenciados ou influenciam a atividade de uma empresa, ou seja, somos TODOS. Este conceito é-lhe familiar?

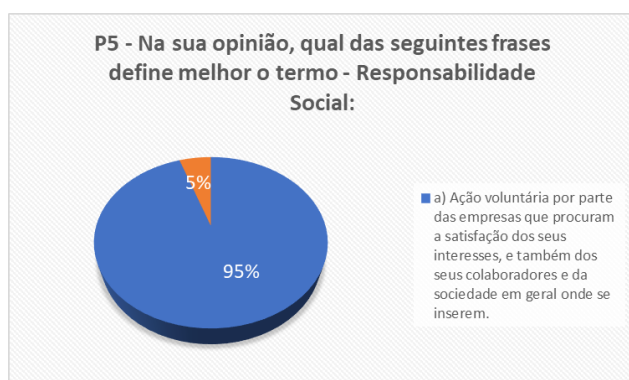


Gráfico 29 – Na sua opinião, qual das seguintes frases definem melhor o termo – Responsabilidade Social:

Gráfico 30 – A empresa onde trabalha teve algum ato de Responsabilidade Social para com a População ou funcionários após o fogo de 2017?

Quadro 14. Perguntas e respostas

Pergunta	Resposta
P6.1 Se respondeu sim, indique qual ou quais:	<ul style="list-style-type: none"> - Através dos serviços sociais prestou apoio à população bem como projetos enquadrados no sistema de apoio a pessoas e bens atingidas pelos incêndios de 2017. - Apoios sociais nomeadamente na medicação e na entrega de produtos alimentares e ajuda na limpeza e recuperação de habitações. - Ações de voluntariado como pintura e doação de bens e brinquedos. - Apoio através de diversas áreas. - Receção e canalização de alimentos para animais (pintos, galinhas e outras aves do mesmo grupo alimentar), da população da região que ficou sem os seus bens e pastagens. - Doação de bens alimentares para as vítimas dos incêndios. - Ajuda psicológica, social e económica. - Recuperação do que ficou danificado. - Donativo de medicamentos não sujeitos a receita medica para os bombeiros e população para tratamento de feridos, doação de bens alimentares, doação de roupas, - Avaliação e identificação das necessidades de saúde e acompanhamento de situações. - Apenas contribuiu com donativo em numerário - Acomodamento psicológico

- Roupa, alimentação

- Apoio na distribuição de materiais consumíveis médicos, necessários às populações bem como apoio psicológico logo após os incêndios.

- Foi junto de algumas pessoas afetadas diretamente pelos incêndios oferecer ajuda e bens, que reuniu junto de outras empresas.

Fonte: Elaboração própria

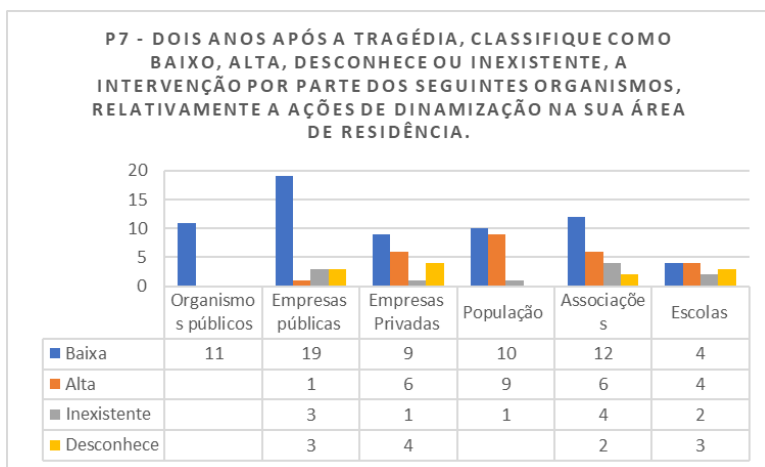


Gráfico 31 – Dois anos após a tragédia, classifique como baixo, alta, desconhece ou inexistente, a intervenção por parte dos seguintes organismos, relativamente a ações de dinamização na sua área de residência.

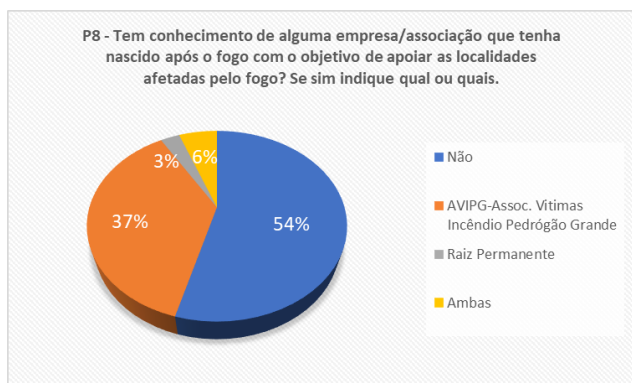


Gráfico 32 – Tem conhecimento de alguma empresa/associação que tenha

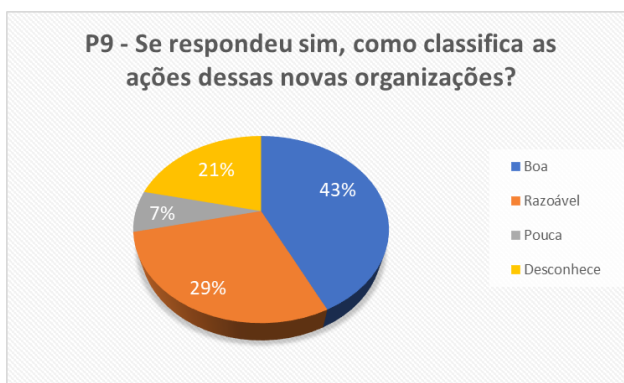


Gráfico 33 – Se respondeu sim, como classifica as ações dessas

nascido após o fogo com o objetivo de apoiar as localidades afetadas pelo fogo? novas organizações?
 Se sim indique qual ou quais.

Quadro 15. Perguntas e respostas

Pergunta	Resposta
<p>P10. Esta última questão, é uma questão sensível, e que me irá auxiliar na elaboração da conclusão do meu estudo.</p> <p>Dois anos após esta tragédia, e no seu entender enquanto profissional e morador desta zona, o que considera que não foi feito após o fogo e que ainda falta fazer para ajudar esta população a renascer?</p>	<ul style="list-style-type: none"> - O que falta fazer: Manter prédios rústicos limpos e fazer queimadas apenas em épocas autorizadas. O que não foi feito: Distribuição equitativa de apoio. - Mais limpeza nas estradas, mais formação, mais apoios financiados para ajudar as pessoas a limpar os seus terrenos. - Nada foi feito. Metade da floresta continua a mesma. Miséria. É uma pouca vergonha para a nossa população e o que falta é união para não voltar a arder. - Na minha opinião temos que parar de associar tudo o que acontece nestes concelhos aos incêndios e para além disso contribuir para eliminar as marcas visíveis do incêndio para que possamos contribuir para minimizar as marcas não visíveis, aquelas que nunca mais vamos apagar. - A prevenção ao nível das limpezas, estradas, etc. Deve o poder central direcionar-se mais para o interior do País. - Ordenação da floresta, limpeza do terreno. - Justiça - A área florestal em 80% continua igual, nada foi feito (limpo) mais ajuda monetária e mais ajuda humanitária. - Na minha opinião nada mudou porque tiraram só os primeiros 100 metros à borda das estradas e o resto da floresta é para ser limpa quando estiver tudo ardido, por isso tem muito que limpar e se houvesse mais ajuda humanitária era muito melhor. - Mais limpeza das matas.

- Falta garantir condições de circulação rodoviária com o afastamento da faixa de rodagem. Falta formação de suporte básico de vida para toda a população ativa e conhecimentos básicos de como se comportar perante um fenómeno natural; falta garantir que as habitações têm prioridade sobre a floresta e não o contrário. Espero que no futuro estejamos todos mais preparados para agir.

- Mais ações de voluntariado social junto das populações mais isoladas e mais apoios para a criação de empregos na região. Fomos esquecidos.

- Falta investimento na prevenção e medidas de incentivo para as populações fazerem melhor uso e melhor ordenamento florestal das suas propriedades privadas. Falta também coordenação dos municípios em termos de prevenção, limpeza florestal, ordenamento da floresta e formação das populações.

- Falta definir estratégias a nível local e aplicadas à realidade em contato da sociedade em que vivemos. O estado impôs regras sobre ordenamento do território que na minha opinião não se aplicam à realidade social de onde moro. Na minha opinião as ajudas após incêndios foram mal aplicadas e distribuídas o que não deveria ser o objetivo. O objetivo deveria ser prevenir e melhorar o futuro.

- No meu entender foi gasto dinheiro em compadrio. Só estes é que viram a sua vida melhorar após a tragédia e infelizmente os que necessitavam é que ficaram no isolamento. Se eram pobres mais pobres ficaram. Quando há uma tragédia como esta deve haver organização na posse dos donativos e na sua distribuição, para que não aconteça o que aconteceu.

- Todas as situações e acidentes graves ou catástrofes além dos problemas sociais e de riqueza natural que afetam e são os mais relevantes, deixam também um alerta a quem tenha responsabilidade para tal, adotar medidas no sentido de numa situação idêntica minimizar os efeitos da mesma. Desta forma devem ser criados mecanismos de monitorização com vista a detetar ou prevenir situações similares, adotar mecanismos de prevenção e caso não seja possível, ter as condições criadas para que o seu efeito seja o menor possível junto da população e bens.

- Falta condenar todos os que se apoderaram das doações, dos subsídios e indemnizações indevidamente. Esses valores financeiros deveriam ser

distribuídos pelas verdadeiras vítimas que pouco ajuda receberam.

- Em primeiro lugar é preciso que as organizações supostamente responsáveis tivessem feito um trabalho intenso de forma a caracterizar e definir as necessidades e perdas de cada indivíduo de maneira que se desse prioridade a quem realmente ficou lesado, o que infelizmente não se verificou. Os acessos rodoviários continuam praticamente na mesma, tal como antes do incêndio. As estradas florestais deveriam ter mais manutenção de modo a criar e melhorar acessos. Falta de recursos humanos e não só, para limpezas e reflorestação.

- Pelos diversos debates na comunicação social sobre o assunto, parece que as coisas não foram bem-sucedidas, inclusive os proprietários dos veículos ardidos nunca foram ressarcidos do seu prejuízo. É bom que coisas destas não voltem a acontecer e para isso é necessário que quem de direito deve tomar medidas para que acontecimentos destes não se repitam.

- Mudar mentalidades

- Tudo, está tudo igual ou pior a nível de organização do território (floresta)

- Reflorestação, Municípios deviam fazer mais limpeza nas estradas, com o que aconteceu, reparei em pelo verão muitas estradas sem limpeza.

- Apoio aos que realmente necessitam.

- Trabalho em equipa por parte da população!

- A população tem de encontrar motivação interna e utilizar os recursos disponíveis para sair do mesmo e renascer.

- Falta principalmente uma reordenação do território

- Quase nada foi feito, o apoio psicológico perto das populações é muito défice, os apoios financeiros foram canalizados para as Misericórdias e nada chegou á população ou pelo menos a alguns, existe muita falta de ação por parte dos Municípios no que respeita ás limpezas de zonas florestais próximas das populações nomeadamente aldeias e estradas secundárias. A tragédia foi para quem a viveu

- Um reflorestamento assertivo, respeitando as respetivas zonas florestais.

- Medidas que preventivas para que a situação não se repita.

- Penso que faltou transparência em todo o processo de ajuda às vítimas, e equidade nessa ajuda. A falta de planeamento florestal, quer por parte dos privados, quer do setor público traz insegurança às populações e quase a certeza de que continuamos a não estar preparados para uma situação similar.

- Estes acontecimentos foram demasiado graves e será muito difícil as populações que o viveram superarem! Ajudar a renascer penso que passa por organizar os meios, quer humanos quer materiais, para haver uma distribuição justa e que chegue a todos de uma forma eficaz! A questão da floresta também me parece pertinente pois depois de tudo continuamos a ver os mesmos erros.

Fonte: Elaboração própria

4.2.5 Município

Dos inquéritos distribuídos, por correio eletrónico, por meio da aplicação “Google Docs”, e dos inquéritos entregues pessoalmente, obteve-se a seguinte resposta:

Quadro 16. Perguntas e respostas

Pergunta	Resposta
P1 . O conceito Stakeholders significa todos aqueles que direta ou indiretamente são influenciados ou influenciam a atividade de uma empresa. (Exemplo, clientes, fornecedores, acionistas, etc.) No seu entender, quais são os principais stakeholders da região? Indique o critério que usou para priorizar estes stakeholders? (Exemplo: Tamanho da empresa, critérios monetários, outros)	Tendo em conta que no nosso território a maioria das empresas são familiares, os principais Stakeholders são as IPSS'S locais, na medida em que são um dos principais empregadores do Concelho.
P2. Tendo em conta os stakeholders que identificou, como classifica a intervenção destes após a catástrofe? Justifique.	Com os incêndios foi possível avaliar intervenções que até ao momento eram desconhecidas.
P3. Considera que a Responsabilidade Social está em crescimento neste concelho? Se a resposta for positiva, fundamente dando exemplos.	Sim. As pequenas empresas têm vindo a mostrar cada vez mais preocupação nas questões da responsabilidade social, independentemente do flagelo dos incêndios.
P4. O que aconselharia, tanto aos empresários locais como também à população, para incentivar/estimular dinâmicas de Responsabilidade Social nas populações afetadas pelos incêndios?	A população afetada pelos incêndios teve todo o apoio necessário.

P5. Que medidas/apoios é que a Câmara Municipal disponibiliza (e já disponibilizou) aos novos empresários de forma a fomentar dinâmicas de Responsabilidade Social das populações afetadas pelos incêndios?	Encontra-se prevista a instalação de 2 empresas.
P6. Quais foram as maiores dificuldades que o Município teve na implementação dessas intervenções?	Não respondeu.
P7. No seu entender, a Autarquia recebeu apoios, por parte das entidades do estado ou empresas, com programas que contribuíssem para o desenvolvimento local após a catástrofe? Se sim, indique quais e os respetivos objetivos e se já estão implementados. Se não, indique quais gostaria de implementar.	Não respondeu.
8. No seu entender, quais foram as principais consequências do incêndio de 2017?	Perda de matérias primas (madeira por exemplo) e perda de habitações (permanentes já reconstruídas e segundas habitações em construção).
P9. Considera que os empresários continuam com interesse em continuar nesta zona?	Não se aplica.
10. Há programas estatais, ou outros, que apoiem a vinda para o concelho de novos empresários? Se sim indique quais. Se não, no seu entender o que falta?	Sim. O Município através do cartão SLIJ atribui benefícios a empresários até aos 35 anos.
11. Esta última questão, é uma questão sensível, e que me irá auxiliar na elaboração da conclusão do meu estudo. Dois anos após esta tragédia, e no seu entender enquanto profissional e morador, o que considera que ainda falta fazer a nível da Responsabilidade Social/dinamização destas populações?	Sensibilização das empresas para estas questões.

Fonte: Elaboração própria

4.3 Conclusões dos inquéritos realizados

Alguns inquiridos não manifestaram interesse em se identificar, mas responderam prontamente às questões. Em algumas empresas e junto de algumas pessoas da população, auxiliei na definição do conceito de *stakeholders* e de RS. Verificou-se que o conceito era mais bem compreendido à medida que o grau de instrução dos inquiridos aumentava e/ou a dimensão da empresa.

Relativamente à entrevista realizada à Presidente da Direção da AVIP-Associação de Vítimas do Incêndio de Pedrógão Grande, foi uma entrevista muito emotiva e muito elucidativa. A Dra. Nádia Piazza é uma pessoa extremamente comunicativa e verificou-se que, como Presidente da Associação, tem objetivos e metas muito bem

definidos e estes passam muito pelo apoio à população da região afetada pelos fogos de junho de 2017 e por atividades de empreendedorismo social. Quando questionada sobre o balanço destes dois anos da associação após o incêndio, no qual perdeu 8 pessoas da sua família, incluindo o filho de 5 anos, referiu com um enorme sorriso, É Brutal. Foi a isso que esta direção se propôs, a pressionar e a abalar as estruturas governamentais, de estar dentro dos assuntos para possibilitar a sua alteração de acordo com a realidade da nossa região e de denunciar o que falta ou não está a ser devidamente executado. A associação iniciou um projeto piloto denominado de Aldeias Resilientes, e que inclusivamente deu azo ao projeto do governo Aldeia Segura, sendo que no projeto da associação é dada uma maior relevância à população, nomeadamente com formações, treinos de equipas com os aldeões, entrega de material adequado para proteção e primeira intervenção no combate ao incêndio, etc. Quando questionada sobre as medidas governamentais que foram tomadas após o incêndio se estas estão a ser concretizadas, referiu que sim, mas que são medidas que só existem se houver um programa uma candidatura, que não estão a ser medidas corretamente adequadas à realidade. A burocracia continua a ser um entrave e não existe autonomia para virem conhecer a nossa realidade e efetivamente ajudar a região, nem para nos receber, ou seja, para ouvir o povo, para se sentarem com gentes da terra e não só entre eles. Sobre a questão relativa a iniciativas de empreendedorismo social, mencionou um projeto que têm em curso e também o projeto da equipa Re-Nascer e aludiu que a região necessita de mais empreendedores, de dinamismo, de pessoas com valores e que melhorem o relacionamento da população para com os *stakeholders* o que será seguramente replicado pelas restantes regiões e melhorará a imagem de toda e qualquer região. Terminou referindo que a problemática dos incêndios tem sido esquecida, ano após ano, sucessivamente esquecida, com consequências graves para a degradação do espaço florestal, a sociedade portuguesa deve assumir, para além da memória deste dia como “Dia Nacional em Memória das Vítimas dos Incêndios”, também a sua importância.

Seguidamente, a análise dos inquéritos à equipa do Re-Nascer, a maioria classifica como negativa a intervenção dos *stakeholders* após a catástrofe justificando que só prometeram e nada fizeram, que não assumiram a falta de gestão dos donativos. Na questão sobre o crescimento da RS no concelho, referiram que ainda há um longo caminho a percorrer e que as associações e população não ficaram indiferentes à catástrofe e que de uma maneira ou outra se uniram e tentaram fazer algo de bom. Também referiram que a RS, nesta região, está muito influenciada por movimentos

políticos. Percentualmente, para estes elementos só a intervenção das associações é que tem melhor classificação perante os restantes *stakeholders*. Referiram que este projeto nasceu da necessidade pessoal de contribuir para a mudança de atitude, não só perante catástrofes, mas também para prevenção e que sem orçamento próprio, o principal objetivo era o de consciencializar a população para as boas práticas de prevenção e de ação. Conseguiram fazer formações em várias áreas, promoveram debates com grandes nomes da política nacional bem como gestores e investidores conhecidos, criaram networking e concursos de empreendedorismo. As maiores dificuldades que sentiram ao longo do seu percurso, não foi a inexistência de um suporte financeiro, mas especificamente a falta de ajuda a nível autárquico e também a falta de interesse ou de vontade por parte da região, este projeto, verdadeiramente inovador, terminou 2 anos depois de ter iniciado.

Continuamente, a análise dos inquéritos realizados a dois membros da Direção da AVIPG-Associação de Vítimas do Incêndio de Pedrógão Grande, classificam como negativo o crescimento da RS nesta região e que este projeto surgiu por falta de apoio estatal e local e por necessidade de justiça pública e social. Avaliam como positivo todo o seu percurso, nomeadamente o projeto Aldeias Resilientes, a participação das populações neste projeto e na capacidade de resiliência das mesmas.

Relativamente à análise dos inquéritos a vários empresários dos concelhos de Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pera e Pedrógão Grande, a maioria dos inquiridos tem entre 36-49 anos e estão instalados no concelho de Figueiró dos Vinhos. Como já referido anteriormente, em alguns casos apoiei a resposta do mesmo, e senti que os termos RS e *stakeholders* não eram conhecidos e que metade das empresas pratica ou já praticou ações de RS para com a população afetada pelo incêndio, nomeadamente distribuição de bens alimentares, roupa, bens materiais, entre outros. A maioria referiu que a vantagem nestas ações é o sorriso e gratidão que recebem, bem como o sentimento de felicidade ao praticar estas ações. Estatisticamente, a maioria dos inquiridos referiu que ser socialmente responsável afeta negativamente os lucros da empresa e que não têm perspectivadas ações de RS ou porque são poucos funcionários e não têm tempo, ou porque não sabem quais ações realizar. Os que mantêm as ações referem maioritariamente que vão continuar a sensibilizar os locais e continuar a cativar o interesse de financiadores ou clientes externos, sem qualquer apoio das entidades locais. A maioria conhece as associações que nasceram após o incêndio, nomeadamente a associação de vítimas. Relativamente à questão se conhecem programas governamentais de intervenção social que tenham surgido após os incêndios de junho, a maioria não conhece e os

que conhecem referem que até são adequados à região, mas que infelizmente são muito burocráticos e os existentes por parte da autarquia local, nomeadamente a autarquia de Pedrógão Grande, há má gestão nos mesmos. Relativamente à última questão, se no seu entender, enquanto morador e profissional destas zonas, o que considera que ainda falta fazer a nível da RS, as respostas foram na sua grande maioria relativamente à limpeza das matas e das bermas das estradas, na falta de cuidado na plantação e no tipo de plantação, da distribuição dos donativos não ter sido feita de forma equitativa e na necessidade de voluntariado social junto, principalmente das aldeias mais isoladas e das aldeias mais assoladas com o maior número de mortes nesta catástrofe, isto porque em uma só aldeia morreram 11 pessoas e noutra 9 pessoas, isto em um interior já pouco habitado, temos aldeias onde vivem menos de 10 pessoas.

Continuamente e analisando os inquéritos preenchidos pela população, a maioria dos inquiridos tem entre 36-49 anos e residem em Figueiró dos Vinhos. Como anteriormente, alguns dos inquéritos foram preenchidos com a minha presença e nos quais ajudei nas questões sobre a definição dos conceitos de *stakeholders* e RS. Mais uma vez notou-se que a população com mais estudos académicos tem mais conhecimento destes conceitos. Sobre as ações de RS das empresas para as quais trabalham para com a população atingida, a análise às respostas demonstra que 45% não praticou e 45% praticou, os restantes 10% não se aplica. Nas respostas positivas, os exemplos referidos são entrega de bens alimentares, de roupa, entre outros. Também na distribuição de medicação gratuitamente. Também em ajuda psicológica e económica e acomodamento psicológico, e em recuperação de material danificado. Relativamente à última questão, se no seu entender, enquanto morador e profissional destas zonas, o que considera que ainda falta fazer a nível da RS, numeram a falta de limpeza das matas e das bermas das estradas, na falta de cuidado na plantação e no tipo de plantação e que falta formação de suporte básico de vida bem como formação para outras catástrofes que possam acontecer. Referiram também que faltam ações de voluntariado junto das populações mais isoladas e falta de investimento na prevenção e medidas de incentivo para as populações conseguirem fazer um melhor ordenamento florestal das suas propriedades privadas, para desta forma existir um reflorestamento assertivo, respeitando as respetivas zonas florestais. Mencionam também mudança de mentalidades e que falta trabalho em equipa por parte da população.

Relativamente ao inquérito preenchido *online* por parte de um município, e relativamente à questão quais são os principais *stakeholders* da região, foi respondido

que são as IPSS'S locais, na medida em que são um dos principais empregadores do concelho. Relativamente à questão sobre o crescimento da RS, foi referido que as empresas têm vindo a mostrar cada vez mais preocupações nas questões da RS, independentemente do flagelo dos incêndios. Relativamente a ações de RS por parte do Município para com a população afetada pelos incêndios, foi respondido que está previsto a instalação de 2 empresas na região e relativamente a programas estatais que apoiem a vinda de novos empresários para o concelho, foi referido que o próprio município, através de um cartão, atribui benefícios a empresários até aos 35 anos. Relativamente à última questão, se no seu entender, enquanto morador e profissional destas zonas, o que considera que ainda falta fazer a nível da RS, referiram a sensibilização das empresas para estas questões.

Capítulo 5. Conclusão

Neste último capítulo será analisada a evolução dos vários indicadores referenciados ao longo do trabalho, e levando-se em conta o que foi apresentado, verifica-se que efetivamente a responsabilidade social dos stakeholders é um assunto muito amplo e complexo.

O presente trabalho, apesar das suas limitações, acrescenta valor teórico e metodológico à comunidade científica, como também prático em relação à importância das temáticas estudadas.

Um breve olhar pela literatura no âmbito da importância dos *stakeholders* nas organizações, assegura que o lugar de destaque às questões ligadas à gestão dos *stakeholders* modificam-se consoante os interesses a que estes têm ligação, pela caracterização do ambiente em que os gestores atuam, por aquilo que influencia o seu comportamento e pelo que devem ou não devem fazer.

A definição mais difundida e aceite é a de Freeman (1984), que define stakeholders como qualquer grupo ou indivíduo que pode afetar ou ser afetado pelo alcance dos objetivos da organização ou que é afetado pelo processo de busca desses objetivos. E estes stakeholders podem ser caracterizados pelo grau da sua contribuição e para o desempenho organizacional.

Atualmente a Teoria dos *Stakeholders* pode ser encontrada em muitas publicações empresariais e de gestão, mas é, maioritariamente usada como uma abordagem para a gestão estratégica. Menciono, novamente, que se torna evidente a importância para

as organizações de conhecerem os seus *stakeholders* e de conseguirem dar prioridade aos mesmos construindo uma visão a longo prazo, mas para tal, é necessário que a organização reconheça a sua fase de maturidade, pois podem existir *stakeholders* com mais e menos importância. Uma perspetiva interessante, além da organização conhecer quais os seus *stakeholders* é também conhecer quais é que são importantes. É claro que na base de todas as perspetivas dos *stakeholders* e na forma como estes podem contribuir para o bom funcionamento e sobrevivência de uma organização, estes devem reger-se por princípios socialmente responsáveis, ao nível interno e externo, pois só assim o ciclo de responsabilidade social se completa de uma forma autêntica, dinâmica, construtiva e sustentável.

A complexidade do conceito de RS pode ser ainda explicada pela existência de muitos conceitos associados, tais como filantropia, direitos humanos, prevenção de poluição, consumo sustentável, etc. Assim, as principais vantagens para as organizações ao praticarem uma gestão socialmente responsável, passa, também numa melhoria da sua relação com os seus clientes, conseguem fidelização dos clientes; posicionando o seu produto/serviço comparativamente aos que possam existir no mercado, através de uma estratégia forte em comunicação. A Responsabilidade Social é um tema que poderá passar a fazer parte das estratégias da maioria das empresas num futuro próximo, dada a extrema concorrência nos mercados mundiais e a necessidade de se criar uma diferenciação perante os outros. Com esta evolução natural, as empresas têm, nesta altura, um papel fundamental na construção de uma sociedade mais equilibrada e justa, e na garantia de preservação do meio ambiente. Em suma, a Responsabilidade Social já não é apenas uma opção para as empresas, pois já se trata de uma questão de visão estratégica, e muitas vezes, de sobrevivência, de forma a, gerar valor para si próprias, mas também para todos aqueles que com ela interajam.

De acordo com a pesquisa efetuada, terminologicamente o desenvolvimento transforma-se em Desenvolvimento Social que valoriza o potencial humano, a qualidade de vida, o bem-estar e a educação, que são características associadas ao desenvolvimento dos países e/ou regiões, uma vez que refletem os benefícios que as pessoas obtêm nas várias dimensões do desenvolvimento. Atualmente, e face à conjuntura que vivemos, todas as regiões de Portugal atravessam dificuldades associadas, principalmente em territórios de baixa densidade populacional, e nestas situações as empresas atuam como agentes de desenvolvimento social nas comunidades. Nestas relações e de forma a produzir mecanismos de desenvolvimento territorial, surge a necessidade de existência de associações de desenvolvimento locais. Posto isto, realizar uma estratégia de desenvolvimento local é uma tarefa difícil

e complexa e a promoção do empreendedorismo necessita de ser estimulada para se criarem projetos sustentáveis economicamente.

Com a análise dos resultados foi também possível responder às questões de investigação anteriormente determinadas e depreender que a sensibilização das empresas para estas questões é extremamente importante e urgente.

Os contributos por parte dos participantes foram diversos, todavia foi muitas vezes referido o sentimento de falta de apoio por parte do governo, das autarquias e também foi referida a burocracia existente dos poucos programas de apoio existentes, até à data.

Relativamente à intervenção dos *stakeholders* após a catástrofe, a maioria refere que esta foi negativa, justificando que só prometeram e nada fizeram, que não assumiram a falta de gestão do território. Na questão sobre o crescimento da RS no concelho, referiram que ainda há um longo caminho a percorrer e que as associações e população não ficaram indiferentes à catástrofe e que de uma maneira ou outra se uniram e tentaram fazer algo de bom. Também referiram que a RS, nesta região, está muito influenciada por movimentos políticos e percentualmente, para estes elementos só a intervenção das associações é que tem melhor classificação perante os restantes *stakeholders*. Assim, e tendo em conta o desenvolvimento social destas regiões, surgiram algumas associações após a catástrofe, nomeadamente a AVIPG- Associação de Vítimas do Incêndio de Pedrógão Grande, o Re-Nascer, e a ARP- Associação Raiz Permanente, que são exemplo de empreendedorismo social, pois tendem a procurar responder a desafios sociais e ambientais.

Relativamente à preocupação social, percebeu-se que tanto é de ordem pública como privada, e estatisticamente, a maioria dos empresários inquiridos referiu que ser socialmente responsável afeta negativamente os lucros da empresa e que não têm perspetivadas ações de RS ou porque são poucos funcionários ou porque não sabem quais ações realizar, o que demonstra que existe uma necessidade efetiva de informar e formar estas comunidades sobre este conceito, pois de acordo com o pesquisado, o papel da RS não estagna na comunidade local, estende-se para além fronteiras.

Estatisticamente, e tendo sido uma questão comum a todos os inquiridos por inquérito, solicitou-se que classificassem a intervenção dos *stakeholders* após a catástrofe e relativamente às ações de dinamização na área de residência e as respostas foram estatisticamente baixas/negativas.

5.1 Limitações e sugestões de pesquisa futura

Este trabalho teve como principal obstáculo o fato de não ter sido bem-sucedida na obtenção de respostas aos inquéritos, o que não permitiu que a conclusão do estudo tenha tanta relevância para a comunidade como pretendido.

Em um futuro próximo, de preferência, é desejável que se sensibilize a população Portuguesa a responderem a estudos académicos, de forma a permitir que se obtenham resultados mais credíveis e o mais perto da realidade possível.

Apesar das restrições identificadas, acredito na possibilidade de este trabalho contribuir para um melhor esclarecimento deste tema perante a sociedade e, quem sabe, motivar outros investigadores para mais pesquisas.

Relativamente a sugestões, seria interessante aplicar o inquérito a um maior número de *stakeholders* e em mais concelhos, na tentativa de recolher resultados mais conclusivos, aumentando assim a representatividade da amostra.

Capítulo 6 – Referências Bibliográficas

AVIPG-Associação de Vítimas do Incêndio de Pedrógão Grande, [em linha]. [Consult. 14 outubro 2019] Disponível em: <http://avipg.org/sobre.php>

Barra, Luís, (2018) Os argumentos de um relatório que arrasa a prevenção e a resposta à tragédia de 15 de outubro, [em linha]. [Consult. 14 outubro 2019] Disponível em: <https://expresso.pt/sociedade/2018-03-20-Os-argumentos-de-um-relatorio-que-arrasa-a-prevencao-e-a-resposta-a-tragedia-de-15-de-outubro>

Barros, Rui (2017) Fogo de Pedrógão Grande é o 11.º mais mortal do mundo desde 1900, [em linha]. [Consult. 14 outubro 2019] Disponível em: https://rr.sapo.pt/especial/86656/fogo_de_pedrogao_grande_e_o_11_mais_mortal_do_mundo_desde_1900,

Barreto, Diogo, e Lusa (2017) Fogo de Pedrógão Grande é o mais mortífero nas últimas décadas, [em linha]. [Consult. 14 outubro 2019] Disponível em: <https://www.sabado.pt/portugal/detalhe/fogo-de-pedrogao-grande-e-o-mais-mortifero-nas-ultimas-decadas>

BRAGA, Alexandra; CARVALHO, Amélia – A Influência dos Stakeholders no Processo de Tomada de Decisão em Entidades Locais Sem Fins Lucrativos – Uma revisão de Literatura. [em linha]. [Consult. 21 agosto 2019] Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/47136999.pdf>

CAMPOS, Taiane Las Casas. (2006). Políticas para stakeholders: um objetivo ou uma estratégia organizacional? *Revista de Administração Contemporânea*, 10(4), 111-130. [em linha]. [Consult. 21 agosto 2019] Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S1415-65552006000400006>

Carroll, A. (1991). The pyramid of corporate social responsibility: Toward the moral management of organizational stakeholders. [em linha]. [Consult. 10 set. 2019] Disponível em: <http://cf.linnbenton.edu/bcs/bm/gusdorm/upload/Pyramid%20of%20Social%20Responsibility.pdf>

CARVALHO, Carla; GOMES, Duarte - Emergência e sentido da abordagem dos stakeholders: importância da sua identificação e saliência. Publicado por: Imprensa da Universidade de Coimbra. [em linha]. [Consult. 14 jun. 2019] Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316.2/31225>

CASTEK, Ladislav Blažek, Ondřej - Stakeholder Approach and the Corporate Financial Performance [em linha]. [Consult. 8 fev. 2019] Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/227640867_Stakeholder_Approach_and_the_Corporate_Financial_Performance

Comissão de Acompanhamento e Monitorização. *A Responsabilidade Social das Empresas (RSE)* [em linha]. [Consult. 02 set. 2019] Disponível em: <https://cgov.pt/o-ipc/326-redir#http://www.cvm.pt/publicacoes/cadernos/caderno21.asp>

Comissão das Comunidades Europeias (2001). Livro verde – Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas. Bruxelas: Comissão Europeia.

[em linha]. [Consult. 16 set. 2019] Disponível em:
http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/committees/empl/20020416/doc05a_pt.pdf

Comissão Europeia (2011). Responsabilidade social das empresas: Uma nova estratégia da UE para o período de 2011-2014. Bruxelas: Comissão Europeia

DONALDSON, T. (1999). Making stakeholder theory whole. *Academy of Management Review*. [em linha]. [Consult. 24 jan. 2019] Disponível em:
<https://journals.aom.org/doi/abs/10.5465/AMR.1999.1893933>

DONALDSON, T., & Preston, L. E. (1995). The stakeholder theory of the corporation: Concepts, evidence, and implications. *Academy of management Review*, 20(1), 65-91. [Consult. 21 jan. 2019] Disponível em:
https://www.jstor.org/stable/258887?seq=1#metadata_info_tab_contents

DONALDSON, T. & Preston, L. (1995). The stakeholder theory of the corporation: Concepts, evidence, and implications. *Academy of Management Review*. [em linha]. [Consult. 21 set. 2019] Disponível em:
https://www.jstor.org/stable/258887?seq=1#metadata_info_tab_contents

FRANCISCO, Papa - Jubileu Extraordinário da Misericórdia *Catequese do Papa Francisco para o Jubileu dos Agentes de Misericórdia*. [em linha]. [Consult. 18 set. 2019] Disponível em:
https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2016/september/documents/papa-francesco_20160903_qiubileo-operatori-misericordia.html

FREEMAN, R.E. (1984). *Strategic management: A stakeholder approach*. Cambridge: Cambridge University Press. [em linha]. [Consult. 21 agosto 2019] Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/228946075_The_Stakeholder_Approach_Revisited

FREEMAN, R.E. (2004) - *The Stakeholder Approach Revisited*. [em linha]. [Consult. 21 agosto 2019] Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/228946075_The_Stakeholder_Approach_Revisited

FREEMAN, R.E.; MCVEA, John - *A Stakeholder Approach to Strategic Management*. [em linha]. [Consult. 12 abril 2019] Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=263511>

GOEL, Mridula, RAMANATHAN, Ms. Preeti E. (2014). Business Ethics and Corporate Social Responsibility – Is there a Dividing Line? *Procedia Economics and Finance*,

Volume 11, 2014, Pages 49-59, ISSN 2212-5671, [em linha]. [Consult. 24 set. 2019]
[https://doi.org/10.1016/S2212-5671\(14\)00175-0](https://doi.org/10.1016/S2212-5671(14)00175-0).

Gibson, K. (2000). The moral basis of stakeholder theory. *Journal of business ethics*, 26(3), 245-257. [em linha]. [Consult. 12 jan. 2019] Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/226858079_The_Moral_Basis_of_Stakeholder_Theory

HEINZEN, Daiane Aparecida de Melo; ROSSETTO, Carlos Ricardo; ALTOFF, José Roberto - Identificação e Categorização dos Stakeholders de uma Organização do Terceiro Setor. *Revista Ibero Americana de Estratégia* 2013, 12 (1). [em linha]. [Consult. 14 junho 2019] Disponível em:
<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=331227376007>

KPMG (2008). International survey of corporate responsibility reporting 2008. Amstelveen: KPMG Sustainability Services. [em linha]. [Consult. 14 set. 2019] Disponível em:
http://s3.amazonaws.com/zanran_storage/www.kpmg.bg/ContentPages/45691987.pdf

LOPES, Marta Maria Cordeiro (2015). A Influência dos Stakeholders na Responsabilidade Social Empresarial Estratégica (tese de doutoramento, ISCTE – IUL, Departamento de Marketing, Operações e Gestão Geral). [em linha]. [Consult. 25 agosto 2019] Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/10038/1/Tese_Out_2015_Final_Juri.pdf

LOPES, Marta Maria Cordeiro; ANTÓNIO, Nelson José dos Santos - *Responsabilidade Social Empresarial em Portugal: do Mito à Realidade Corporate Social Responsibility in Portugal*. [em linha]. [Consult. 19 set. 2019] Disponível em:
http://recil.ulusofona.pt/bitstream/handle/10437/8026/IBER_7_2016_5_LOPES_ANT%C3%93NIO.pdf?sequence=1

LUIS, Fonseca; RAMOS AMILCAR, Álvaro Rosa; SAMPAIO, Ana Cristina Braga Paulo - Impact of Social Responsibility Programmes in Stakeholder Satisfaction: An Empirical Study of Portuguese Managers' Perceptions. *Journal of US-China Administration*, ISSN 1548-6591 may 2012, Vol 9, n-05, 586-590

LUSA, Agência - Pedrógão Grande apoia bombeiros com bolsas de estudo, pagamento de propinas e isenção de IMI, [em linha]. [Consult. 14 de outubro 2019] Disponível em: <https://www.cmjornal.pt/sociedade/detalhe/pedrogao-grande-apoia-bombeiros-com-bolsas-de-estudo-pagamento-de-propinas-e-isencao-de-imi>

LUSA, Agência, Vai nascer uma incubadora de startups na região de Pedrógão Grande, [em linha]. [Consult. 14 de outubro 2019] Disponível em: <https://eco.sapo.pt/2018/06/17/vai-nascer-uma-incubadora-na-regiao-de-pedrogao-grande/>

LUSA, Agência, Associação nasce em Pedrógão Grande para ajudar na reflorestação do território, [em linha]. [Consult. 14 de outubro 2019] Disponível em: <https://www.dinheirovivo.pt/economia/incendios-associacao-nasce-em-pedrogao-grande-para-ajudar-na-reflorestacao-do-territorio/>

MAGALHÃES, Carla Marisa - *A Ética na Responsabilidade Social* [em linha]. [Consult. 20 set. 2019] Disponível em: <https://expressoemprego.pt/carreiras/a-etica-na-responsabilidade-social/4962>

MAH, Luís; FERNANDES, João José - *Elites nacionais e responsabilidade social*. [em linha]. [Consult. 20 set. 2019] Disponível em: <https://www.publico.pt/2004/08/09/jornal/elites-nacionais-e-responsabilidade-social-191808>

MAGALHÃES, Carla Marisa Rebelo de Magalhães (2009). *Responsabilidade Social e Regulada no Sector Metalomecânico Brasileiro e Português Um Estudo Comparativo à Luz da Cultura*. (Tese de Doutoramento em Ciências Empresariais Área de Conhecimento: Organização e Políticas Empresariais) [em linha]. [Consult. 25 agosto 2019] Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/9533/1/tese.pdf>

MCWILLIAMS, Abigail; SIEGEL, Donald – Corporate Social Responsibility: A Theory of the Firm Perspective. *Academy of Management Review* 2001, Vol. 26, n.º1, 117-127. [em linha]. [Consult. 14 abril 2019] Disponível em: <https://journals.aom.org/doi/full/10.5465/amr.2001.4011987>

NP 4460-1 (2007). Norma portuguesa – Ética nas organizações. Parte 1: Linhas de orientação para o processo de elaboração e implementação de códigos de ética nas organizações. Caparica: Instituto Português de Qualidade.

NP 4460-2 (2010). Norma portuguesa – Ética nas organizações. Parte 2: Guia de orientação para a elaboração, implementação e operacionalização de códigos de ética nas organizações. Caparica: Instituto Português de Qualidade

NUNES, Paulo – Em que consiste a teoria da agência? [em linha]. [Consult. 24 abril 2019] Disponível em: <https://knoow.net/cienceconempr/financas/teoria-da-agencia/>

NUNES, Paulo – Ética nos Negócios. [em linha]. [Consult. 24 abril 2019] Disponível em: <https://knoow.net/cienceconempr/gestao/etica-nos-negocios/>

OC - Vaticano: Papa elogia Madre Teresa e condena «grave pecado» de ignorar sofrimento alheio [em linha]. [Consult. 18 set. 2019] Disponível em: <https://www.agencia.ecclesia.pt/noticias/vaticano/vaticano-papa-elogia-madre-teresa-e-condena-grave-pecado-de-ignorar-sofrimento-alheio/>

Parmar, B., Freeman, R., Harrison, J., Wicks, A., Purnell, L. e Colle, S. (2010). Stakeholder theory: The state of the art. 403-445.

PRAHALAD, CK, HAMMOND, A, - Harvard business review, 2002 - Serving the world's poor, profitably, [em linha]. [Consult. 24 set. 2019] Disponível em: <https://barnabys.blogs.com/files/serving-the-ppor-prahalad.pdf>

Rocha, Daniel, (2017) Quem são as vítimas mortais do incêndio de Pedrógão Grande, O último balanço aponta para 64 mortos e 204 feridos. Atrás dos números, há as histórias de quem morreu numa das maiores tragédias de que há memória em Portugal. Jornal o Público [em linha]. [Consult. 14 outubro 2019] Disponível em: <https://www.publico.pt/2017/06/21/sociedade/noticia/quem-sao-as-vitimas-mortais-de-pedrogao-grande-1776455>

Phillips, R., Freeman, R. E., & Wicks, A. C. (2003). What stakeholder theory is not. *Business ethics quarterly*, 13(4), 479-502. [em linha]. [Consult. 18 jan. 2019] Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228238062_What_Stakeholder_Theory_Is_Not

RIBEIRO, Henrique César Melo - Teoria dos Stakeholders: Um estudo bibliométrico de sua produção académica divulgada nos periódicos nacionais de 1999 a 2013 [em linha]. [Consult. 22 agosto 2019] Disponível em: <https://doi.org/10.19094/contextus.v14i1.810>

Russo, A., & Perrini, F. (2010). Investigating stakeholder theory and social capital: CSR in large firms and SMEs. *Journal of Business ethics*, 91(2), 207-221. [Consult. 18 jan. 2019] Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10551-009-0079-z>

SILVA, António Carlos da, GARCIA, Ricardo Alexandre Martins, (2011). TEORIA DOS STAKEHOLDERS E RESPONSABILIDADE SOCIAL: algumas considerações para as organizações contemporâneas (trabalho pós-graduação, lato sensu à distância em MBA - Executivo em Gestão Empresarial pelo convênio UCDB/Portal da Educação). [em linha]. [Consult. 24 set. 2019] Disponível em:

http://acslogos.dominiotemporario.com/doc/TEORIA_DOS_STAKEHOLDERS_E_RESPONSABILIDADE_SOCIAL.pdf

Silva, Miguel (2013). *Bolsa – Investir nos Mercados Financeiros*. 1ª Ed. Lisboa: Bookout. [em linha]. [Consult. 24 set. 2019] Disponível em: <https://know.net/cienceconempr/financas/teoria-da-agencia/>

SOUZA, Erika Rúbia de – Política para *Stakeholders* sob o Foco da Ética e da Responsabilidade Social. Revista Ciências em Perspetiva. ISSN: 1981-4747 (eletrónica) – 1677-9665 (impressa) vol.9 – n.º16 – 1.º Semestre de 2010

XVI, Papa Bento - *Carta encíclica do sumo pontífice **Bento XVI** aos bispos aos presbíteros e diáconos às pessoas consagradas aos fiéis leigos e a todos os homens de boa vontade sobre o desenvolvimento humano integral na caridade e na verdade*. [em linha]. [Consult. 18 set. 2019] Disponível em: http://rss.vatican.va/xml/rss_pt.xml

Anexos

Anexo A – Guião da entrevista semiestruturada realizada à Presidente da AVIPG-Associação de Vítimas do Incêndio de Pedrógão Grande

Informações: Nome: Dra. Nádía Piazza, Presidente da Direção da AVIPG-Associação de Vítimas do Incêndio de Pedrógão Grande

Local da entrevista: Antiga escola primária da Figueira, n.º 40, 3270-021 Graça

Data e hora: 07/10/2019 – 15:00 | Duração: 45 minutos

Pedir autorização para divulgação da informação e pedir que informe se houver informação confidencial.

Apresentação e justificação do tema e objetivos da Dissertação e da importância da entrevista, de recolher informações sobre a visão de qual tem sido o papel desta associação que nasceu após o fogo, quais as maiores dificuldades que sentiram, quais os objetivos que já conseguiram alcançar e como avaliar o empreendedorismo social neste território devastado pelos fogos de 2017.

Entrevista:

P1- Como surgiu, a ideia de criar a associação de vítimas?

P2 – Qual o objetivo da Associação?

P3 - Passados mais de dois anos após o grande incêndio de Pedrógão Grande, que balanço faz da atividade da associação e o que conseguiram?

P4 - Com as medidas tomadas depois de junho, acha que estamos a passar das palavras aos atos?

P5 - Além das medidas concretas de prevenção e combate ao fogo, há questões como a desertificação do interior e a desordenação do território. No seu entender acha que faltam políticas?

P6 - Depois da tragédia houve uma série de medidas para a floresta, como avançar com o cadastro florestal e limitar a plantação de eucaliptos. Como vê esta reforma?

P7. No seu entender, que conclusões é que se tiram?

P8. No seu entender têm sido realizadas iniciativas de empreendedorismo social?

P9. Algo que entenda pertinente referir/destacar.

Agradecimentos finais.

Anexo B – Inquérito por questionário aos empresários dos concelhos de Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pera e Pedrógão Grande

(Escolha apenas uma opção e coloque um X à frente)

1. Género:

Masculino _____

Feminino _____

2. Idade

18-35 _____

36-49 _____

50-69 _____

>70 _____

3. Formação Académica

Ensino Básico _____

Ensino Secundário _____

Licenciatura _____

Pós-Graduação _____

Mestrado _____

Doutoramento _____

4. Indique a localidade onde se situa a sua empresa e a área de atividade.

5. Indique a dimensão da empresa.

Micro (< 10 colaboradores) _____

Pequena (11-49 colaboradores) _____

Média (50-249 colaboradores) _____

Grande (> 250 colaboradores) _____

6. O conceito *Stakeholders* define que são todos aqueles que direta ou indiretamente são influenciados ou influenciam a atividade de uma empresa, ou seja, somos TODOS. Este conceito é-lhe familiar?

Sim ____

Não ____

7. Na sua opinião, qual das seguintes frases define melhor o termo - Responsabilidade Social:

a) Ação voluntária por parte das empresas que procuram a satisfação dos seus interesses, e também dos seus colaboradores e da sociedade em geral onde se inserem. ____

b) Uma ferramenta de relações públicas, de publicidade e visibilidade. ____

8. Após a tragédia de junho de 2017, a sua empresa pratica ações de Responsabilidade Social para com a população afetada pelo incêndio?

Sim ____

Não ____

8.1 Se sim indique quais as ações e se estas ainda estão a ser praticadas?

8.2 Indique quais as vantagens e desvantagens encontradas na realização destas atividades.

9. No seu entender, ser socialmente responsável afeta, negativamente, os lucros da empresa:

Sim ____

Não ____

10. A curto prazo, a sua empresa tem delineado algum projeto no âmbito de atividades sociais para com a população afetada pelo incêndio?

Se sim, indique quais e se o orçamento que dispõe para esse fim foi disponibilizado por programas governamentais ou outros.

Se não, indique quais as dificuldades que encontra para não conseguir realizar atividades sociais para com a população afetada pelo incêndio.

11. Dois anos após a tragédia, classifique como baixo, alta, inexistente ou desconhece, a intervenção por parte dos seguintes organismos, relativamente a ações de dinamização na sua área de residência.

Organismos públicos _____
Empresas públicas _____
Empresas Privadas _____
População _____
Associações _____
Escolas _____

12. Tem conhecimento de alguma empresa/associação que tenha nascido após o fogo com o objetivo de apoiar as localidades afetadas pelo fogo? Se sim indique qual ou quais.

12.1 Se respondeu sim, como classifica as ações dessas novas organizações?

Boa _____
Razoável _____
Pouca _____

Desconhece _____

13. Indique (caso tenha conhecimento), programas governamentais de intervenção social que tenham surgido após os incêndios de junho de 2017? Considera este programas adequados à realidade das populações?

14. Esta última questão, é uma questão sensível, e que me irá auxiliar na elaboração da conclusão do meu estudo.

Dois anos após esta tragédia, e no seu entender enquanto profissional e morador desta zona, o que considera que ainda falta fazer a nível da Responsabilidade Social/dinamização destas populações?

MUITO OBRIGADA PELA SUA COLABORAÇÃO.

Anexo C – Inquérito por questionário à população residente e trabalhadora dos concelhos de Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pera e Pedrógão Grande

(Escolha apenas uma opção e coloque um X à frente)

1. Idade

18-35 _____

36-49 _____

50-69 _____

>70 _____

2. Área de Residência

Concelho de _____

3. Formação Académica

Ensino Básico _____

Ensino Secundário _____

Licenciatura _____

Pós-Graduação _____

Mestrado _____

Doutoramento _____

4. O conceito *Stakeholders* define todos aqueles que direta ou indiretamente são influenciados ou influenciam a atividade da empresa, ou seja, TODOS NÓS. Este conceito é-lhe familiar?

Sim _____

Não _____

5. Na sua opinião, como define o conceito de Responsabilidade Social:

a) Ação voluntária por parte das empresas que procuram a satisfação dos seus interesses, e também dos seus colaboradores e da sociedade em geral onde se inserem. _____

b) Uma ferramenta de relações públicas, de publicidade e visibilidade. ____

6. A empresa onde trabalha teve algum ato de Responsabilidade Social para com a população ou funcionários após o fogo de 2017?

Sim ____

Não ____

Não se aplica ____

6.1 Se respondeu sim, indique qual ou quais:

7. Dois anos após a tragédia, classifique como baixo, alta, desconhece ou inexistente, a intervenção por parte dos seguintes organismos, relativamente a ações de dinamização e de responsabilidade na sua área de residência.

Organismos públicos _____

Empresas públicas _____

Empresas Privadas _____

População _____

Associações _____

Escolas _____

8. Tem conhecimento de alguma empresa/associação que tenha nascido após o fogo com o objetivo de apoiar as localidades afetadas pelo fogo? Se sim indique qual ou quais.

9. Se respondeu sim, como classifica as ações dessas novas organizações?

Boa _____

Razoável _____

Pouca _____

Desconhece _____

10. Esta última questão, é uma questão sensível, e que me irá auxiliar na elaboração da conclusão do meu estudo.

Dois anos após esta tragédia, e no seu entender enquanto profissional e morador desta zona, o que considera que não foi feito após o fogo e que ainda falta fazer para ajudar esta população a renascer?

MUITO OBRIGADA PELA SUA COLABORAÇÃO.

Anexo D – Inquérito por questionário aos municípios da região afetada pelo fogo de junho

1. O conceito *Stakeholders* significa todos aqueles que direta ou indiretamente são influenciados ou influenciam a atividade de uma empresa. (Exemplo, clientes, fornecedores, acionistas, etc.)

No seu entender, quais são os principais *stakeholders* da região? Indique o critério que usou para priorizar estes stakeholders? (Exemplo: Tamanho da empresa, critérios monetários, outros)

2. Tendo em conta os *stakeholders* que identificou, como classifica a intervenção destes após a catástrofe? Justifique.

3. Considera que a Responsabilidade Social está em crescimento neste concelho? Se a resposta for positiva, fundamente dando exemplos.

4. O que aconselharia, tanto aos empresários locais como também à população, para incentivar/estimular dinâmicas de Responsabilidade Social nas populações afetadas pelos incêndios?

5. Que medidas/apoios é que a Câmara Municipal disponibiliza (e já disponibilizou) aos novos empresários de forma a fomentar dinâmicas de Responsabilidade Social das populações afetadas pelos incêndios?

6. Quais foram as maiores dificuldades que o Município teve na implementação dessas intervenções?

7. No seu entender, a Autarquia recebeu apoios, por parte das entidades do estado ou empresas, com programas que contribuíssem para o desenvolvimento local após a catástrofe?

Se sim, indique quais e os respetivos objetivos e se já estão implementados.

Se não, indique quais gostaria de implementar.

8. No seu entender, quais foram as principais consequências do incêndio de 2017?

9. Considera que os empresários continuam com interesse em continuar nesta zona?

10. Há programas estatais, ou outros, que apoiem a vinda para o concelho de novos empresários? Se sim indique quais. Se não, no seu entender o que falta?

11. Esta última questão, é uma questão sensível, e que me irá auxiliar na elaboração da conclusão do meu estudo.

Dois anos após esta tragédia, e no seu entender enquanto profissional e morador, o que considera que ainda falta fazer a nível da Responsabilidade Social/dinamização destas populações?

MUITO OBRIGADA PELA SUA COLABORAÇÃO.